CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

# O CORPO DE BOMBEIROS COMO FRESTA DE ASCENSÃO NEGRA: MOBILIDADE SOCIAL NO PÓS ABOLIÇÃO CARIOCA

Vitor Fernandes de Meneses

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicos Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais

Orientador: Prof. Dr. Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

Rio de Janeiro
Dezembro/2025

O CORPO DE BOMBEIROS COMO FRESTA DE ASCENSÃO NEGRA: MOBILIDADE SOCIAL NO PÓS ABOLIÇÃO CARIOCA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicos Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Vitor Fernandes de Meneses

Banca Examinadora:

---

Presidente, Professor Dr. Samuel Silva Rodrigues de Oliveira (CEFET/RJ - orientador)

---

Professor Dr. Roberto Carlos da Silva Borges (CEFET/RJ - Examinador Interno)

---

Professora Dra Glenda Cristina Valim de Melo (UFRJ - Examinadora externa)

---

Professor Dr. Vitor Leandro de Souza (UERJ)

Rio de Janeiro
Dezembro/2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

M538 Meneses, Vitor Fernandes de
O corpo de bombeiros como fresta de ascensão negra: mobilidade social no pós abolição carioca / Vitor Fernandes de Meneses. — 2026.
123f. : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2026.
Bibliografia : f. 20-123
Orientador: Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

1. Negros — Condições sociais — Rio de Janeiro (Estado). 2. Mobilidade social — Negro. 3. Rio de Janeiro (Estado). Corpo de Bombeiro. 4. Relações raciais. I. Oliveira, Samuel Silva Rodrigues de. (Orient.). II. Título.

CDD 305.89608153

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

**DEDICATÓRIA**

À minha mãe, *in memoriam*,
presença permanente em cada passo dessa trajetória.
Aos que vieram antes, sustentaram o chão e tornaram
possível que eu chegasse até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Este é um momento de muita alegria e satisfação pessoal, mas ele não seria possível sem a contribuição de várias pessoas que, de diferentes formas, me ajudaram a construí-lo. Não caberia o nome de todos aqui, mas gostaria de agradecer nominalmente ao meu pai, Reynaldo, que, dando o seu melhor, conseguiu me educar, orientar e oferecer o suporte necessário para que eu chegasse até aqui. À minha tia Rivalda e à minha madrasta Regina, que não substituíram a minha mãe, mas cumpriram e cumprem esse papel com amor incondicional desde a sua partida. À Edijane, minha ex-mulher e melhor amiga, que me transformou no homem que sou hoje, conduzindo-me ao letramento racial e ajudando-me a perceber e a me posicionar diante das diversas opressões que a nossa sociedade nos impõe.

Não posso deixar de agradecer ao meu ex-comandante, Tenente-Coronel Vitoriano, que, após muitas discussões no rancho de nossa unidade sobre relações étnico-raciais, foi o responsável por me apresentar o edital deste programa, dando-me a oportunidade de elaborar esta pesquisa. Agradeço ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, que possibilitou não apenas a construção deste trabalho, mas também a conquista de uma estabilidade que permitiu a diversos homens negros, como eu, Martiniano e João, mudar nossas vidas e nossos destinos.

Agradeço a Vitor Souza, que, no momento mais difícil desse percurso, quando eu estava quase desistindo, mesmo sem me conhecer, colocou-se à disposição para me ouvir e me apontar o caminho a seguir, como um farol. Agradeço, ainda, a Samuel Oliveira, meu orientador, por ter aceitado o meu projeto e por ter me dado as mãos durante todos os momentos mais difíceis deste percurso, até a conclusão desta pesquisa.

Eu sou a continuação de um sonho
Da minha mãe, do meu pai
De todos que vieram antes de mim
Eu sou a continuação de um sonho
Da minha vó, do meu vô
Quem sangrou pra gente poder sorrir
Não dar meu máximo é jogar meu dom no lixo
Sou liberdade, não me bote em nenhum nicho
Tão racionais, eu sou a flor que veio do
Banho de mar é salvação, não é capricho
Eu fui até onde achavam escuro
Levantei uns da minha cor, não fiz a causa de escudo
Eu fui além do discurso
Mas se um se levantar e mudar sua jornada
Valeu a batalha

Bk’

# RESUMO

**O Corpo de Bombeiros como fresta de ascensão negra: Mobilidade social no pós-abolição carioca**

Esta dissertação investiga de que maneira o ingresso de homens negros no Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, entre 1907 e 1911, representou uma possibilidade de mobilidade social no contexto do pós-abolição. Com base na micro-história e na análise crítica de documentos institucionais — especialmente fichas de assentamento e regulamentos — o estudo reconstroi trajetórias individuais que evidenciam o papel da corporação como espaço de estabilidade e proteção social em um período de forte exclusão racial no mercado de trabalho. O regulamento de 1907 constitui marco central ao estabelecer critérios de admissão, regras de reengajamento e mecanismos de amparo em casos de invalidez, benefícios praticamente inexistentes para trabalhadores negros da Primeira República. A pesquisa situa essas experiências no cenário mais amplo das reformas urbanas e sanitárias que modernizaram, mas também segregaram, a cidade do Rio de Janeiro, reforçando desigualdades e discursos racialistas. Os resultados revelam que muitos militares ingressaram sem ofício ou qualificação, encontrando na instituição uma "fresta" capaz de proporcionar remuneração regular, formação técnica e oportunidades de ascensão profissional.

Palavras-chave: Corpo de Bombeiros; Classe média negra; Micro-história; Mobilidade social; Pós-abolição.

# ABSTRACT

**The Fire Department as a slot for black ascension: Social mobility in the carioca post-abolition**

This research examines how the black men's entry into the Rio de Janeiro Fire Department between 1907 and 1911 represented an opportunity for social mobility in the post-abolition period. Based on microhistory and critical analysis of institutional documents - particularly enrollment records and regulatory frameworks -, the study reconstructs individual trajectories that reveal the role of the Fire Department as a place of stability and social protection during a time of intense racial exclusion in the employment market. The 1907 regulation stands out as a turning point by establishing admission criteria, reengagement rules, and support mechanisms in cases of disability assistance, benefits that were essentially unavailable to black workers during the First Brazilian Republic. The research places these experiences within the broader context of urban and sanitary reforms that modernized, but also segregated, the city of Rio de Janeiro while simultaneously reinforcing segregation, inequality and racialized discourses. The results indicate that many recruits entered the institution without prior training or professional qualifications, finding a "slot" in the Fire Department - a narrow but significant opening - able to provide regular compensation, technical training, and opportunities for career progression.



Keywords: Fire Department; Black Middle Class; Microhistory; Social Mobility; Post-abolition

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ficha de assentamento utilizada pelo Corpo de Bombeiros

Figura 2 - Gráfico com percentual de bombeiros por idade

Figura 3 - Imagem do campo “signaes” da ficha de assentamento

Figura 4 - Gráfico com percentual de frequência de engajados no Corpo de Bombeiros pela cor da pele

Figura 5 - Cabeçalho da ficha de assentamento de Martiniano

Figura 6 - Parte da ficha de assentamentos com a solicitação de reajustes

Figura 7 - Certidão de óbito de Martiniano

Figuras 8 e 9 - Fotografias 3x4 de João em uniforme militar como praça / já no exercício do posto de oficial

Figura 10 - Caneta recebida por João em 1913, composta por detalhes em ouro

Figura 11 - Autorização do Ministro da Justiça para a impressão do manual elaborado por João

Figura 12 - Denúncia apresentada por João e divulgada pelo jornal Correio da Manhã

Figura 13 - Árvore Genealógica da Família Baptista

Figura 14 - Gabriela Arcanjo Batista (mãe de João)

Figura 15 - João, aos 9 anos, acompanhado de sua mãe Gabriela

Figura 16 - Cabeçalho da ficha de assentamento de João de entrada no Corpo de Bombeiros

Figura 17 - Registro das Bodas de Ouro de João

Figura 18 - Araken Baptista em fotografia 3×4 utilizada em sua ficha militar.

Figura 19 - Yara Baptista nas bodas de ouro dos seus pais

Figura 20 - Yaracy em fotografia da sua formatura em Medicina

Figura 21 - Diploma que confere a Yaracy Baptista o título de médica

Figura 22 - Yaraita Baptista nas bodas de ouro dos seus pais

Figura 23 - Yarany Baptista nas bodas de ouro dos seus pais

Figura 24 - Araken Baptista em uniforme de gala, portando seu espadim

Figura 25 - Folha de identidade de Araken

Figura 26 - Elogio encontrado na ficha de assentamento de Araken

Figura 27 - Relato do falecimento de Araken que consta em sua ficha de assentamento

Figura 28 - Esquela (aviso fúnebre) publicada por ocasião da missa de 7º dia

Figura 29 - Araken Filho e João

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras

AVC - Acidente Vascular Cerebral

CBMERJ - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PPRER - Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais

RG - Registro Geral

UVA - Universidade Veiga de Almeida

# SUMÁRIO


**Introdução** **13**
Apresentação e definição do recorte analítico: A história do Corpo de Bombeiros e a formação do mercado de trabalho 13
Objetivos 18
Breve revisão bibliográfica 18
Metodologia 20
A Invenção da Raça e a Estruturação do Racismo Moderno 21
**1. Entre Morros e Avenidas: O Desenvolvimento do Rio de Janeiro e a Formação do Corpo de Bombeiros** **26**
1.1 A Construção de uma Capital Moderna sob Violência e Desigualdade 26
1.2 Infraestrutura Urbana e Aperfeiçoamento Técnico do Corpo de Bombeiros 36
1.3 Regulamentações, Recrutamento e Transformações no Corpo de Bombeiros no Contexto do Rio de Janeiro (1860-1910) 41
1.4 Registros Militares e a Construção da Identidade no Corpo de Bombeiros: Uma Análise do Livro Mestre (1891-1913) 46
**2. Trajetórias Singulares: Ascensão e Inclusão Social no Corpo de Bombeiros** **54**
2.1 Martiniano Belmiro Torres 57
2.2 João Athanásio Baptista 62
2.3 Análise comparativa das trajetórias 70
2.4 Memória, silêncio e invisibilidade 72
2.5 O Corpo de Bombeiros e a sociedade civil: imagem pública e representações 74
2.6 Ascensão social, raça e cidadania 75
**3. Família Baptista** **79**
3.1 Primeira geração: Gabriela Arcanjo Baptista e o pós-abolição 81
3.2 Segunda geração: João Athanásio Baptista - ruptura e ascensão institucional 84
3.3 Terceira geração: a consolidação da classe média 88
3.3.1 Yara Baptista - a primogênita autônoma 90
3.3.2 Yaracy Baptista - a médica e guardiã da memória 92
3.3.3 Yaraita Baptista - a arquiteta livre e transgressora 95
3.3.4 Yarany Baptista - a presença discreta e o elo da continuidade 98
3.3.5 Araken Baptista - o herdeiro simbólico e a promessa interrompida 100
3.3.6 A família Baptista e a ruptura do pacto da branquitude 107
3.4 Quarta e quinta gerações: mobilidade consolidada e diversificação 108
3.4.1 Araken Baptista Filho – o legado reeditado e a expectativa da continuidade 108
3.4.2 João Carlos Baptista – o herdeiro e a herança das facilidades 110
3.4.3 Entre o Amor e a Responsabilidade: Amanda, o Elo que Sustenta a Memória dos Baptista 111
3.5 Conclusão 113
**Considerações Finais** **118**
**Referências Bibliográficas** **120**

# PRÓLOGO

Sou um homem negro, nascido e criado em Bangu, subúrbio do Rio de Janeiro. Desde os 14 anos, dediquei-me aos estudos para concursos de escolas militares, e aos 18 anos conquistei minha vaga como sargento do Exército. No entanto, insatisfeito com meu caminho, pedi demissão para buscar um sonho maior: tornar-me Oficial do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, o que consegui em 2009. Após minha formação, concluída em 2011, casei-me e deixei o subúrbio, mudando para a Zona Sul do Rio de Janeiro em 2012.

Naquela época, eu não tinha nenhum letramento racial. Acreditava que o racismo não existia e via as cotas como esmola. Porém, ao entrar em espaços majoritariamente brancos e experimentar a ascensão social, fui confrontado com episódios de racismo escancarado, que me colocaram em situações constrangedoras e dolorosas. Esse choque marcou o início da minha caminhada de conscientização racial, que começou em 2015. Foi quando li obras como Pele Negra, Máscaras Brancas, de Frantz Fanon, e Tornar-se Negro, de Neusa Santos. Foram anos de leitura, reflexão e descobertas dolorosas das causas dos julgamentos e situações que eu vivenciava.

Em 2023, conheci o Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER). Mesmo sem uma trajetória acadêmica tradicional, já que minha graduação ocorreu na Academia de Bombeiros Militar, fiquei encantado com a possibilidade de aprofundar o estudo das relações étnico-raciais, tema que impacta profundamente minha vida e minha psique. Ao buscar um objeto de pesquisa, lembrei-me de uma história que ouvi durante a formação em 2010: a de Valério, um homem negro que, em 1887, fugiu de sua condição de escravizado e conseguiu liberdade ao se alistar no Corpo de Bombeiros.

Escrevi meu projeto inicial com o objetivo de revisitar a história de Valério. No entanto, durante a pesquisa, deparei-me com outras histórias de homens negros que, no final do século XIX e início do século XX, encontraram na escolha de adesão ao Corpo de Bombeiros uma oportunidade de ascensão social, assim como eu, um século depois.

Imerso nos arquivos do Corpo de Bombeiros, percebi que era necessário ajustar as velas e mudar o rumo da pesquisa. Decidi, então, contar a história de homens negros que, como eu, encontraram nessa instituição um meio de sobrevivência mais digna em meio à opressão racial de suas épocas. Essa trajetória, conectada ao meu próprio caminho, torna-se não apenas um resgate histórico, mas também uma ponte entre o passado e o presente.

# Introdução

Esta pesquisa tem como foco analisar a história do Corpo de Bombeiros como uma "fresta"[1] de oportunidade para homens negros no pós-abolição, a partir de suas trajetórias na instituição. Além de enfocar as transformações da instituição no pós-abolição, propõe analisar a partir da micro-história - uma abordagem historiográfica que se concentra no estudo detalhado de casos individuais, pequenos grupos ou comunidades específicas para explorar aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos – a trajetória de dois indivíduos negros que se alistaram no Corpo de Bombeiros durante a vigência do regulamento de 1907. A partir desse enfoque analítico, verificaremos se, esses homens conquistaram alguma mobilidade ou estabilidade social, beneficiando-se das medidas inovadoras implementadas pela corporação, especialmente em contraste com as adversidades do mercado de trabalho no período pós-abolição.

O objetivo central da dissertação é reconstruir os caminhos e as escolhas desses militares, identificando os resultados obtidos em suas vidas pessoais e profissionais, e avaliar se houve mobilidade social[2] significativa. Como entende-se ser impossível uma análise sócio-histórica que não seja ancorada no presente e nas perguntas formuladas pelos próprios pesquisadores, a partir de seu lugar histórico e social, também se coteja os resultados da pesquisa bibliográfica e em arquivo com a experiência social dos homens de sua época.

## Apresentação e definição do recorte analítico: A história do Corpo de Bombeiros e a formação do mercado de trabalho

O surgimento do Corpo de Bombeiros no Rio de Janeiro é resultado de um processo histórico que antecede sua criação oficial como instituição. Antes da formalização, os

---

[1] Utilizo este termo conforme compreendido por Simas (2019), como referência aos espaços - físico ou simbólico - onde a vida e a cultura conseguem brotar apesar da precariedade, funcionando como uma brecha criativa dentro de sistemas de controle. É ali que sujeitos historicamente subalternizados inventam modos de existir, driblando o padrão normativo e produzindo formas originais de cultura e encantamento. Nas frestas, manifesta-se uma potência que subverte o previsto: a festa no estádio, o gesto do capoeirista, a malandragem que reinventa o cotidiano. Encontrar ou criar frestas é, portanto, um ato de resistência e reexistência, uma forma de afirmar a vida onde ela não deveria prosperar - como a flor que insiste em nascer na fenda de um muro cinza.

[2] A definição adotada neste trabalho segue a proposta da pesquisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2018), que entende mobilidade social como às mudanças nas posições sociais e econômicas das pessoas ao longo da vida ou entre gerações, envolvendo fatores como renda, educação, ocupação e saúde. Ela pode ser medida de forma absoluta - quando se compara o nível de vida atual ao dos pais - ou de forma relativa, quando se analisa se as oportunidades de ascensão dependem da origem social. Em metáfora, funciona como escadas rolantes: todos se movem, mas alguns grupos avançam mais rápido, revelando barreiras persistentes no topo e na base da estrutura social.

serviços de combate a incêndios na Corte eram realizados por diferentes entidades, muitas vezes por meio de arranjos considerados improvisados e desordenados pela bibliografia especializada.

A primeira iniciativa documentada nesse sentido ocorreu no final do século XVIII, com a promulgação do Alvará Régio, que determinava que os Arsenais de Guerra da Marinha assumissem a responsabilidade pelos serviços de extinção de incêndios, mantendo bombas e demais equipamentos em prontidão (Souza, 2021).

Já em meados do século XIX, a urgência da criação de uma instituição específica para o combate a incêndios passou a ser discutida no âmbito legislativo. Em 1841, por exemplo, uma sessão do Senado Imperial trouxe à tona propostas para a criação de um corpo de sapadores bombeiros, dotado de disciplina militar e equipamentos adequados. No entanto, tais propostas foram recebidas com reservas, tanto pelo custo envolvido quanto pelo receio de rompimento da hierarquia estabelecida entre os cargos imperiais. Na época, existia uma companhia de bombeiros vinculada à Inspeção Geral de Obras Públicas que, segundo Antonio Joaquim de Sousa, em 1851, necessitava apenas de melhor organização, não sendo, portanto, imprescindível a criação de uma nova corporação (Souza, 2021).

Apesar dessas iniciativas e discussões anteriores, a narrativa oficial sobre a origem do Corpo de Bombeiros costuma ser ancorada na publicação do Decreto Imperial nº 1.775, de 2 de julho de 1856, frequentemente interpretado como a "certidão de nascimento" da corporação. Esse decreto criou o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte, a primeira instituição brasileira voltada especificamente à extinção de incêndios.

Contudo, o caráter “provisório” dessa criação acabou por formalizar, em grande medida, estruturas que já existiam. O decreto estabelecia que, enquanto não fosse criado um corpo definitivo, as ações permaneceriam a cargo dos operários dos Arsenais de Guerra da Marinha, das Obras Públicas e da Casa de Correção, os quais seriam alistados e comandados, ficando sob a responsabilidade dos dirigentes dessas instituições a organização de “seções de bombeiros”. Essa dependência de forças auxiliares gerava tensões e conflitos práticos que comprometiam a qualidade do serviço. A imprensa da época, por sua vez, criticava duramente a medida, considerando o decreto um verdadeiro “engodo”, dada a ausência de um corpo profissional recrutado e treinado especificamente para atuar como bombeiro (Souza, 2021).

O fim desse caráter provisório veio com a aprovação de um novo Regulamento, em 1860, que passou a permitir o recrutamento direto dos trabalhadores pela própria corporação. Esse novo marco sinalizava o início da consolidação institucional do Corpo de Bombeiros, que, aos poucos, conquistava legitimidade. Ainda assim, o processo de organização da corporação foi marcado por disputas e tensões entre diferentes propostas e estratégias de implementação.

No dia 2 de julho de 1856, quando foi estabelecido o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte, por meio do Decreto Imperial número 1.775, sob a iniciativa de D. Pedro II. Segundo o referido decreto, o Corpo de Bombeiros ficaria subordinado ao Ministério da Justiça. A motivação do imperador para essa ação baseou-se nos registros de incêndios ocorridos na Corte naquele ano, com um total de 16 casos, sendo 13 deles em chaminés residenciais.[3]

A composição dos membros dessa nova instituição foi sugerida pelo primeiro Diretor Geral do Corpo de Bombeiros Provisório, Major João Baptista de Castro Moraes Antas, por meio de um ofício ao Ministro da Justiça, conselheiro Dr. José Thomaz Nabuco de Araújo, datado de 13 de março de 1857:

> O Governo pode, sem aumento de despesa, chamar para o serviço do Corpo de Bombeiros os africanos livres da Casa de Correção, e as praças do corpo de artífices; mas se quiser alistar trabalhadores paisanos dos arsenais, sem dar-lhes por isso uma gratificação além dos jornais que recebem, não poderá contar com essa gente; tanto que os arsenais não pagam aos operários tão vantajosamente como as companhias públicas e as obras particulares [4] (Arquivo Geral do CBMERJ, 1857).

Destaca-se também o papel do primeiro comandante do Corpo de Bombeiros, que demonstrou preocupação com as condições salariais e a desigualdade entre os membros da corporação. Desde a criação da instituição, com o objetivo de oferecer um serviço que atendesse ao crescimento da cidade e tentasse organizar os problemas urbanos emergentes, já se reconhecia a dificuldade de formar uma força de trabalho especializada para o serviço. Além de garantir o soldo para os oficiais, era necessário assegurar condições para os "trabalhadores paisanos", aqueles que recebiam pagamento por jornada. Nesse contexto, os "africanos livres" eram usados como força de trabalho.

Intencionalmente, para uma função onde se lida basicamente com esforço braçal e risco de morte iminente, os africanos livres foram a primeira opção considerada para compor seu efetivo. Como destaca Mamigonian em sua obra Africanos Livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil, essa categoria compreende indivíduos emancipados em cumprimento às medidas de repressão ao tráfico de escravizados. Esses africanos, sob imposição legal, permaneciam sob a tutela do Estado, realizando trabalho compulsório até o décimo quarto ano, quando deveriam alcançar sua liberdade. Após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, ficou determinado que os africanos livres só poderiam ser empregados em instituições públicas, organizações de caridade, províncias ou projetos de interesse nacional.

---

[3] Estatística publicada no Boletim do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, nº 128, de 2 de julho de 1956.

[4] Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício não numerado, retirado do Livro de Ofícios do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte.

Um dos pontos chaves da mudança no estatuto profissional do Corpo de Bombeiros foi o tempo de trabalho, anteriormente não havia uma exigência de cumprimento de serviço por um período determinado, o que permitia o abandono do serviço sem qualquer punição, o que acabava sendo um obstáculo para o treinamento técnico dos profissionais do Corpo de Bombeiros. Essa questão foi resolvida com a criação do Decreto nº 2.587, de 30 de abril de 1860, que organizou o Corpo de Bombeiros de forma definitiva, não mais provisória. Esse decreto estabeleceu a obrigatoriedade de as praças se alistarem e servirem por um período de quatro anos.

Durante esse processo de regulamentação, foram implementadas normas para o combate a incêndios na cidade, incluindo gratificações para aqueles que informassem primeiro sobre um princípio de incêndio, bem como para os proprietários de carroças com pipas d'água que chegassem primeiro ao local do incêndio para prestar apoio. Em relação a uma dessas comunicações, temos o exemplo de um escravizado chamado Francisco, que em um relato do Chefe de Polícia Izidoro Borges Monteiro em seu ofício de nº 177, datado de 5 de novembro de 1859, dirigido ao comandante dos bombeiros para verificar se o escravizado teria direito a gratificação (Bastos, 2015).

Algumas décadas depois, em 1882, ocorreu outro fato histórico relacionado ao direito à gratificação de um indivíduo escravizado na esperança de conquistar sua liberdade por meio das políticas do Corpo de Bombeiros. Conforme relatado em uma crônica publicada na "Revista Avante Bombeiro" em 02 de julho de 1956 (Bastos, 2015):

> Ao subir as ruas íngremes do Morro do Castelo correndo, naquele verão de 1882, o escravo Tobias Assumpção, não conseguia pensar em outra coisa que não a sua liberdade. Precisava chegar ao alto do morro antes de qualquer outro escravo ou pessoa livre, para avisar do incêndio que consumia um armazém na Rua do Ouvidor. Tobias sabia que a recompensa de 4$000 era suficiente para que ele conseguisse, junto com as economias que tinha feito, em suas andanças como escravo de ganho na cidade, comprar sua liberdade definitiva. A importância de um armazém pegando fogo, na principal rua da cidade, poderia até lhe render algo mais. Porém, sua decepção foi imensa ao chegar ao local e ser informado de que, desde meados de 1881, os avisos de incêndio, nas freguesias da cidade, não eram mais dados a partir de “três tiros de peças”[5] do alto do Morro do Castelo, e que agora existia um circuito de caixas avisadoras de incêndio, no centro comercial da cidade [6] (Bastos, 2015).

Neste trecho, também fica evidente como os avanços tecnológicos da corporação foram se desenvolvendo para acompanhar o crescimento da cidade, especialmente com a

[5] Refere-se ao “sinal de fogo" ou pedido de socorro para eventos que ocorressem em qualquer parte da cidade, quando eram dados tiros de artilharia de grosso calibre, 3 tiros com intervalo de 5 minutos, disparados do Morro do Castelo.

[6] Revista Avante Bombeiro. Criada para ser editada semanalmente, como informativo para os Bombeiros, em 1 de julho de 1929, recebendo inicialmente o nome de Revista Chammas, traz em alguns de seus exemplares fatos históricos relevantes na montagem da relação cotidiana do Rio com os Bombeiros.

implementação de métodos mais rápidos e eficientes para o acionamento e aviso de incêndios pela população ao Corpo de Bombeiros.

Entre as décadas de 1880 e 1910, o alistamento no Corpo de Bombeiros caracterizou-se pela flexibilidade nos critérios de admissão, passando a atender às necessidades da corporação em um contexto de alta demanda. Inicialmente, foram implementadas qualidades físicas como força, robustez e agilidade. No regulamento de 1887, foram introduzidos requisitos técnicos, como peso e capacidade vital mínima, mas essas exigências foram abandonadas devido à dificuldade em atrair candidatos que as atendessem. Apenas com o regulamento de 1907, os documentos comprobatórios de idade e identidade tornaram-se obrigatórios, alterando práticas informais que permitiam o ingresso de menores e indivíduos fora do perfil regulamentar.

Entre 1881 e 1891, o Corpo de Bombeiros teve dificuldades para preencher o quadro de praças, com altas taxas de vagas ociosas que foram gradualmente reduzidas e zeradas em 1896. A ampliação do quadro em 1887 aumentou o número de vagas para as praças, embora ainda houvesse dificuldade em ocupar todas as vagas. A partir de 1896, a corporação estabilizou seu recrutamento, impulsionada por melhores condições financeiras para seus militares, com salários reajustados de 500 réis em 1881 para 2.000 réis em 1896, tornando o Corpo de Bombeiros mais atraente em relação à Brigada Policial (Souza, 2021).

O regulamento de 1907 trouxe avanços inovadores, incluindo critérios claros para promoção interna, exigência para reengajamento e gratificações para áreas e profissionais especializados. Além disso, trouxe a agregação e reforma para militares acometidos por tuberculose, oferecendo proteção social relevante em um contexto de alta incidência da doença, particularmente entre as camadas mais pobres. Segundo Benchimol houve 2.373 vítimas fatais em 1891 e 2.202 em 1890 (Benchimol, 1992).

O Corpo de Bombeiros poderia representar uma oportunidade de ascensão social e estabilidade para jovens e trabalhadores braçais com baixa qualificação. Para muitos, poderia ser uma transição para o mercado formal, enquanto para outros, possibilitaria uma carreira estável na corporação.

Diante desse contexto, observa-se a consolidação de uma instituição profundamente conectada à história da Capital Federal e de seus habitantes. Ainda que não tenha sido criada com esse propósito, o Corpo de Bombeiros pode ter proporcionado oportunidades singulares à parcela mais marginalizada da sociedade, especialmente à população negra. Para esses indivíduos, a corporação passou a representar uma possibilidade concreta de acesso à educação profissional, à cidadania, à dignidade e à proteção social. Tal perspectiva se dava tanto pelo aprendizado de um ofício quanto pela chance de ascensão na carreira militar, além do acesso a benefícios trabalhistas e sociais ainda inexistentes no mercado de trabalho brasileiro do início do século XX.

Esta pesquisa terá como recorte o período compreendido entre a implementação do regulamento de 27 de março de 1907 e o início da vigência do regulamento de 18 de outubro de 1911. Esse regulamento foi escolhido pela implementação de garantias e benefícios sociais novos. Durante essa análise, serão examinados os livros de entrada de militares desse intervalo, com o objetivo de identificar histórias de militares negros que tenham alcançado algum nível de ascensão social ou que tenham sido beneficiados por medidas previstas no regulamento de 1907. Esse período coincide com um momento de grandes mudanças profissionais, tecnológicas e estruturais na corporação, que buscavam acompanhar a evolução e transformação da cidade para atender às suas demandas de forma mais eficiente.

**Objetivos**

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a história do Corpo de Bombeiros como "frestas" de oportunidades para homens negros no pós-abolição, por meio da micro-história de dois militares negros que se alistaram durante a vigência do regulamento de 1907. O estudo investiga os impactos dessa escolha em sua mobilidade e estabilidade social, reconstruindo suas trajetórias e os resultados alcançados ao longo de suas vidas profissionais. Além disso, busca compreender como o ingresso desses homens na corporação repercutiu nas trajetórias e oportunidades de seus descendentes.

Referente aos objetivos específicos procuro: (a) mapear as iniciativas e ações que possam ter contribuído para tornar o Corpo de Bombeiros uma instituição capaz de oferecer a homens negros um espaço de sobrevivência, reinvenção, estabilidade e ascensão social, do início do século XX até os dias atuais; (b) compreender o contexto histórico do mundo do trabalho no Rio de Janeiro e posicionar o Corpo de Bombeiros nesse cenário; (c) realizar uma pesquisa historiográfica sobre a trajetória de vida de dois militares negros, a fim de de identificar se ambos alcançaram mobilidade social significativa para si e para seus descendentes, bem como avaliar em que medida foram beneficiados pelas proteções sociais oferecidas pela instituição à época.

**Breve revisão bibliográfica**

Devido à singularidade do tema pesquisado, os documentos e arquivos utilizados como fontes primárias disponíveis nos arquivos do Museu do Corpo de Bombeiros, datados desde 1856, foram as principais fontes de referência utilizadas. Muitos dos materiais usados para construção da análise provém da memória institucional e histórica do Corpo de Bombeiros, um material construído com objetivos não acadêmicos, mas que tem função especial na construção dos mitos históricos da instituição.

Além disso, a tese de doutorado intitulada “Soldados do Fogo: uma história social do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, nas décadas de 1880 - 1910” desempenhou um papel fundamental nesta pesquisa. O objetivo geral desta tese é questionar a narrativa idealizada e institucionalmente construída sobre o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro entre as décadas de 1880 e 1910. Ela analisa as formas de recrutamento, os perfis dos agentes nos níveis hierárquicos mais baixos, os conflitos laborais e as condições precárias de trabalho, revelando como essas realidades contrastam com a imagem de heroísmo propagada pela corporação. Além disso, a tese examina como as hierarquias internas e as limitações estruturais influenciaram as atribuições e as possibilidades de ascensão social dos trabalhadores do Corpo de Bombeiros.

Outra análise com a qual dialogamos é a dissertação de mestrado denominada "Rio em Chamas: Cotidiano dos Bombeiros no Contexto da Urbanização do Rio de Janeiro (1900-1906)", de Afonso Henrique Sant’Ana Bastos (2015). A dissertação tem a intenção de analisar a atuação do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal no contexto das reformas urbanas promovidas pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX. A pesquisa busca compreender como essas transformações urbanísticas influenciaram o cotidiano da corporação, destacando as mudanças técnicas, humanas, institucionais e sociais que marcaram o período. Além disso, investiga-se a interação entre o Corpo de Bombeiros e as novas demandas da cidade, considerando o impacto das reformas no atendimento às necessidades de segurança e controle de incêndios na capital federal.

A análise desta pesquisa também será apoiada em importantes obras que aprofundam o contexto histórico, social e econômico do Rio de Janeiro na virada do século XX. Entre elas estão Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi, de José Murilo de Carvalho, em que o autor examina o processo de implantação da República no Brasil, com foco no Rio de Janeiro. Carvalho busca compreender por que grande parte da população permaneceu distante, apática ou alienada diante das mudanças políticas e sociais do período. Ele investiga as relações entre o povo e o Estado, as limitações da cidadania e os desafios da participação popular, questionando o impacto real dessas transformações no cotidiano das classes populares.

Outra obra central é Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, de Jaime Larry Benchimol. Neste livro, Benchimol realiza uma análise detalhada dos processos de modernização urbana conduzidos durante a gestão de Pereira Passos. Ele explora como essas reformas influenciaram as estruturas urbanas, sociais, econômicas e políticas da cidade, conectando-as às tendências internacionais de urbanismo e à transformação do Rio de Janeiro de uma cidade colonial para um centro urbano moderno e capitalista.

Além disso, a obra A Era das Demolições & Habitações Populares, de Oswaldo Porto Rocha e Lia de Aquino Carvalho, aprofunda o impacto das reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e o início do século XX, com especial atenção ao período de remodelação liderado por Pereira Passos. Os autores investigam como essas transformações moldaram a cidade, destacando as consequências sociais, econômicas e habitacionais para as populações mais vulneráveis, especialmente aquelas expulsas das áreas centrais. A obra enfatiza a relação entre a modernização urbana e a exclusão social, evidenciando a segregação espacial e os desafios enfrentados pelas classes populares.

Essas obras, entre outras, são fundamentais para embasar a pesquisa, pois oferecem uma compreensão ampla e aprofundada sobre as transformações políticas, sociais e econômicas do Rio de Janeiro e sua conexão com a história social do Corpo de Bombeiros durante esse período.

**Metodologia**

Por meio da metodologia da microanálise na construção de trajetórias singulares, examinarei a trajetória de trabalhadores negros do início do século XX que, ao ingressarem no Corpo de Bombeiros, obtiveram acesso a benefícios sociais ou alcançaram ascensão social. Essas trajetórias exemplares ilustram processos sociais e culturais mais amplos, destacando a relação entre escolhas individuais e contextos históricos.

A metodologia conhecida como micro-história utiliza a reconstrução de histórias individuais ou de pequenos grupos, não como um objetivo final, mas como um meio para explorar as relações entre o particular e o geral. Detalhes aparentemente insignificantes são observados e analisados, funcionando como janelas para compreender estruturas sociais e culturais mais amplas. Segundo Ginzburg (1994), o historiador que adota essa abordagem trabalha de forma semelhante a um detetive, lidando com pistas, lacunas e fragmentos para reconstruir o passado. Essa metodologia oferece uma forma de fazer história que permite compreender a voz a sujeitos historicamente marginalizados, ao mesmo tempo em que explora as interações entre a cultura oficial e a cultura popular, revelando conflitos e negociações que moldaram a sociedade ao longo do tempo.

Em diálogo com essa visão, Karsburg diz que essa abordagem evita a idealização ou o isolamento do caso estudado, permitindo compreender como ele se relaciona com os processos sociais e culturais mais amplos, além de revelar dinâmicas e singularidades compartilhadas dentro de um mesmo contexto histórico.

> Eis o cuidado que devemos ter: uma trajetória singular, por mais que revele o protagonismo dos sujeitos, só faz sentido se confrontado a outras trajetórias, preferencialmente de indivíduos do mesmo tempo e espaço e colocado no mesmo horizonte dos possíveis (Karsburg, 2015).

Pretendo também fazer uso da crítica histórica que de acordo com Marc Bloc, em Apologia da História, ou O Ofício do Historiador é uma ferramenta essencial para validar a autenticidade e a confiabilidade das fontes, analisando seu contexto, autoria e intenções. Por meio de um processo sistemático, ela envolve a identificação e análise de documentos, registros ou testemunhos relevantes, avaliando sua origem, autoria e datação para garantir sua adequação ao contexto estudado. A autenticidade das fontes é verificada para assegurar que são genuínas, comparando diferentes documentos para identificar coincidências ou discrepâncias. A confiabilidade é analisada considerando possíveis preconceitos, intenções ou limitações dos autores, além de influências culturais, políticas ou sociais que possam ter moldado o material. Os dados são contextualizados historicamente, sendo relacionados a eventos, estruturas sociais e dinâmicas econômicas da época.

Por fim, a interpretação crítica utiliza a dúvida de forma produtiva para questionar o que é aceito como fato, construindo uma narrativa consistente e fundamentada nas evidências documentais. Adotar a crítica histórica como metodologia garante uma base sólida para análises rigorosas e evita conclusões precipitadas. Essas duas metodologias foram utilizadas para compreender a documentação sob guarda do Arquivo do Corpo de Bombeiros.

**A Invenção da Raça e a Estruturação do Racismo Moderno**

Antes de iniciarmos o tema, considero fundamental discutir os conceitos de raça e racismo. Segundo Munanga (2003), as ciências naturais foram as primeiras a empregar o termo “raça”, inicialmente utilizado na zoologia e na botânica para classificar animais e vegetais. No século XVII, os franceses começaram a utilizar o termo com um sentido mais próximo do atual, classificando a diversidade humana em grupos fisicamente contrastantes. Nesse contexto, a nobreza francesa passou a se identificar com os Francos, de origem germânica, e a se considerar uma raça distinta dos Gauleses, que representavam a população local e eram associados à plebe. A nobreza reivindicava para si um sangue “puro” e alegadas aptidões naturais para governar, administrar e até dominar os Gauleses, chegando, inclusive, a considerar a possibilidade de escravizá-los. Observa-se, portanto, que o conceito de raça começou a ser mobilizado como instrumento de legitimação de relações de dominação e sujeição entre classes sociais, mesmo em contextos nos quais não havia diferenças morfo biológicas evidentes entre os grupos.

Dito isso, é necessário retornar ao século XV, período em que as grandes navegações europeias revelaram a existência de populações até então desconhecidas, que desafiavam as concepções de humanidade estabelecidas pela civilização ocidental. A tarefa de explicar a existência desses “outros” recaiu, inicialmente, sobre a teologia. Com

base nas Escrituras, teólogos procuraram afirmar a humanidade desses povos, recorrendo, por exemplo, ao mito dos Reis Magos como uma representação simbólica das três raças então conhecidas. Em um primeiro momento, os povos indígenas não se encaixavam nessa classificação, o que gerou impasses. No entanto, os teólogos conseguiram resolver essa lacuna por meio de interpretações bíblicas que os vinculavam à descendência de Adão, garantindo-lhes, assim, um lugar dentro da narrativa cristã da origem da humanidade.

No século XVIII, os filósofos iluministas passaram a contestar o monopólio do saber exercido pela Igreja e iniciaram a busca por explicações racionais para os fenômenos sociais, inclusive para a existência dos chamados "outros". Nesse contexto, de acordo com Guimarães (s.d.), o conceito de raça começou a ser utilizado como uma ferramenta para diferenciar e classificar esses grupos, servindo à construção de hierarquias entre os povos e originando o pensamento racialista. A partir daí, a cor da pele tornou-se o principal critério para a distinção entre as raças - branca, negra e amarela - uma categorização que, em grande medida, persiste até os dias atuais. Contudo, sabe-se hoje que a variação na cor da pele é determinada por menos de 1% dos genes humanos. A partir do século XIX, além da cor da pele, outras características morfológicas passaram a ser utilizadas como marcadores raciais, tais como o formato do crânio, os olhos, o nariz, o tipo de cabelo e o queixo.

Com o avanço da genética no século XX, ficou comprovado que dois indivíduos classificados como pertencentes à mesma "raça" podem ser geneticamente mais distintos entre si do que dois indivíduos considerados de "raças" diferentes. Isso demonstra a impossibilidade de se estabelecer, com base biológica ou científica, uma separação objetiva entre grupos humanos por critérios raciais. O problema, entretanto, não reside apenas na classificação baseada em traços físicos, mas no uso dessas distinções como base para uma hierarquização das populações. Estabeleceu-se, desde o início, uma associação direta entre características físicas e capacidades intelectuais, morais, culturais e psicológicas. Assim, consolidou-se a ideia da superioridade da "raça branca" tida como mais bela, inteligente, honesta e apta a governar, em contraste com a "raça negra", estigmatizada como ignorante, incivilizada, emocionalmente instável e, portanto, passível de dominação, inclusive pela escravidão.

Essa construção ideológica, travestida de ciência, legitimou sistemas de dominação racial, extrapolando o meio acadêmico para se enraizar no inconsciente coletivo das sociedades ocidentais. Hoje, o conceito de raça, do ponto de vista biológico, não possui qualquer fundamento. O que persiste são as "raças sociais", categorias construídas ideologicamente que sustentam relações de poder e exclusão, base do racismo estrutural contemporâneo.

Após a definição do conceito de raça, é possível abordar o racismo, entendido como uma ideologia de caráter essencialista que promove a segregação dos seres humanos em raças hierarquizadas, com base em características físicas hereditárias. Tais características são, ideologicamente, associadas a atributos intelectuais, estéticos, morais e psicológicos. Para o racista, o conceito de raça adquire também um sentido sociológico, no qual determinados grupos são identificados por compartilharem traços culturais, linguísticos ou religiosos considerados inferiores em relação aos de sua própria população. O racismo, portanto, sustenta a ideia de que atributos físicos ou biológicos determinam capacidades morais e intelectuais.

Uma das origens simbólicas dessa visão encontra-se no mito bíblico de Noé, em que seus três filhos teriam dado origem às três "raças" humanas: Jafé a branca, Sem a amarela e Cam a negra. Segundo a narrativa da Gênese, Noé amaldiçoa Cam, condenando seus descendentes à escravidão pelos filhos de seus irmãos, uma interpretação que foi apropriada, especialmente por setores calvinistas, para justificar o racismo antinegro. Já uma segunda origem está vinculada ao discurso científico, que a partir do século XVIII passou a classificar os seres humanos com base em características morfológicas, atribuindo a essas diferenças físicas implicações comportamentais. Essa transição do discurso religioso para o discurso científico marca o surgimento do determinismo racial, que sustenta a ideia de que o comportamento e as capacidades humanas são determinados pela biologia.

Nesse contexto, destaca-se o naturalista sueco Carl von Linné, considerado o pai da taxonomia moderna, que classificou os seres humanos em quatro grupos raciais distintos, atrelando a cada um deles valores hierarquizados: o Americano, descrito como moreno e governado pelo hábito; o Asiático, como amarelo e guiado por opiniões e preconceitos; o Africano, como negro e governado pela vontade de seus chefes; e o Europeu, como branco e governado pelas leis. Essa formulação contribuiu para a consolidação de uma visão racista que, infelizmente, perdura até hoje no imaginário coletivo (Munanga, 2003).

No final do século XIX e início do século XX, surgiu na Inglaterra uma pseudociência denominada eugenia, que, como observa Maciel (1999), baseava-se na crença de que seria possível "melhorar" a raça humana incentivando a reprodução dos considerados "mais aptos" e desencorajando a dos "menos aptos". Em outras palavras, a proposta consistia em estimular a reprodução de "tipos eugênicos superiores" e restringir a dos considerados "inferiores". Essa concepção pretendia se transformar em práticas sociais e políticas públicas voltadas tanto para o aprimoramento da "raça" quanto para a prevenção de sua suposta degeneração. Essa ideologia foi responsável por alimentar o genocídio mais lembrado da história contemporânea: o nazismo. No entanto, como destaca Césaire (2010), esse episódio não representa o maior massacre da história da humanidade. Ele é

amplamente reconhecido como genocídio justamente porque, pela primeira vez, métodos anteriormente aplicados a povos colonizados em outras partes do mundo foram utilizados contra o próprio homem branco, dentro do território europeu.

Essa ideologia não demorou a chegar ao Brasil, pois oferecia não apenas uma explicação para a situação do país, como também apontava uma possível solução. O Brasil, caracterizado por sua população mestiça, resultado do intenso cruzamento entre diferentes "raças", era visto pelos chamados "homens de ciência" da época como um país atrasado justamente por essa miscigenação, considerada um fator de degeneração da população.

Os intelectuais brasileiros buscavam adaptar ao contexto nacional conceitos desenvolvidos em outros países. Um exemplo marcante é o do conde de Gobineau, intelectual francês que esteve no Brasil como diplomata e foi um dos principais teóricos do chamado "racismo científico". Em sua obra, defendia a superioridade da "raça branca", a inferioridade das demais e considerava os mestiços como resultado de uma degeneração racial.

Outra teoria que exerceu grande influência sobre a intelectualidade brasileira foi a do "criminoso nato", desenvolvida pelo médico italiano Cesare Lombroso. Segundo ele, certos indivíduos nasceriam predispostos ao crime devido à hereditariedade, e seria possível identificá-los por características físicas específicas. Assim, Lombroso propôs a construção de um estereótipo do criminoso baseado em sinais corporais, reforçando ideias deterministas e excludentes.

Com base nos pressupostos pseudocientíficos que atribuíram superioridade à raça branca, começou-se a vislumbrar, no Brasil, uma "solução" para os problemas nacionais: o branqueamento da população. Essa estratégia deveria se concretizar por meio de diversas políticas públicas iniciadas no final do século XIX, especialmente com a intensificação da imigração europeia. Um marco desse processo foi o Decreto de Imigração de 1890 (Brasil, 1890), que subsidiava a entrada de imigrantes europeus ao mesmo tempo em que proibia a entrada de imigrantes africanos e asiáticos, salvo em casos autorizados pelo Congresso Nacional.

Esse projeto, frequentemente chamado de "processo civilizador", consolidou-se no início do século XX com o avanço de campanhas sanitaristas que conferiram aos médicos e higienistas autoridade para intervir diretamente sobre a população. Nesse contexto, as noções de saneamento, higiene e eugenia passaram a se confundir, sendo vistas como partes complementares do ideal de progresso nacional. Regras de eugenia eram, muitas vezes, interpretadas como regras de higiene, reforçando práticas de controle e exclusão social.

Os eugenistas acreditavam firmemente na superioridade do branco europeu e defendiam que a mestiçagem, ao longo do tempo, levaria à predominância de características consideradas “superiores” e ao desaparecimento progressivo dos elementos raciais tidos como inferiores. Essas ideias foram institucionalizadas por meio de congressos e concursos eugênicos, e chegaram ao ponto de serem incorporadas à Constituição Federal de 1934, que atribuía à União, aos Estados e aos Municípios a responsabilidade de estimular a chamada “educação eugênica”. A influência dessas concepções foi tão profunda que, mesmo após a deslegitimação da eugenia como ciência, muitos de seus fundamentos continuam presentes no senso comum brasileiro, reproduzindo, de forma naturalizada, ideias discriminatórias e excludentes até os dias atuais.

Em seguida, a partir da segunda metade do século XX, no entanto, com os avanços das ciências como a genética humana, a bioquímica e a biologia molecular, a base biológica do racismo foi progressivamente deslegitimada. Ficou cientificamente comprovado que não existem raças humanas do ponto de vista biológico. Ainda assim, as representações falaciosas sobre diferenças raciais continuam presentes no senso comum. Atualmente, o racismo tem se reconfigurado: em vez de se apoiar diretamente na noção de raça, passa a utilizar o conceito de etnia, entendido como pertencimento a um grupo cultural, o que garante maior aceitação social ao discurso discriminatório, embora mantenha sua lógica excludente e hierarquizante.

A etnia pode ser compreendida como um grupo de indivíduos que compartilham elementos culturais em comum, tais como a língua, a religião, a cosmovisão, as tradições e, muitas vezes, uma ancestralidade coletiva. No entanto, a substituição do conceito de raça pelo de etnia, embora aparente um avanço no discurso social, não altera a estrutura material do racismo. Na prática, o racismo atual já não depende mais do referencial biológico ou da ideia de raça para se manifestar; ele se reconfigura e passa a operar com base em marcadores étnico-culturais. Ainda assim, os alvos da discriminação permanecem os mesmos: as "raças" de ontem tornaram-se as "etnias" de hoje, e os efeitos da exclusão e da violência continuam recaindo sobre os mesmos corpos historicamente marginalizados.

# 1. Entre Morros e Avenidas: O Desenvolvimento do Rio de Janeiro e a Formação do Corpo de Bombeiros

O presente capítulo faz uma análise da história do Rio de Janeiro entrelaçando-a com a formação do Corpo de Bombeiros. Trata-se de um capítulo que cruza a revisão bibliográfica sobre a história da cidade no século XIX com as mudanças que levaram a criação da corporação e seus desdobramentos em vista do mercado de trabalho urbano.

## 1.1 A Construção de uma Capital Moderna sob Violência e Desigualdade

Iniciaremos narrando o desenvolvimento da cidade até o contexto em que esses personagens vivem, destacando as condições políticas, sociais e econômicas do Rio de Janeiro no período em que ingressaram no Corpo de Bombeiros. A topografia do Rio de Janeiro sempre foi um desafio para a ocupação urbana, devido à sua localização entre o mar e as montanhas. Além disso, a cidade possuía poucas áreas com planícies livres de alagamentos e brejos, o que restringiu seu desenvolvimento, desde a fundação no século XVI até a chegada da família real, principalmente no entorno da Praça XV.

Na segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro viveu uma intensificação da aglutinação populacional, especialmente no centro da cidade, onde as habitações coletivas proliferaram. O surgimento do bonde como meio de transporte, no início da década de 1840, era bem diferente do que conhecemos hoje. Naquela época, tratava-se de um veículo movido por tração animal, capaz de transportar cerca de vinte pessoas por viagem. Apesar de rudimentar, essa inovação marcou o início de uma nova fase de crescimento urbano, pois permitiu a ocupação de áreas que, até então, eram inacessíveis devido à distância do centro da cidade. Esse avanço foi essencial para a expansão e integração da malha urbana, acompanhando as transformações sociais e econômicas da época.

Enquanto os bondes contribuíram para a urbanização de bairros das zonas Sul e Norte, o sistema ferroviário desempenhou um papel crucial na ocupação das áreas que hoje constituem o subúrbio. Esse processo de construção da malha urbana acompanhando as linhas de trens e bondes intensifica-se, em 1858, com a construção da Estação D. Pedro II (Central do Brasil). Assim, a expansão da cidade foi moldada por diferentes tipos de transporte, que, ao longo do tempo, definiram o padrão de crescimento urbano.

Segundo Rocha (1995), desde o final do século XIX já se delineava a divisão socioespacial do Rio de Janeiro, com áreas populares e aristocráticas se configurando fora do centro comercial. Bairros como Copacabana e Botafogo emergiram como redutos da elite, enquanto os subúrbios, como Irajá e Inhaúma, eram considerados opções para a

população mais pobre. Apesar disso, a maioria da população ainda viviam em casas de cômodos, estalagens e cortiços no centro da cidade. O desenvolvimento dos meios de transporte, embora importante, modificou pouco a aparência colonial de parte significativa da cidade, mantendo características arquitetônicas do século anterior. Essas características, por sua vez, foram causas para fomentar um dos grandes debates do final do século: o saneamento da capital.

Com o fim paulatino da escravidão, esse crescimento tornou-se ainda mais evidente, triplicando o número de habitações coletivas nos primeiros anos do novo regime. A Abolição fomentou um intenso processo migratório para o Rio de Janeiro, tanto em função dos afro-brasileiros que buscavam alternativas de vida e trabalho fora dos horizontes das antigas propriedades rurais, quanto em função da imigração europeia fomentada por políticas de governo. As autoridades foram tolerantes com essa expansão das casas de habitação coletivas, não oferecendo alternativas adequadas para acomodar a crescente população trabalhadora.

Nesse período de instabilidade administrativa — entre 1889 e 1902, a cidade teve 19 prefeitos — o primeiro a desenvolver um programa mais consistente em relação às questões sanitárias foi Barata Ribeiro. Em 1892, este ao assumir o cargo de prefeito buscou implementar as primeiras medidas de urbanização, enfrentando resistência de comerciantes e proprietários urbanos.

Em 26 de janeiro de 1893, o novo prefeito liderou por meio de decretos específicos principalmente ao combate às epidemias que assolavam a cidade, ele liderou uma operação de grande escala, com a presença de diversas autoridades e grandes empresários, para a demolição da estalagem "Cabeça de Porco", que chegou a abrigar cerca de 4 mil pessoas, um símbolo das condições precárias de habitação na cidade. Após a demolição, é provável que os moradores desse cortiço se deslocaram para o morro localizado atrás da antiga estalagem. Durante sua gestão, também se iniciou um olhar mais atento para a questão dos transportes, que teriam como consequência o alargamento de ruas. Poucos anos depois, em 1897, chefes militares autorizaram a ocupação desse morro por soldados que voltaram da campanha de Canudos, originando o nome "Morro da Favela".

Os morros já vinham sendo ocupados desde a segunda metade do século XIX, sob incentivo do próprio Estado como alternativa aos cortiços. Contudo, a ocupação feita por soldados nos morros da Providência e também Santo Antônio é constantemente tomada na memória pública da cidade como momento de fundação de um novo tipo de habitat e habitação social: um mito com conotações de estigma de classe e raça (Oliveira, 2020).

A destruição do Cabeça de Porco foi um dos primeiros a marcar o tom das intervenções violentas realizadas por autoridades contra habitações populares, inaugurando práticas que afetam duramente a população mais pobre. Dois aspectos fundamentais

emergem dessa dinâmica urbana: primeiro, a construção ideológica que equipara “classes pobres” a “classes perigosas”, consolidando uma visão estigmatizante; segundo, o surgimento da ideia de que a gestão urbana pode ser conduzida com base exclusivamente em critérios técnicos ou científicos, desconsiderando os impactos sociais e humanos dessas decisões.

A associação entre as classes pobres e as chamadas “classes perigosas” se apoia nas ideologias do racismo científico, do determinismo racial e da teoria do criminoso nato, que forneciam uma suposta base “científica” para a hierarquização social e a criminalização das populações não brancas e empobrecidas no Brasil do final do século XIX e início do XX. Essas teorias não eram meramente reflexo de seu contexto histórico; elas desempenharam um papel central na construção da ideia de que determinados grupos eram inerentemente perigosos e, por isso, deveriam ser alvo de controle, repressão estatal e projetos de “melhoramento” social e racial.

Foi extremamente difundida no Brasil, especialmente nas discussões realizadas na Câmara dos Deputados sobre a ociosidade após o fim da escravidão. Esse conceito foi originalmente influenciado por um funcionário da polícia de Paris que, em 1840, publicou um livro sobre as classes perigosas. No texto, ele buscou descrever detalhadamente os diferentes tipos de malfeitores de Paris, mas acabou apresentando uma descrição geral das condições de vida dos pobres parisienses, sem delimitar claramente a fronteira entre pobreza e criminalidade.

No Brasil, segundo Chalhoub (1986), estabeleceu-se uma relação significativa entre ociosidade e pobreza. Para que o crime de vadiagem fosse reconhecido, era necessário o cumprimento de dois requisitos: o hábito da ociosidade e a condição de indigência. Isso porque, se um indivíduo fosse ocioso, mas dispusesse de meios para garantir sua subsistência, ele não seria considerado uma ameaça à ordem social. No entanto, quando a ociosidade se associava à indigência, entendia-se que essa combinação corrompia o senso moral, degradando o indivíduo e conduzindo-o à criminalidade. Nesse contexto, evidencia-se a construção social de duas formas distintas de ociosidade: uma considerada "boa", associada às classes dominantes e à população branca, tida como legítima e aceita socialmente, muitas vezes tratada como um direito; e outra considerada "má", atribuída às camadas populares e à população negra, percebida como ameaçadora à ordem e, por isso, sujeita à repressão.

Propositalmente, foram justamente essas definições que inspiraram nossos legisladores a desenvolverem concepções sobre trabalho, ociosidade e criminalidade no contexto da sociedade brasileira. Em um período de incerteza quanto à organização das relações de trabalho após a abolição da escravidão, emergiu a teoria da “suspeição generalizada”, consolidada na noção de “classes perigosas”. Essa teoria contribuiu para a

legitimação de ações estatais voltadas ao controle e repressão das populações mais vulneráveis.

A classe pobre não passou a ser vista como uma classe perigosa apenas pelos desafios que poderia representar ao mundo do trabalho e à manutenção da ordem pública. Para Simas (2019), essa população era vista como um elemento que “maculava”, ou seja, manchava e desfigurava, o ideal de uma cidade moderna e cosmopolita, especialmente no que se refere à ocupação e reorganização do espaço urbano. No entanto, há um paradoxo apontado pelo autor: são justamente essas “classes perigosas” que compõem os trabalhadores urbanos essenciais, responsáveis por sustentar a viabilidade do próprio sonho de uma cidade moderna.

Esses indivíduos realizavam o trabalho braçal que as elites se recusavam a exercer. Simas (2019) complementa que pouca coisa mudou desde então nesse embate disfarçado de cordialidade, sugerindo que a lógica de enxergar os pobres como perigosos, ao mesmo tempo em que se depende de seu trabalho, permanece ativa na sociedade brasileira.

Como forma de justificar a reorganização espacial promovida pela classe dominante, os hábitos de moradia das camadas populares eram frequentemente apontados como responsáveis pelos focos de epidemias e como ambientes propícios à propagação de vícios. Um exemplo emblemático desse processo foi a demolição do Cabeça de Porco, cortiço considerado pelas autoridades da época como um "antro de suspeitos". Esse discurso institucionalizado serviu como justificativa para perseguir e eliminar formas de habitação associadas à população negra e empobrecida, reforçando a exclusão e o controle social por meio da urbanização higienista (Chalhoub, 1996).

Além disso, é importante ressaltar que essas habitações também serviram como cenários importantes de luta para os negros da corte contra a escravidão. A retirada da população das áreas centrais pode ter sido uma estratégia para desarticular a memória recente dos movimentos sociais urbanos, enfraquecendo suas redes de resistência e apagando marcos simbólicos de sua luta pela liberdade.

> São vários os exemplos de escravos que moravam em cortiços, ou que tinham suas amásias morando em cortiço; além disso, encontram-se famílias de ex-escravos que conseguiam se reunir e passar a morar juntos em habitações coletivas após a liberdade. Com frequência, era nestas habitações que os escravos iam encontrar auxílios e solidariedades diversas para realizar o sonho de comprar a alforria a seus senhores; e, é claro, misturar-se à população variada de um cortiço podia ser um ótimo esconderijo, caso houvesse a opção pela fuga (Chalhoub, 1996).

A atenção dos gestores urbanos voltou-se com mais intensidade para os cortiços a partir da década de 1850, quando grandes surtos de febre amarela e cólera colocaram em evidência a questão da salubridade pública.

Nesse contexto, foi criada a Junta Central de Higiene, órgão do governo imperial encarregado das questões de saúde pública, e a Câmara iniciou debates para regulamentar essas habitações. Durante esse período, consolidou-se a percepção de que as condições de vida nos cortiços não eram prejudiciais apenas em situações de epidemias. A tuberculose, já ameaçava tornar-se uma doença endêmica no país, aumentando significativamente a mortalidade entre a população pobre, e os médicos da época começaram a associar essa realidade às precárias condições de vida nos cortiços.

Fica evidente que houve uma escolha deliberada em priorizar o combate à febre amarela em detrimento da tuberculose. Na época, a tuberculose era associada pelos médicos às condições gerais de vida da população, incluindo alimentação e trabalho. Entre 1850 e 1920, período considerado de crise aguda na saúde pública da capital, a tuberculose causou muito mais mortes do que qualquer outra doença epidêmica. Contudo, a tuberculose parecia atingir indiscriminadamente brancos e negros, nacionais e estrangeiros, e justificava-se a falta de prioridade alegando que até mesmo em Paris a tuberculose era uma grave ameaça.

Por outro lado, a febre amarela era vista de maneira oposta, como uma doença tropical que atingia principalmente os imigrantes. Isso a tornava um obstáculo direto aos interesses das classes dominantes, que desejavam atrair e manter essa população estrangeira no país. Dessa forma, a febre amarela foi alçada ao status de principal problema de saúde pública.

A chamada “gestão científica” da cidade estava, na prática, profundamente marcada por critérios de raça e classe, que atuavam como instrumentos de hierarquização social. Esses critérios determinavam o tratamento dispensado pelo Estado a diferentes grupos, negligenciando qualquer compromisso real com a melhoria das condições de vida das camadas mais pobres e racializadas da população. Saneamento e transformações urbanas eram conduzidos não como um esforço para beneficiar as massas, mas para atender aos interesses das elites. O mais preocupante é perceber que essa suposta "cientificidade" e neutralidade das instituições públicas, nas decisões administrativas, carregavam em seu núcleo a violência contra a cidadania, perpetuando desigualdades e exclusões sociais.

Por um breve momento, houve a preocupação de legislar sobre a qualidade e as características das construções conhecidas como cortiços. No entanto, nas décadas seguintes, o foco mudou: a atenção deixou de ser voltada para a forma das edificações e passou a concentrar-se no espaço, ou seja, nos locais onde essas habitações eram construídas. Isso resultou em legislações que proibiam a construção de cortiços em determinadas áreas da cidade. Assim, iniciou-se a criação de instrumentos legais para perseguir e eliminar esse tipo de moradia, marcando o início do processo de exclusão social no espaço urbano.

Diante disso, a transformação da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX foi marcada pelo confronto entre duas visões ideológicas opostas. De um lado, uma ideia de progresso, civilização, e regeneração estética e sanitária da cidade, representada pelas figuras de Pereira Passos e Oswaldo Cruz. Do outro, a imagem da cidade colonial, percebida como atrasada, anti estética, suja e doente, associada aos tradicionalistas, aos rotineiros e aos revoltados.

A visão da corrente que defende o progresso, o princípio civilizador e a regeneração estética e sanitária da cidade, especialmente no contexto das reformas urbanas, ganhou força em 1901, durante um congresso organizado pelo Clube de Engenharia. Com o objetivo de discutir o embelezamento e o saneamento da cidade, o evento foi promovido por essa instituição de grande prestígio, reconhecida por sua influência significativa nas decisões do Estado e por seu papel como importante agente social. De acordo com Rocha (1995), "foi o clube o principal responsável pela manutenção do debate sobre o saneamento e urbanização do Rio de Janeiro durante duas décadas e não o poder público."

A ideologia do princípio civilizador atende aos interesses das classes dominantes e do capital, que seriam favorecidas pela remodelação urbana. No entanto, a renovação urbana enfrentou um grande obstáculo: a destruição de edificações que, para as camadas mais pobres da sociedade, não eram apenas imóveis, mas também espaços de moradia, trabalho e convivência. A demolição dessas construções exigiu mais que apenas a remoção física de habitações; representava o rompimento de relações sociais, culturais e econômicas profundamente enraizadas na vida cotidiana dessas pessoas.

No ano seguinte ao congresso, o desempenho do governo federal teve um papel crucial na remodelação e no saneamento do Distrito Federal durante a presidência de Rodrigues Alves, iniciada em 1902, após o governo de Campos Sales. Alves assumiu a presidência, com um plano ambicioso que incluía o saneamento da cidade e a melhoria do Porto do Rio de Janeiro. No entanto, esses projetos iriam muito além do porto, englobando um plano de remodelação urbana drástico e de grandes consequências sociais. O objetivo era tanto facilitar a movimentação e o escoamento das mercadorias que chegavam ao porto quanto eliminar doenças endêmicas como febre amarela, febre tifoide, impaludismo, varíola, peste bubônica e tuberculose, que assustavam os estrangeiros e dificultavam o crescimento econômico.

Um exemplo claro desse compromisso foi a decisão de priorizar os investimentos no porto da capital. Apesar da lei, que autorizou os empréstimos serem destinados ao melhoramento de todos os portos da república, como Recife, Salvador, Belém, Manaus, Santos e os da bacia do Rio Grande do Sul, Rodrigues Alves direcionou os recursos exclusivamente para o porto do Rio de Janeiro. Essa escolha reflete a ênfase de seu governo em transformar a Capital Federal em um modelo de modernidade e eficiência.

Com essas três diretrizes principais delineadas, Rodrigues Alves nomeou Pereira Passos como prefeito do Rio de Janeiro para liderar as transformações urbanas, e Oswaldo Cruz como Diretor-Geral de Saúde Pública para empreender o saneamento. Ambos solicitaram "carta branca" para agir, e o presidente prontamente atendeu às propostas. A Lei de 29 de dezembro de 1902 criou um novo estatuto de organização municipal para o Distrito Federal, concedendo poderes extraordinários e autoritários ao prefeito, retirando da população o direito à defesa e à representação política na Câmara Municipal do Distrito Federal. Pereira Passos adquiriu poderes ditatoriais na municipalidade. Da mesma forma, Oswaldo Cruz recebeu plenos poderes para implementar medidas de saúde pública.

As ações de maior impacto no Rio de Janeiro começaram a ocorrer quando Pereira Passos aceitou o convite do Presidente Rodrigues Alves para assumir a prefeitura do Distrito Federal. Governando com "carta branca", passou por cima da Câmara dos Vereadores e conseguiu alterar a legislação vigente. Passos se apresentava como um administrador acima da política, afirmando basear sua gestão em princípios técnicos e científicos. Como dito, a remodelação da capital e da política de imigração foram os pilares do projeto político-administrativo de Rodrigues Alves, que, para atingir esses objetivos ambiciosos, atendeu à solicitação de Passos. Este assumiu a prefeitura em 3 de janeiro de 1903, antes mesmo da publicação oficial de sua nomeação.

Durante o mandato de Alves, foram iniciadas grandes obras, divididas entre o governo federal e o municipal. A prefeitura ficou responsável por intervenções como a abertura da Avenida Beira-Mar, a ligação do Passeio Público ao Largo do Estácio e o alargamento de ruas importantes, como Marechal Floriano, Prainha, Camerino e Treze de Maio. Já o governo federal foi encarregado de projetos como a construção do Cais do Porto, a conclusão do Canal do Mangue, o arrasamento do Morro do Senado e a abertura da Avenida Central. Uma das primeiras medidas foi alterar a lei de desapropriações de 1855, transferindo a maior parte do ônus dessas desapropriações para os proprietários, adequando-a às limitações orçamentárias.

Três grandes avenidas foram abertas no centro da Capital Federal: Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e Avenida Central, acompanhadas pela modernização do Porto do Rio de Janeiro. A Avenida Rodrigues Alves, além de atender às necessidades de circulação, tinha como objetivos melhorar o saneamento e aumentar a segurança em uma das áreas mais perigosas da cidade. Já a Avenida Central concentrou os principais elementos de modernização urbanística, transformando o centro da capital em um pólo administrativo, comercial e financeiro. Essa região, anteriormente, também abrigava grande parte das atividades urbanas, incluindo pequenas oficinas artesanais, unidades manufatureiras, semi-industriais e uma variedade de serviços que foram retirados desta área.

Importante ressaltar que o objetivo dessas intervenções urbanas é além da simples remodelação. Havia motivações econômicas, políticas, sociais e ideológicas subjacentes, incluindo o desejo de erradicar a população trabalhadora da região central. A mudança de função do centro visava atender aos interesses especulativos imobiliários e à acumulação e circulação de capital comercial e financeiro. Além disso, razões ideológicas ligadas às camadas privilegiadas reforçaram um processo de expropriação, expulsando determinadas populações desta área disputada.

Esse processo gerou uma grave crise habitacional, com consequências como aumento dos alugueis, superlotação de cômodos e limitações das condições de higiene. Entretanto, como contrapartida, trouxe oportunidades de enriquecimento para comerciantes que atuavam nas áreas deterioradas remanescentes, aproveitando uma nova dinâmica econômica gerada pelas transformações urbanas.

Como exemplo, a construção da Avenida Central, uma das obras mais emblemáticas, resultou na demolição de 641 edifícios, gerando uma série de abusos de poder contra a população. Esse processo acentuou a especulação imobiliária, prejudicando pequenos comerciantes, proprietários de casas de cômodos e cortiços, além de ordens religiosas. O mandato de Passos terminou em 1906, deixando como legado a inauguração da Avenida Central, responsável pela demolição de 1.681 habitações e pelo desabrigo de quase 20 mil pessoas em apenas quatro anos. Essa população, sem alternativa, foi obrigada a procurar novas moradias em áreas periféricas. As reformas promovidas por Passos transformaram profundamente o Rio de Janeiro, mas à custa de diversas consequências sociais e econômicas para os mais vulneráveis.

Essas transformações urbanas forçaram uma mudança de grande parte da população do Rio de Janeiro, mas com dinâmicas específicas dependendo da classe social. Enquanto os proprietários buscaram áreas mais ocupáveis, atendidas por transportes modernos, os trabalhadores, devido às suas limitações econômicas, não se afastaram tanto do centro. Muitos se aglomeraram em novas habitações coletivas ou concentraram-se na ocupação dos morros, já que os preços das casas subiram significativamente. Esse cenário foi agravado pela chegada de pessoas provenientes do campo em busca de trabalho, aumentando a população pobre sem um aumento correspondente no número de moradias disponíveis.

Um exemplo significativo foi a freguesia de Santana, que recebeu 29.087 novos habitantes entre 1872 e 1890, e mais 11.782 durante o período republicano, totalizando 79.315 moradores em 1906 (Rocha, 1995). Esta freguesia também conhecida como Largo do Rocio Pequeno, foi urbanizada na década de 40 devido ao surgimento dos bondes, inicialmente abrigava a aristocracia. No entanto, com a expansão dos bondes, essa elite se deslocou para áreas mais arejadas, como a Zona Sul e a Tijuca, deixando seus casarões. A

partir da década de 1870, surgiram as primeiras casas de cômodos e habitações coletivas nessa área, tornando-a um bairro popular e predominantemente negro, conhecido como uma "África em miniatura": “Na feliz expressão de Heitor dos Prazeres, a região da praça Onze era realmente uma África em miniatura. O idioma português misturava-se com dialetos africanos, principalmente com os de origem nagô (Rocha, 1995).

Esse contexto nos interessa especialmente devido à ocupação pelas camadas mais pobres da população. As mulheres da região, conhecidas como as "baianas da Praça Onze", ganhavam a vida vendendo quitutes, enquanto os homens trabalhavam na zona portuária, nas construções, em biscates ou em ofícios aprendidos em casa, como marceneiro e lustrador de móveis. Essa comunidade foi um foco de resistência à modernidade imposta pela República, conservando muitas de suas características socioeconômicas mesmo após as demolições.

Outro destino comum para essa população foram os morros, embora não seja possível determinar exatamente quando a ocupação começou, foi após a Reforma Passos que ela se intensificou, tornando-se um problema urbano. Parte desse crescimento está associado à reutilização de materiais provenientes das demolições, como sobras ou lixo. A valorização das habitações coletivas remanescentes e dos altos custos e precariedade dos transportes coletivos também contribuíram para essa forma de habitação, uma vez que os trabalhadores não podiam se afastar de seus locais de trabalho.

As ações do "bota-abaixo" tinham como objetivo a "civilização" da cidade, mas desconsideravam o destino dos moradores adequados. Com as demolições, não apenas as habitações foram destruídas, mas também todo um modo de vida, desarticulando as formas de sobrevivência de uma parcela significativa da classe trabalhadora.

Outro aspecto importante a ser observado é a questão sanitária no final do século, a década de 1890 foi marcada por uma grave crise sanitária que refletia a drástica instabilidade das condições de vida da população trabalhadora do Rio de Janeiro, composta, em grande parte, por pessoas em situação de miséria e alta vulnerabilidade. Segundo Benchimol (1992), nos anos que antecederam a Proclamação da República, a cidade sofreu grandes surtos epidêmicos, como o da febre amarela em 1889, que resultou em 2.155 mortes. A situação piorou em 1891, quando a mortalidade por diversas doenças aumentou significativamente. Nesse ano, a febre amarela fez 4.454 vítimas, a varíola 3.944 mortes, a malária vitimou 2.235 pessoas e a tuberculose, uma das doenças mais letais da época, registrou 2.373 óbitos em 1891 e 2.202 em 1890. Esses números evidenciam a gravidade das condições sanitárias no início da década, que representava um enorme desafio para a saúde pública.

Sem grandes mudanças na saúde pública entre o final do século XIX e o início do século XX, o cientista Oswaldo Cruz assumiu o cargo de Diretor-Geral de Saúde Pública

com plenos poderes para enfrentar as questões epidêmicas que assolavam o país. Com esse objetivo, ele foi responsável pela aprovação no congresso e na Câmara dos Deputados da Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904, que tornou a vacinação obrigatória contra a varíola. Segundo Sevcenko (2010), essa medida foi parte de um esforço mais amplo para combater as endemias urbanas:

> Este instrumento lhe permite invadir, vistoriar, fiscalizar e demolir casas e construções. Estabelecer, ainda, um foro próprio, dotado de um juiz especialmente nomeado para dirimir as questões e dobrar as resistências (Sevcenko, 2010).

No entanto, a regulamentação da lei, que estabelece normas, métodos e recursos para sua aplicação, ficou a cargo do Departamento de Saúde Pública, liderado por Oswaldo Cruz. O jovem sanitarista elaborou um regulamento com termos extremamente rígidos, impondo a vacinação de forma incondicional à população, sem qualquer preparação psicológica ou sensibilização prévia.

Com a aprovação da lei da vacina obrigatória e sua regulamentação sob a liderança de Cruz, a população do Rio de Janeiro ficou totalmente à mercê de funcionários e policiais do serviço de saúde pública. Essa combinação de opressão econômica, arbitrariedade política e imposições autoritárias criou o cenário perfeito para a explosão da revolta. Essa abordagem tecnocrática e insensível foi o estopim para a Revolta da Vacina.

A regulamentação foi publicada em 9 de novembro de 1904, e, já no dia seguinte, iniciaram-se os confrontos entre a população e as forças do Estado, que se estenderam por vários dias. O levante popular contou com o apoio de duas correntes principais: os jacobinos e os florianistas, além de um apoio velado dos monarquistas, excluídos do cenário político republicano. Embora os primeiros grupos tenham tentado instrumentalizar a revolta para promover suas agendas políticas, a intensidade da fúria popular tornou impossível qualquer controle sobre o movimento.

O resultado foi devastador: um número incalculável de mortos e feridos, prejuízos materiais significativos e uma atmosfera de terror que continua a se fazer sentir por pelo menos dois anos após seu início. A Revolta da Vacina revelou não apenas o descontentamento popular com medidas consideradas autoritárias, mas também uma profunda desconexão entre o governo e a população.

Entre 1890 e 1920, a capital do Brasil teve um crescimento populacional expressivo, mais do que dobrando sua população de 522.651 para 1.157.873 habitantes. Esse aumento foi impulsionado por diversos fatores, como a migração de pessoas que saíram das fazendas após a Abolição, os fluxos de migrantes internos atraídos pela euforia econômica do Encilhamento e os grandes contingentes de imigrantes estrangeiros que desembarcaram

anualmente no porto. No entanto, como já dito, esse crescimento populacional ocorreu sem uma política habitacional adequada, o que intensificou a procura por moradia e criou um ambiente favorável ao surgimento de habitações em condições sanitárias precárias.

A insatisfação popular com as péssimas condições de vida foi amplificada pelos políticos da oposição, que utilizaram os motivos como uma poderosa arma política. Apesar do risco de perder o controle dessas manifestações e de que a revolta popular se voltasse contra eles, os motivos eram vistos como uma ferramenta eficaz para a pressão do governo. Após a Revolta da Vacina, a remodelação urbana ganhou ainda mais relevância como instrumento de controle social. A eliminação de becos e vielas consideradas perigosas, aliada à deslocação das populações pobres para fora do centro, visava impedir novas revoltas e transformar a cidade seguindo o modelo parisiense, que Pereira Passos acompanhou de perto. Contudo, essas medidas agravaram a pressão sobre as moradias, forçando as populações mais humildes a se deslocarem para periferias ou bairros distantes e degradados. Junto com essas pessoas, as doenças que antes assolavam o centro eram deslocadas para locais insalubres, enquanto o centro se consolidava como espaço reservado à burguesia.

O surgimento dessa “nova cidade” dentro da antiga ocorreu a um custo social, humano e econômico extremamente elevado, marcado por segregação. A Revolta da Vacina, nesse contexto, representou um grito de desespero de uma população acuada, humilhada e marginalizada. Sem um objetivo claro de tomada de poder ou ganhos concretos, a revolta foi, acima de tudo, uma manifestação de indignação contra a exclusão e a violência sistemática que marcou aquele período.

Toda a remodelação urbana e sanitária ocorrida no Rio de Janeiro no início do século XX gerou impactos significativos nas instituições da cidade, incluindo o Corpo de Bombeiros. Com o surgimento dessa "nova cidade", novas formas de convivência social e demandas emergiram, exigindo mudanças nas rotinas das instituições públicas. Para o Corpo de Bombeiros, isso significou a necessidade de reaparelhamento, aumento do efetivo, capacitação dos profissionais com novas habilidades técnicas e a importação de tecnologias da Europa e dos Estados Unidos, buscando atender às exigências de uma cidade em transformação e de um futuro mais moderno e estruturado.

## 1.2 Infraestrutura Urbana e Aperfeiçoamento Técnico do Corpo de Bombeiros

No entanto, para compreender essas mudanças, é essencial voltar à criação da instituição, que está profundamente ligada à história do Rio de Janeiro. Como já apresentado na introdução deste trabalho, o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte foi fundado em 2 de julho de 1856, pelo Decreto Imperial nº 1.775, assinado por D. Pedro II, e

colocado sob a jurisdição do Ministério da Justiça. Seu primeiro comandante foi o Major João Baptista de Castro Morães Antas, nomeado em 26 de julho de 1856, com a missão de organizar a instituição administrativa e operacionalmente.

Inicialmente, o Corpo de Bombeiros foi formado por pessoal oriundo de outras repartições, como os Arsenais de Guerra da Marinha, a Repartição de Obras Públicas e a Casa de Correção. Esta última fornece como mão de obra os "africanos livres", que eram indivíduos africanos colocados sob a tutela do Estado após serem emancipados por leis que combatem o tráfico de escravizados. Pouco antes da criação do Corpo de Bombeiros Provisório, a Lei Eusébio de Queiroz estipulou que esses africanos só poderiam ser empregados em instituições públicas, projetos de interesse nacional ou organizações de caridade. Observe-se, desde o surgimento da instituição, a opção pelo emprego de homens negros como principal força de trabalho braçal.

Em 1857, a corporação contava com 15 bombas manuais, principais ferramentas para o combate a incêndios, distribuídas pelas seções. O transporte das bombas era feito por carroças, e, em novembro do mesmo ano, foram distribuídos os primeiros uniformes do Corpo de Bombeiros da Corte. Apesar dos avanços iniciais, a corporação ainda carecia de regulamentação detalhada, o que foi resolvido com o Decreto nº 2.587, de 30 de abril de 1860. Esse regulamento tornou o Corpo de Bombeiros uma instituição efetiva, deixando de ser provisório, estruturada em cinco seções específicas, sendo duas próprias e três auxiliares, utilizadas em casos de incêndios de grandes proporções. O decreto também determinou que as praças deveriam se engajar por um período mínimo de quatro anos, solucionando o problema da alta rotatividade de pessoal, que prejudicava o aprimoramento profissional.

Outro ponto importante desse regulamento foi a implementação de gratificações. Carroceiros com pipas d'água que ajudassem no combate a incêndios poderiam receber uma recompensa, solicitada mediante à Secretaria de Polícia da Corte e aprovação do Corpo de Bombeiros. Além disso, qualquer pessoa que notificasse um incêndio também tinha direito a uma recompensa, como exemplificado por Bastos (2015), que cita o caso de um escravizado chamado Francisco, recompensado em 1859 por informar um sinistro. Esse modelo de incentivos demonstrava o esforço inicial para estruturar e profissionalizar a corporação, ao mesmo tempo em que buscava envolver a comunidade no combate a incêndios:

> Sirva-se VSa. Informar se o escravo Francisco, do Dr. Firmo, foi quem no dia 31 de outubro veio a esta repartição dar parte do incêndio de que se manifestou na casa do Exmo Senador D. Manoel de Assis Mascarenhas, à Rua dos Inválidos, visto ter o dito escravo requerido a gratificação competente. Deus Guarde VSa (Bastos, 2015).

Ajudar a conter incêndios, era uma forma de buscar a emancipação, seja como prémio, seja como forma de adquirir pecúlio para compra da alforria. Em 1861, a corporação do Corpo de Bombeiros passou para a jurisdição do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ganhando o status de Secretaria de Estado. Acompanhando o desenvolvimento técnico da cidade, o regulamento previa a utilização de postos telegráficos para facilitar a comunicação. No entanto, essa inovação só foi inaugurada em julho de 1862, com a instalação de uma linha telegráfica que ligava a secção do Campo de São Cristóvão à Secretaria de Polícia, localizada na Rua do Regente.

A atuação do Corpo de Bombeiros não se restringe apenas ao combate a incêndios. Conforme observado por Bastos (2015), a corporação já desempenhava serviços de prevenção, que eram reconhecidos pela população e por outras instituições, como a Polícia da Corte. Em 1863, esse reconhecimento foi formalizado em um ofício enviado ao Corpo de Bombeiros pela Secretaria de Polícia, destacando a relevância de suas ações preventivas e seu papel no cuidado com a segurança da cidade.

Em 1864, foi criado no Campo da Aclamação, nos números 43 e 45, a Diretoria Geral e a 1ª Seção de Bombeiros, no local onde hoje se encontra o Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. No ano seguinte, a corporação recebeu sua primeira bomba a vapor, uma inovação que tornou inviável o transporte desse equipamento por força humana devido ao seu peso. Para solucionar essa limitação, a corporação deu início ao uso de viaturas tracionadas por muares (jumentos), marcando um avanço significativo na logística de combate a incêndios.

No entanto, o Corpo de Bombeiros ainda não possuía os animais necessários para esse transporte, o que levou à criação de normas e à abertura de concorrências para o fornecimento de muares em caso de emergência. Os cidadãos cadastrados eram obrigados a fornecer os animais, sob pena de multas pesadas em caso de descumprimento. Essa prática evidencia como a história da instituição estava profundamente vinculada à dinâmica urbana e à colaboração dos habitantes da cidade.

Além das funções de combate a incêndios, o Corpo de Bombeiros também foi solicitado para outras atividades. Um exemplo ocorreu em 1866, quando o governador do Rio de Janeiro, Espiridião Elói de Barros Pimentel, enviou um ofício ao Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, posteriormente enviado ao comandante dos bombeiros, solicitando ajuda em conflitos entre populares. Esses incidentes envolviam escravizados, lavadeiras, índios e portugueses que disputavam o uso de um chafariz localizado no Largo da Carioca. Esse episódio ilustra o papel multifacetado desempenhado pela corporação no contexto social e urbano da época.

> Expeça V. Mcê as ordens necessárias para que as praças do Corpo de Bombeiros aquarteladas no 40 Posto (Posto Alfândega, estação ESTE, localizada num compartimento da Alfândega, cedido pelo Ministério da Fazenda) de Bombeiros, prestem os auxílios necessários e que forem reclamados, aos guardas do chafariz da Carioca, a fim de evitar desordens entre os carroceiros que conduzem pipas d'água, escravos capoeiras e os ditos guardas, quando tiverem que cumprir o seu dever [7] (Arquivo Geral do CBMERJ, 1866).

Entre 1878 e 1879, o Corpo de Bombeiros implementou na cidade os "avisadores de incêndios", um importante avanço tecnológico que transformou o sistema de alerta para emergências. Como a eficiência no combate a incêndios está diretamente associada à rapidez com que os bombeiros começam a agir, essas caixas de aviso representam um grande ganho para a agilidade no atendimento. Com sua instalação, foi abolido o antigo método de alerta, que consistia em três tiros de grosso calibre disparados do alto do Morro do Castelo, com intervalos de cinco minutos, para avisar sobre a ocorrência de um incêndio. Infelizmente, tudo indica que o escravizado Tobias — mencionado no início deste texto em uma crônica da *Revista Avante Bombeiro*, publicada em 2 de julho de 1956 — não teve conhecimento dessa inovação.

A militarização da Corporação que ocorreu com o Decreto nº 7.766, de 19 de julho de 1880 demonstra a importância que ela vinha conquistando no império. Este decreto permitiu que os oficiais do Corpo de Bombeiros pudessem usar insígnias de Oficiais Militares do Império o que passou a dar mais respeito social a seus componentes. No ano seguinte, mais um decreto importante para a mudança de realidade de pessoal e do material da Corporação. O decreto 8.837, de 17 de dezembro aprova o regulamento que dava organização militar para todo o Corpo, e não mais somente para os oficiais; também elevava o quadro de pessoal para 300 homens, e autorizava o Governo Imperial a utilizá-lo em caso de Guerra. Em 1887, temos um novo regulamento que cria o "Estado Menor" dando uma organização semelhante a do Exército. E além disso foi criada a Caixa de Beneficência do Corpo de Bombeiros um benefício trabalhista capaz de garantir o futuro dos oficiais e praças, porém ela só foi efetivada em 1888.

No final de 1892, já sob o regime republicano, a Lei nº 125B, de 21 de novembro, devolveu o Corpo de Bombeiros ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Entre as atividades desempenhadas pela corporação na época, destacava-se a irrigação das ruas da cidade para controlar a poeira, conforme observado por Bastos (2015). Essa tarefa exigia uma grande quantidade de mão de obra, o que frequentemente levava o comandante a solicitar aumento de pessoal. No entanto, devido às dificuldades económicas, esses pedidos

[7] Fonte: Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício constante do Livro de Ofícios Recebidos, do Corpo de Bombeiros da Corte, em 1866. Resguarda-se a grafia original

foram negados. Como alternativa, a prefeitura passou a pagar diárias ao Corpo de Bombeiros pelo serviço prestado. Essa prática foi interrompida no final de 1895, quando a prefeitura alegou problemas financeiros e justificou que a maioria das ruas do centro já estava calçada.

Em 1897, o Coronel do Corpo de Engenheiros Francisco Marcelino de Souza Aguiar foi nomeado para comandar a corporação. Ele foi responsável por implementar grandes mudanças no início do século XX, incluindo a reforma e a remodelação do prédio da Estação Central, além de uma série de melhorias técnico-profissionais. Essas iniciativas marcaram o início de uma nova fase para o Corpo de Bombeiros, com avanços inovadores em sua estrutura e operação.

Em 1898, iniciaram-se as obras projetadas pelo Coronel Souza Aguiar, que foram concluídas até julho de 1903. Como legado, ele deixou importantes melhorias para a Corporação, incluindo novos alojamentos na Estação Central, alojamento para viaturas e materiais de combate a incêndios, uma torre para drenagem de mangueiras, uma enfermaria para tratamento de pacientes, uma extensa rede telefônica, um sistema de alertas de incêndio, fornecimento de luz elétrica e oficinas mecânicas para manutenção de viaturas e equipamentos.

Após a conclusão dessas obras, o comando da Corporação foi assumido pelo Tenente-Coronel Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, irmão de Souza Aguiar, que deu continuidade ao processo de modernização do Corpo de Bombeiros. Segundo Bastos (2015), apenas em 1903, a corporação adquiriu uma série de novos equipamentos, incluindo: 2 bombas a vapor, 6 bombas de cisterna, 6 carros para transporte de pessoal e material, 1 ambulância, 1 carruagem tipo victória, 6.030 metros de mangueiras, 1 aparelho para caldeiras alimentares, 1 carrinho para mangueiras, 224 juntas de união de mangueiras, 32 esguichos, 26 derivados, 18 requintes, 20 caixas avisadoras de incêndio, 1 máquina para tosar animais e 2 aparelhos para empatar mangueiras.

Ainda em 1903, o novo comandante, por meio do Relatório Anual do Comando do Corpo de Bombeiros, solicita ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores o aumento do efetivo da corporação em pelo menos o dobro, atendendo ao crescimento populacional e às demandas da nova Configuração urbana da cidade. Essas ações ilustram o esforço contínuo de modernização e ampliação das capacidades operacionais da corporação. A modernização urbana tem como pressuposto a organização de um serviço infra-estrutural básico para a manutenção da cidade: o corpo de bombeiros.

Com as obras realizadas nas ruas da cidade, foi necessário alterar os registros de combate a incêndios instalados nas calçadas. Entre 1904 e 1905, a quantidade de registros na parte central da cidade aumentou de 19 para 90. No geral, o número total de registros

passou de 1.923, em 1903, para 2.011, em 1905, refletindo o esforço de ampliação e modernização da infraestrutura de combate a incêndios (Bastos, 2015).

Além disso, em 1904, foi iniciada uma grande mudança técnico-profissional a partir das oficinas instaladas na Estação Central. Nessas seções, 115 militares foram especializados em funções como limadores, ferreiros, serralheiros, torneiros e ajustadores, capacitando-os a trabalhar em uma oficina de máquinas. Esses militares, além de exercerem suas funções técnicas, atuavam como bombeiros quando escalados de prontidão.

Dezenove bombeiros foram treinados para realizar reparos em rodas de carros de combate a incêndios, que muitas vezes foram danificados devido a condições precárias do calçamento durante as obras. Assim, foi criada a "Seção de Segueiros e Carpinteiros". Outras seções também foram ampliadas, como a "Oficina de Telegrafistas", a "Oficina de Pintura", a "Oficina de Pedreiros" e a "Oficina de Ferradores". Essas iniciativas não apenas modernizaram a corporação, mas também diversificaram as habilidades dos militares, garantindo maior autonomia e eficiência aos serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros.

## 1.3 Regulamentações, Recrutamento e Transformações no Corpo de Bombeiros no Contexto do Rio de Janeiro (1860-1907)

Agora, analisaremos as regulamentações do Corpo de Bombeiros desde 1860 até o regulamento de 1907, com foco nas mudanças nos requisitos de ingresso e seus impactos nas limitações e atratividade da corporação para novos integrados. Essas alterações refletem as grandes transformações vivenciadas tanto pela corporação quanto pela cidade do Rio de Janeiro entre o final do século XIX e o início do século XX.

O alistamento no Corpo de Bombeiros sempre foi uma questão de grande atenção para os comandantes. Em 1860, o novo regulamento definido pelo Decreto nº 2.587, de 30 de abril, retirou o caráter provisório da instituição, tornando-a permanente, e, em seu oitavo artigo, estabeleceu que o engajamento dos bombeiros deveria ser de quatro anos e poderiam se alistar indivíduos entre 18 e 40 anos além de possuir robustez e agilidade. Essa medida buscava resolver dificuldades relacionadas à manutenção do aprimoramento técnico e operacional da corporação, além de tentar fortalecer o controle e a disciplina dos militares. A falta de engajamento por períodos definidos prejudicava a acumulação de experiência tanto nos treinamentos quanto nas operações de combate a incêndios.

Entretanto, mesmo com esse avanço, a corporação ainda enfrentava dificuldades para preencher seus quadros. De acordo com Souza (2021), a austeridade do trabalho como soldado do fogo, aliada a salários pouco atrativos, tornava a carreira financeiramente

desinteressante. Assim, a principal barreira para a atração de novos alistados estava relacionada às "exigências do trabalho" e aos "vencimentos" oferecidos. Como solução, o diretor-geral da época propõe equiparar os vencimentos dos bombeiros aos de outros militares, como os da polícia e do Exército.

Durante a década de 1860, os relatórios apresentados pelo Ministério da Agricultura evidenciam o baixo número de alistados. Esse cenário impulsionou discussões sobre a militarização do Corpo de Bombeiros, uma proposta defendida tanto pelo comandante-geral quanto pelo diretor de Agricultura, Comércio e Indústria, em seu relatório solicitando apoio do ministro da Agricultura. Essas discussões apontavam para a necessidade de reformar a estrutura da corporação a fim de torná-la mais atraente e funcional.

> Se a profissão de bombeiro não for circundada de certas vantagens, não será possível obter-se quem se queira a ela dedicar, e nem as praças que atualmente possui o corpo se conservarão, desde que estiver terminado o tempo de seus engajamentos.
> Cumpre não esquecer que o corpo de permanentes da Corte, cujas condições de vencimentos, e de comodidades não podem entrar em paralelo com as pequenas vantagens do Corpo de Bombeiros, não tem conseguido preencher o seu quadro efetivo.
> Cumpre não esquecer que para o Corpo de Bombeiros não há bem a coação de recrutamento, que alimenta o nosso Exército, nem o estímulo de um bom soldo, e outras vantagens, como no de permanentes, nem as vantagens militares de que este goza, nem finalmente a isenção do serviço da guarda nacional, desde que a praça termina o prazo do seu engajamento (Brasil, 1863).

Este trecho do relatório deixa evidente que, diante dos desafios enfrentados pelo Corpo de Bombeiros para preencher suas fileiras, era necessário criar formas voluntárias de atrair pessoas para a corporação, já que, diferentemente do Exército, não havia obrigatoriedade legal de alistamento compulsório. Assim, oferecer um bom salário, vantagens militares ou até mesmo isenção do serviço obrigatório na Guarda Nacional foram sugeridos como possíveis atrativos.

No entanto, o processo de militarização do Corpo de Bombeiros só teve início em 1880, com a promulgação do Decreto Imperial nº 7.766, de 19 de julho de 1880, que concedeu graduações militares exclusivamente aos oficiais. Foi apenas em dezembro de 1881, com o Decreto Imperial nº 8.337, que a militarização se estendeu a toda a corporação, marcando uma nova fase na sua organização e funcionamento.

> Art. 1º O Corpo de Bombeiros da Côrte tem por fim principal o serviço de extinção de incêndios na cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios.
> Parágrafo único. Em caso de guerra, porém, o Governo poderá empregá-lo como corpo de sapadores ou pontoneiros; dando-lhe, neste caso, a organização do batalhão de engenheiros.
> Art. 2º Compor-se-ha de um estado-maior e de tantas seções quantas forem precisas conforme o desenvolvimento que tiver a cidade.

> § 1º Ficam desde já organizadas a 1ª, 2ª e 3ª seções sendo o estado-maior incluído na 1ª seção.
> § 2º Cada seção terá três oficiais: sendo um comandante, um coadjuvante e um chefe de estação; cinco sargentos, dos quais um será chefe de serviço e quatro de turma; oito cabos de esquadra e 82 bombeiros, incluindo artífices, trabalhadores, aprendizes, condutores e corneteiros (Brasil, 1881).

O novo regulamento, em seu primeiro artigo, definiu a missão principal do Corpo de Bombeiros, transformando-o, por meio de seu parágrafo único, em força auxiliar do Exército. No segundo artigo, estabeleceu sua estrutura organizacional e o quantitativo de militares por postos. Em relação aos critérios para os candidatos, manteve-se a faixa etária entre 18 e 40 anos e a exigência de robustez e agilidade, agora avaliadas por um médico da corporação, além da necessidade de comprovação de moralidade.

O regulamento também introduziu critérios de desempate entre candidatos com qualificações semelhantes, priorizando aqueles que soubessem ler e escrever, possuíssem um ofício aproveitável ou tivessem servido no Exército, na Armada, na Polícia ou na Marinha Mercante. Foi incluída ainda a possibilidade de reengajamento, por mais quatro anos, para praças de boa conduta interessadas, que receberam uma gratificação de 200 réis diários.

Outra inovação importante foi a garantia de que militares que sofressem acidentes em serviço seriam tratados às custas do Estado, continuando a receber seus salários integrais como se estivessem em atividade. O tempo de tratamento também seria contado para fins de tempo de serviço. Além disso, o regulamento equiparou os direitos do Corpo de Bombeiros aos da Polícia Militar no que diz respeito a isenções, regalias e vantagens.

Um dos avanços mais significativos desse decreto foi a criação do regime de reforma para os militares. Estabeleceu-se que, após 25 anos de serviço, seria possível aposentar-se com o soldo integral do posto ocupado. Caso um militar ficasse impossibilitado de trabalhar devido a doença, poderia se aposentar após 10 anos de serviço, recebendo salário proporcional ao tempo trabalhado, e, em casos de incapacitação por acidente de serviço, teria direito à aposentadoria integral.

O decreto também previu para as praças a concessão de licença por motivo de doença, com vencimentos, por até 30 dias a cada ano. Após esse período, ou em outras situações, a licença seria sem remuneração. Essas medidas evidenciam o esforço de regulamentar e estruturar a corporação, garantindo direitos e incentivos para seus integrantes.

A próxima regulamentação ocorreu em 1887, com o Decreto nº 9.829, que trouxe mudanças significativas nos critérios de alistamento. A idade máxima permitida foi reduzida de 40 para 30 anos, e foram incluídas características físicas específicas, como altura mínima de 1,64 m, circunferência subpeitoral de 70 cm, capacidade vital de 3.000 centímetros

cúbicos e peso mínimo de 56 quilos. No entanto, não há evidências nos documentos analisados que confirmem a aplicação rigorosa dessas exigências na prática.

Em relação à reforma, o novo regulamento introduziu a possibilidade de o militar servir por 30 anos e se aposentar com a graduação e o soldo correspondentes ao posto imediatamente superior. Um dos maiores avanços dessa norma no âmbito dos benefícios foi a criação da Caixa de Beneficência. Essa medida tinha como objetivo prestar assistência aos militares em caso de invalidez permanente ou temporária, custear as despesas fúnebres e oferecer suporte financeiro às viúvas e filhos dos militares falecidos.

De acordo com a norma, teriam direito à pensão os praças que, após quatro anos como contribuintes, fossem acometidos por invalidez ou doença grave. Caso o contribuinte falecesse, a pensão seria dividida em duas partes: metade para a viúva e a outra metade entre os filhos, demonstrando um esforço da corporação para oferecer maior segurança e proteção social aos seus integrantes e suas famílias.

O primeiro regulamento da República, promulgado em 7 de março de 1894, manteve os critérios de idade previstos no regulamento anterior, mas removeu as exigências específicas relacionadas à altura, especificações subpeitoras, capacidade vital e peso mínimo. Introduziu, também, a possibilidade de isenção do alistamento militar para praças que serviram por seis anos e posteriormente deram baixa.

Acompanhando a evolução técnica e profissional da corporação, esse regulamento passou a incluir gratificações para militares que desempenhavam serviços fora das atividades específicas do Corpo de Bombeiros, valorizando, assim, as habilidades técnicas das praças. Também houve uma mudança importante no tempo de serviço necessário para alcançar benefícios. Para obter o salário integral, o militar passou a precisar de 20 anos de serviço ativo, enquanto a graduação e o salário do posto superior foram realizados após 25 anos, diminuindo o tempo exigido anteriormente. Além disso, o limite de 30 dias de licença por motivo de doença, com vencimentos, foi removido, tornando esse período indeterminado.

Esse regulamento trouxe avanços significativos para a camada mais baixa da corporação, proporcionando benefícios e melhorias em diversos aspectos. Menos de dois anos depois, em janeiro de 1896, foi implementado um novo regulamento, mas sem alterações relevantes para os parâmetros analisados nesta pesquisa.

Chegamos ao primeiro regulamento do século XX, o Decreto nº 6.432, de 27 de março de 1907, que constitui o marco inicial do recorte desta pesquisa. Este regulamento se diferencia significativamente dos anteriores, principalmente pelo número expressivo de 270 artigos. Para efeito de comparação, as leis anteriores possuíam 81 artigos (1860), 101 artigos (1881), 111 artigos (1887), 101 artigos (1894) e 114 artigos (1896).

Esse aumento substancial no número de artigos evidencia a ampliação e o detalhamento das regulamentações, abrangendo uma variedade maior de situações e aspectos de organização e funcionamento da corporação. Tal mudança reflete a crescente complexidade administrativa do Corpo de Bombeiros para atender as necessidades das novas demandas impostas pelo desenvolvimento urbano e social do período na Capital Federal.

Pela primeira vez, esse regulamento estabeleceu a exigência de documentação comprobatória para o ingresso na corporação. Era necessário apresentar prova legal de ter mais de 18 anos, atestado de boa conduta e, caso o candidato fosse menor de 21 anos, um consentimento por escrito dos pais, juízes ou tutores:

> Art. 25. O preenchimento das vagas de bombeiros se verificará por alistamento voluntário, obrigando-se o alistado a servir por quatro anos.
> § 1° São documentos exigidos para o engajamento: a) prova legal de ter mais de 18 anos de idade e menos de 30;
> b) atestado de boa conduta; c) consentimento por escrito dos pais, juizes ou tutores, sendo menores de 21 anos;
> d) parecer da junta médica do Corpo em inspeção a que será submetido, provando ter robustez física bastante para o serviço de bombeiro e boa saúde;
> § 2º Se o candidato tiver servido no exército, na armada ou na força policial, o que lhe dará preferência em igualdade de condições, concorrendo com civis que não tenham ofício aproveitável para as oficinas, bastará e é indispensável que apresente a respectiva escusa.
> § 3° Nos requerimentos dirigidos ao comandante, pedindo para verificar praça, os candidatos declararão a nacionalidade, idade, estado, ofício e se sabem ler e escrever;
> § 4° Não poderão assentar praça os indivíduos que não saibam ler e escrever, exceto se forem cocheiros, quando houver grande falta para o serviço (Brasil, 1907).

Podemos observar que o §4° do regulamento formalizou a proibição do alistamento de pessoas analfabetas, abrindo uma exceção apenas para os cocheiros, o que evidencia o interesse da corporação em recrutar indivíduos com habilidades profissionais específicas. Essa demanda estava diretamente relacionada à remodelação urbana da cidade, que resultou na abertura de novas vias e na necessidade de mais viaturas para atender a deslocamentos rápidos e eficazes.

Em relação à reforma dos militares, os critérios estabelecidos permaneceram, em sua essência, os mesmos do regulamento anterior, com uma especificação maior dos benefícios de acordo com o posto ou a graduação. No entanto, houve a inclusão de um ponto de grande relevância social, que beneficia ainda mais especificamente as praças da corporação, reforçando a atenção às condições e aos direitos desses militares.

> Art. 167. As praças de pret que adquirirem a tuberculose pulmonar, comprovada em inspeção de saúde, depois de dois anos de alistadas no serviço do Corpo, passarão a agregadas recebendo apenas o valor da etapa e serão recolhidas a um dos sanatórios custeados ou subvencionados pelo Governo.
> § 1° A importância da etapa servirá para pagamento da diária da praça no sanatório, se for exigida, entregando-se no caso contrário a mulher e aos filhos, ou à mãe viúva e irmãs solteiras, quando não existam aquelas e aqueles.
> § 2° Durante o tempo que estiverem internados os bombeiros têm direito a uma mensalidade de 10$, os cabos e furrieis a uma mensalidade de 12$ e os oficiais inferiores á de 15$, tudo pago pela caixa de beneficência.
> Art. 168. Se findo o prazo de dois anos a praça não estiver restabelecida será reformada nas condições do presente regulamento - art. 164 (Brasil, 1907).

Analisando esses artigos e confrontando-os com a situação sanitária da cidade no início do século XX, podemos perceber a importância desse benefício, especialmente para uma população mais pobre, que, em sua maioria, vive em condições insalubres de moradia. Esse contexto aumentava significativamente o risco de contrair a tuberculose, que era uma das doenças que figuravam entre as principais causas de morte no Brasil naquele período. A medida não apenas garante o sustento dos militares durante o tratamento, mas também oferece a possibilidade de aposentadoria, algo praticamente inalcançável para a maior parte da população no mercado de trabalho fora dessa instituição.

Em relação à Caixa de Beneficência, embora não tenham ocorrido mudanças substanciais nos parâmetros dos benefícios, nota-se uma preocupação maior em estabelecer critérios e procedimentos para garantir sua eficiência e abrangência. Essa intenção fica evidente no aumento significativo do número de artigos dedicados a esse tema, que passou de 14 (1896) para 35, reforçando a atenção dada a essa área no novo regulamento.

## 1.4 Registros Militares e a Construção da Identidade no Corpo de Bombeiros: Uma Análise do Livro Mestre (1891-1913)

A base documental desta pesquisa está fundamentada no chamado "Livro Mestre", um registro essencial para a organização do Corpo de Bombeiros. A primeira menção oficial a esse livro é encontrada no Decreto Imperial nº 8.337, de 17 de dezembro de 1881, que estabelece sua função e importância no controle administrativo e operacional da corporação.

> Art. 53 . A escrituração constará dos seguintes livros:
> § 8º Livro Mestre – Neste livro serão escriturados os seguintes assentamentos dos oficiais e praças: Nomes, números e sinais individuais, engajamentos e reengajamentos, demissões ou exclusões do Corpo, penas e recompensas, baixas ao hospital, licenças e deserções (Brasil, 1881).

Esses livros consistem em registros históricos manuscritos que vão além de meras informações pessoais dos militares. Cada volume era composto originalmente por folhas numeradas de 1 a 150/200, sendo cada uma delas destinada exclusivamente ao histórico de um único militar, o que chamarei de ficha de assentamento. No entanto, as condições inadequadas de armazenamento, organização e preservação dessa coleção resultaram na perda e na descontinuidade de diversos registros ao longo do tempo.

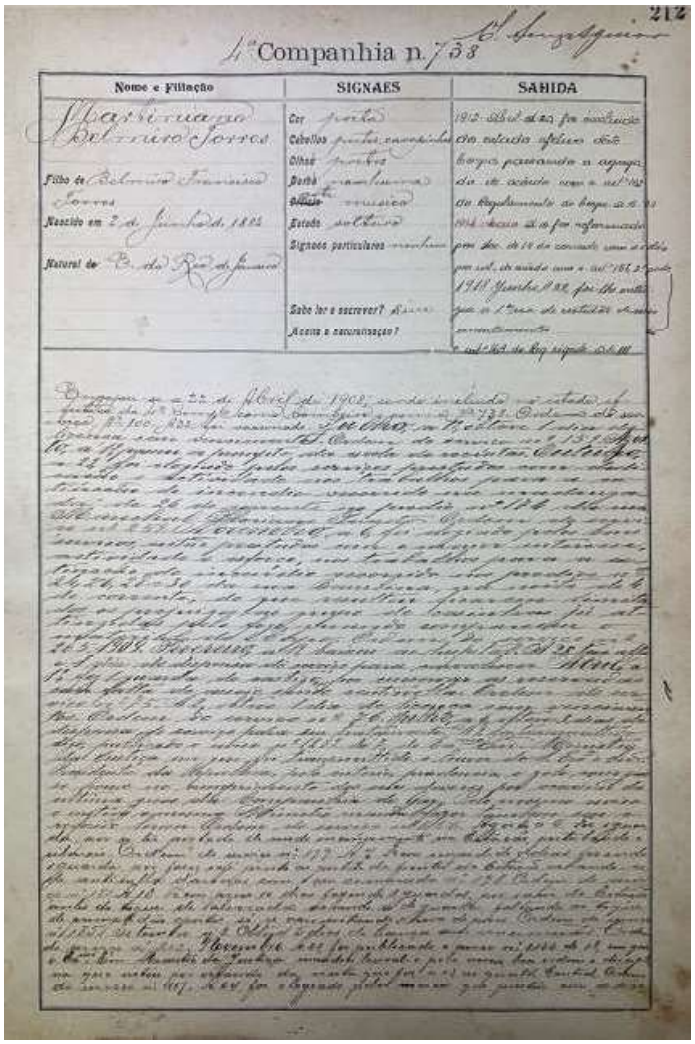



Figura 1 - Ficha de assentamento utilizada pelo Corpo de Bombeiros

Fonte: ARQUIVO GERAL DO CBMERJ. Dados retirados do Livro de Assentamentos de Praças do ano de 1908, do Corpo de Bombeiros.

Na ficha de assentamento na sua parte superior, há um espaço para o preenchimento do número da companhia à qual o militar seria alocado e, ao lado, um campo para o número de entrada do militar, equivalente ao que hoje conhecemos como Registro Geral (RG). Logo abaixo, encontra-se um quadro dividido em três colunas com campos específicos para o preenchimento dos dados.

Na primeira coluna, intitulada "Nome e Filiação", são registrados o nome completo do militar, os nomes dos pais no campo “Filho de”, a data de nascimento em “Nascido em” e o local de nascimento em “Natural de”.

A segunda coluna, chamada "Signaes", contém campos para a descrição das características físicas e sinais particulares do militar, incluindo cor da pele, cabelo, olhos, barba, além de ocupação, estado civil e se o indivíduo sabe ou não ler. No caso de estrangeiros, há ainda um campo perguntando se aceita ou não a naturalização.

Já a terceira coluna, denominada "Sahida", é destinada ao registro das circunstâncias de saída do militar da corporação.

A parte inferior e o verso da folha são compostos por linhas pautadas para anotações sobre a trajetória do militar na corporação. Nesse espaço, são registrados eventos como elogios, recompensas, punições, promoções, internações hospitalares, entre outros acontecimentos relevantes de sua carreira.

No Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, localizado no Quartel do Comando Geral, o livro mais antigo encontrado data de 1891 e os mais novos datam da década de 1950. Contudo, para obter uma compreensão mais detalhada da composição dos ingressantes na tropa desse Corpo no final do século XIX e início do XX, utilizarei os dados da tese do Dr. Vitor Leandro de Souza (2021). Esta pesquisa analisou 29 livros contendo os registros de ingressantes no período de 1891 a 1913. Após processar o banco de dados, o autor chegou a um total de 4.228 registros de militares, oferecendo uma visão abrangente sobre a composição da corporação nesse período histórico (Souza, 2021).

De acordo com Souza (2021), dos registros pesquisados, 3.594 foram classificados como alfabetizados, 527 declararam não saber ler, 104 fichas estavam em branco e, em 3 delas, no campo "Sabe ler?", constava a anotação "pouco". É importante destacar que a veracidade dessas informações não pode ser comprovada, pois não há evidências de que tais declarações tenham sido verificadas, e as fichas não eram assinadas pelos próprios militares.

Entre 1891 e 1913, a idade dos militares variou entre 16 e 40 anos, com uma média de 23 anos. A maioria dos ingressantes (71%) tinha entre 20 e 29 anos, seguido pelo grupo de 18 e 19 anos, que representava 22% do total. Já os candidatos com idade entre 30 e 39 anos correspondiam a 4%, enquanto os mais jovens, de 16 e 17 anos, somavam 3%. Esse último dado indica que, apesar da proibição prevista nos regulamentos, havia certa permissividade na aceitação de menores, possivelmente como forma de preencher as vagas necessárias para o funcionamento da corporação.

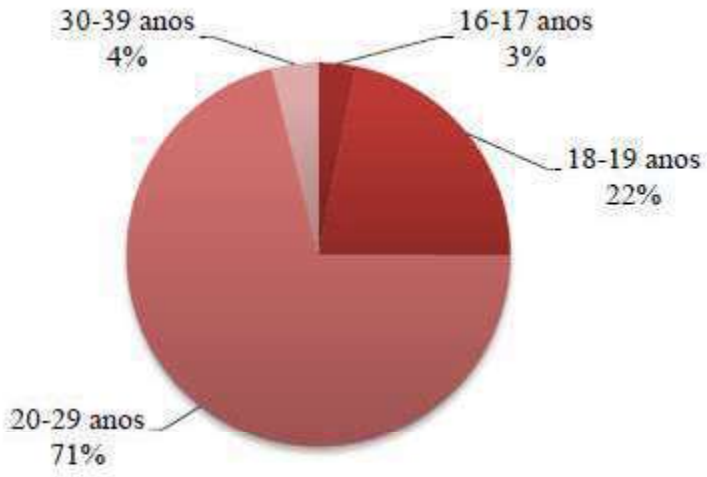



Figura 2 - Gráfico com percentual de bombeiros por idade no período de 1891 a 1913
Fonte: Souza (2021)

Em relação aos ofícios exercidos pelos alistados antes do ingresso, Souza (2021) identificou um total de 98 ocupações distintas entre os 4.228 militares analisados. Para facilitar a interpretação dos dados e evitar distorções, ele agrupou essas profissões com base em critérios consistentes, buscando uma correspondência entre as ocupações declaradas e as categorias e subcategorias previstas no Censo de 1906. Neste levantamento, foram adotadas quatro categorias principais para classificar as atividades profissionais: produção de matéria-prima, transformação e emprego de matéria-prima, administração pública ou profissões liberais, e profissões desconhecidas ou não enquadráveis nos critérios anteriores.

A essas categorias principais foram associadas subdivisões em dois níveis: grande grupo e subgrupo. Por exemplo, uma ocupação classificada como “transformação e emprego de matéria-prima” poderia ser vinculada, no nível de grande grupo, à “indústria” ou ao “transporte”. A partir daí, seriam definidos subgrupos que permitiriam o agrupamento de diversas atividades laborais com base em suas especificidades mínimas.

A maioria dos alistados (59%) estava empregada em atividades relacionadas à transformação e emprego de matéria-prima. Dentro desse grupo, destacam-se os trabalhadores do setor de transporte terrestre (como carroceiros, choferes, cocheiros, condutores, ferradores, maquinistas e segeiros), que somavam 718 indivíduos. O subgrupo da metalurgia contava com 458 alistados, incluindo caldeireiros de ferro, foguistas, fundidores, funileiros, mecânicos, serralheiros, soldadores e torneiros. Já na categoria de edificação, foram registrados 451 trabalhadores, entre bombeiros, gasistas, calceteiros, eletricistas, pedreiros, pintores e estucadores. Um dado expressivo é que 39% dos alistados declararam não possuir nenhum ofício antes de ingressar no Corpo de

Bombeiros. O restante da tropa estava vinculado a profissões liberais (4%) e serviços gerais (1%).

Esses números sugerem que a corporação não estabelecia critérios rígidos para a admissão das praças. O elevado número de ingressantes sem experiência profissional prévia (1.668 indivíduos) pode indicar que o Corpo de Bombeiros se consolidou como uma alternativa de trabalho para a população mais pobre e vulnerável, oferecendo uma oportunidade de inserção no mercado formal e uma possibilidade de ascensão social para indivíduos de baixa qualificação. (Souza, 2021)

Como descrito anteriormente, a ficha de assentamento possui, em sua parte superior, três colunas. Agora, analisaremos mais detalhadamente os dados da segunda coluna, denominada "Signaes", que tem como objetivo registrar a cor e os traços físicos do alistado. É essencial lembrar que esse livro foi criado e regulamentado pelo decreto de 1881, ainda durante o período da escravidão. O exemplar mais antigo encontrado no Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros data de 1891, enquanto os últimos registros disponíveis datam da década de 1950. Apesar das mudanças históricas ocorridas ao longo desse período, a estrutura e formatação desse registro permanecem inalteradas em todos os livros encontrados.




Figura 3 - Imagem do campo “signaes” da ficha de assentamento
Fonte: ARQUIVO GERAL DO CBMERJ. Dados retirados do Livro de Assentamentos de Praças do ano de 1908, do Corpo de Bombeiros.

Podemos supor que, em uma época sem fotografias, essas informações eram fundamentais para a identificação dos militares, especialmente em casos de falecimento em acidentes de serviço ou na busca por desertores. No entanto, essa prática também guarda semelhança com as informações utilizadas durante o período da escravidão, quando proprietários de escravizados fugidos publicavam anúncios nos jornais descrevendo

minuciosamente suas características físicas — como cor da pele, cabelo, olhos, barba e sinais particulares — na tentativa de recapturá-los.

Com base nos dados apresentados por Souza (2021), é possível observar a importância do preenchimento do campo "cor" pelos responsáveis. Isso porque, dos 4.228 registros realizados, todos tiveram esse item devidamente preenchido no período pesquisado. Para compreendermos melhor a categoria "cor" e o que ela realmente representa, é fundamental considerar o debate sobre a classificação utilizada nas pesquisas oficiais. Essas classificações refletem a dinâmica das relações raciais na sociedade brasileira, abordando questões como a democracia racial, a constituição da nacionalidade e a ideia de homogeneidade racial.

No Brasil, a classificação de “cor”/raça foi oficializada a partir do censo nacional de 1872. Os censos nacionais foram realizados oficialmente nos anos de 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1970, 1980 e 1991. No entanto, o quesito cor não foi incluído nos levantamentos de 1900, 1920 e 1970.

O Censo de 1872 classificou a população em livres e escravizados, utilizando os termos preto, branco, pardo e caboclo. Nessa categorização, os três primeiros termos referiam-se à cor da pele, enquanto caboclo designava indígenas e seus descendentes, combinando assim critérios fenotípicos e genealógicos para definir a população. Já o Censo de 1890 adotou as categorias branco, preto, caboclo e mestiço. Novamente, empregou-se um critério misto, mas, desta vez, "mestiço" passou a ser utilizado especificamente para designar indivíduos descendentes de pretos e brancos, enquanto "caboclo" continuava sendo usado para os descendentes de indígenas. Esse censo reflete fortemente a influência do pensamento positivista da época e se alinha às políticas de embranquecimento que começaram a ser implementadas no Brasil (Petruccelli, 2013).

Os dois primeiros censos do século XX não incluíram a classificação racial, e o recenseamento de 1910, embora previsto, não chegou a ser realizado. Segundo Camargo (2009), o Censo de 1920 foi o primeiro a buscar o engajamento das camadas médias e populares, indo além da construção de uma imagem nacional voltada exclusivamente para o cenário internacional. Isso ficou evidente na mobilização dos meios de comunicação, da sociedade civil, de intelectuais, políticos e religiosos, que enfatizaram a importância dessa pesquisa para o país. No entanto, as discussões em torno desse censo revelam a predominância dos pressupostos do branqueamento biológico no pensamento social brasileiro, refletindo-se nas análises dos intelectuais da época.

O levantamento censitário não foi realizado em 1930 devido à instabilidade política do país, sendo retomado apenas em 1940. Nesse recenseamento, foi introduzida a categoria "amarela", em razão da imigração japonesa ocorrida entre 1908 e 1929. A população poderia se classificar apenas como branca, preta ou amarela, não havendo

opção para pardos ou qualquer outra categoria relacionada à mestiçagem. Caso o indivíduo não se identificasse com nenhuma das opções disponíveis, era instruído a deixar o campo em branco, representado por um traço. No entanto, durante a fase de análise, esses registros foram posteriormente codificados como pardo (Petruccelli, 2013).

A categoria parda foi reincorporada nos censos de 1950 e 1960, sendo os primeiros a estabelecer explicitamente a diretriz de respeitar a resposta do entrevistado, marcando o início do princípio da autodeclaração. Já em 1970, a pergunta sobre cor/raça foi retirada do censo, retornando somente nos recenseamentos de 1980 e 1991. Foi apenas nesse último que, mais de 100 anos depois, a categoria indígena foi novamente incluída.

No contexto de pesquisas sobre cor, assim como em outras interações sociais que envolvem a questão racial, existe um conjunto de normas de conduta moldadas pela ideologia das relações raciais predominantes na sociedade brasileira. Esse fator contribui para a existência de múltiplas formas de obtenção do dado referente a cor, influenciadas tanto pela pessoa que fornece a informação quanto por aquela que conduz a uma entrevista (Araujo, 2025).

Retomando os dados de Souza (2021), embora a maioria dos alistados tenham sido definidos como branca, aproximadamente 48% foram identificados como não-brancos, distribuídos em dez categorias: acaboclado, branca, branca morena, cabocla, clara, morena, parda, parda clara, parda escura e preta. Essa diversidade de classificações evidencia não apenas a composição heterogênea do grupo analisado, mas também a tentativa de representar a cor da pele de forma detalhada, reforçando a ideia de que, no Brasil, a raça é predominantemente uma questão fenotípica[8] (Schwarcz, 2012).

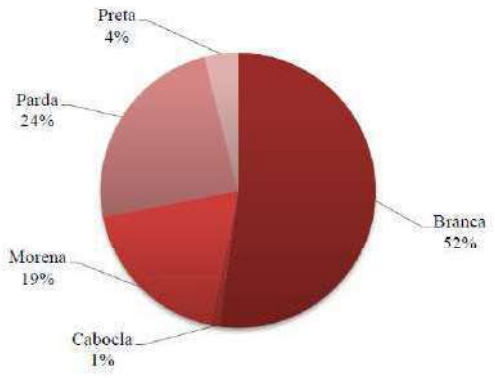



Figura 4 - Gráfico com Percentual de frequência de engajados no Corpo de Bombeiros pela "Cor" da pele, entre 1891 e 1913

Fonte: Souza (2021)

[8] Utilizo esse conceito como definido por Nogueira (1955) ao analisar a "situação racial" no Brasil e caracterizar o preconceito como sendo de marca. Segundo o autor, quando a discriminação racial se baseia na aparência, ou seja, quando toma como classificações os traços físicos, fisionomia, gestos ou sotaque do indivíduo, trata-se de preconceito de marca.

Quando analisamos apenas os alistados brasileiros, observamos que 47% foram registrados como brancos e 53% como não-brancos. Essa distribuição contrastava com os dados do recenseamento de 1890, que indicavam que 62,7% da população do Rio de Janeiro era branca, enquanto 37,3% eram não-brancos.

Essa discrepância pode ser explicada pela natureza perigosa e exaustiva do trabalho exercido no Corpo de Bombeiros. Em uma época em que havia poucos equipamentos de proteção individual, a segurança desses trabalhadores dependia, em grande medida, da própria sorte. O risco constante de acidentes — muitas vezes fatais — devido a condições adversas ou falhas operacionais, aliado a salários baixos, fazia com que grande parte da população com acesso a oportunidades um pouco melhores evitasse se arriscar nesse tipo de emprego. Como resultado, essas vagas acabavam sendo ocupadas, majoritariamente, por indivíduos das camadas mais pobres da população, em especial os não-brancos.

Geograficamente, a maior parte dos militares era oriunda do Distrito Federal e do estado do Rio de Janeiro, com uma presença menor de imigrantes, algo em torno de 10% do efetivo, predominantemente portugueses. Esses dados reforçam a ideia de que a corporação pode ser compreendida como um espaço de "fresta", onde se torna possível a reinvenção, a resiliência e a criação de oportunidades, mesmo diante da normatização, da exclusão e das adversidades impostas pela cidade e pelo sistema.

As condições de moradia dos bombeiros também refletem a sua origem social. A maioria reside em áreas urbanas próximas ao centro da cidade, geralmente em habitações coletivas precárias. A rotina nos quarteis era marcada por disciplina, com registro constante de promoções, punições e afastamentos. Para muitos, o Corpo de Bombeiros representava uma oportunidade de estabilidade financeira e ascensão social, embora enfrentasse desafios como equipamentos insuficientes e condições de trabalho adversas (Souza, 2021).

Em resumo, o ingresso nas camadas mais baixas do Corpo de Bombeiros durante esse período foi moldado por fatores estruturais, como a falta de oportunidades econômicas e a necessidade de trabalho formal.

# 2. Trajetórias Singulares: Ascensão e Inclusão Social no Corpo de Bombeiros

Neste capítulo, analisaremos a trajetória de dois militares negros que ingressaram no Corpo de Bombeiros no início do século XX, Martiniano Belmiro Torres e João Athanásio Baptista, tomando como referencial metodológico a micro-história. Como destaca Karsburg (2015), essa abordagem fundamenta-se em um método microanalítico que reduz intencionalmente a escala de observação, permitindo compreender processos históricos mais amplos a partir das experiências particulares dos indivíduos. Para o autor, "a micro-história, ao concentrar-se em sujeitos singulares, não busca a exceção pelo exotismo, mas pelo potencial de iluminar dinâmicas coletivas", evidenciando como trajetórias individuais podem revelar tensões, estruturas e possibilidades presentes no contexto social mais amplo.

A adoção dessa perspectiva responde a um problema central da historiografia social: a dificuldade de conciliar os processos estruturais com as experiências individuais. Ao longo do século XX, a história social ampliou seu olhar para incluir sujeitos até então silenciados pela narrativa histórica tradicional, marcada pela primazia dos grandes acontecimentos e dos personagens ilustres.

A micro-história surge, assim, como uma proposta metodológica que visa reduzir a escala de observação para permitir que a análise minuciosa das trajetórias individuais revele tensões, contradições e possibilidades que dificilmente se manifestam em análises macro. Carlo Ginzburg (2006), em seu clássico "O queijo e os vermes", destaca que a atenção a detalhes aparentemente marginais pode trazer à tona uma realidade até então invisível, construída a partir de vestígios fragmentários. Nesse sentido, a micro-história convida o historiador a "ler nas entrelinhas", a buscar nas margens dos documentos aquilo que o discurso oficial tende a ocultar.

Ginzburg (1994), enfatiza o caráter relacional dessa abordagem, que não se limita a narrar biografias individuais, mas procura inseri-las em redes de interação social. Para ele, o que se pretende é compreender como "estruturas e normas sociais são constantemente reinterpretadas e negociadas no cotidiano". Assim, ao reconstruirmos as trajetórias de Martiniano Belmiro Torres e João Athanásio Baptista, não se trata de isolá-los em suas individualidades, mas de perceber como suas vidas foram atravessadas por instituições, normas disciplinares, oportunidades de mobilidade e, sobretudo, pelas fronteiras raciais que delimitavam as possibilidades de inserção social no Brasil pós-abolição.

A metodologia da micro-história também exige atenção ao contexto de produção documental. Como lembra Marc Bloch (2002), ao analisar documentos antigos o historiador

deve adotar uma postura ativa e rigorosa, aplicando a crítica histórica em vez de aceitar a fonte de maneira passiva ou ingênua. Isso implica interrogar o documento, fundamentar a dúvida em critérios objetivos e distinguir entre erro, falsificação deliberada e testemunho involuntário, reconhecendo que até a mentira e o embuste podem revelar aspectos significativos da mentalidade e das circunstâncias de uma época.

Nessa perspectiva, é necessário comparar versões, avaliar discrepâncias e desconfiar tanto das contradições quanto das concordâncias excessivas, que podem indicar cópia ou dependência entre testemunhos. Ao mesmo tempo, o historiador deve evitar o anacronismo e a tendência de julgar o passado com categorias e valores do presente. Trata-se de esforçar-se por compreender, e não por exaltar ou condenar, cuidando para não impor rótulos modernos que obscureçam as especificidades históricas.

Diante das lacunas inevitáveis das fontes, cabe ao historiador reconhecer, com honestidade, os limites do que é possível saber. Para isso, deve recorrer a diferentes tipos de evidência e a múltiplas ferramentas de análise, buscando explicações que considerem a pluralidade de causas envolvidas nos fenômenos históricos e recusando a simplificação da causa única.

Esses cuidados são fundamentais para a leitura de registros administrativos, como os livros de assentamentos do Corpo de Bombeiros. Tais documentos não devem ser compreendidos como reflexos transparentes da realidade, mas como instrumentos de poder, elaborados para controlar, classificar e disciplinar corpos e condutas. O historiador, portanto, precisa desconstruir esses registros, interrogando seus silêncios, suas categorias e suas formas de representação.

Tal preocupação encontra eco nos estudos de Pollak (1989, 1992), que apontam para o caráter seletivo da memória e para os silêncios constitutivos das narrativas oficiais. Ao trabalhar com trajetórias individuais inscritas em documentos militares, torna-se inevitável perceber como certas experiências são registradas e valorizadas, enquanto outras permanecem na penumbra ou são deliberadamente apagadas. A micro-história, ao valorizar os detalhes e os fragmentos, oferece instrumentos para resgatar esses elementos subterrâneos, que de outro modo permaneceriam invisíveis.

Outro aspecto metodológico fundamental é a atenção às relações sociais que configuram as trajetórias individuais. A vida social é organizada pela interação entre quatro capitais fundamentais: econômico, cultural, social e simbólico. O capital econômico garante recursos materiais; o cultural envolve saberes e competências valorizadas; o social refere-se às redes de relações que oferecem apoio e oportunidades; e o simbólico transforma essas formas de capital em prestígio e legitimidade. A combinação e a circulação desses capitais determinam as posições que as pessoas ocupam na sociedade, influenciando suas possibilidades de acesso, reconhecimento e mobilidade.

O ingresso no Corpo de Bombeiros, para trabalhadores negros do início do século XX, pode ser compreendido como uma estratégia de conversão de capital social em capital simbólico, na medida em que a farda militar oferecia uma estabilidade financeira, reconhecimento, disciplina e status, ainda que permeados por contradições e limites. Assim, ao analisar as trajetórias de Martiniano e João, é preciso atentar para como eles acionaram recursos disponíveis em seus contextos específicos, negociando margens de ascensão em um mercado de trabalho profundamente "racializado".

Do ponto de vista historiográfico, a utilização da micro-história para compreender processos de inclusão e ascensão social de negros no pós-abolição dialoga com os estudos de Sidney Chalhoub (1990), que destacaram como nas décadas após a abolição, o mercado de trabalho para os negros foi marcado por forte competição com imigrantes europeus, que passaram a ocupar os postos mais qualificados e assalariados da cidade, enquanto os ex-escravizados eram empurrados para serviços domésticos, informais e pouco valorizados. Nesse contexto, o Corpo de Bombeiros funcionou como uma instituição ambígua: ao mesmo tempo em que oferecia estabilidade e prestígio, impunha normas rígidas de disciplina e respeitabilidade, moldando corpos e subjetividades conforme padrões brancos e militares.

Portanto, esse método permite iluminar como esses indivíduos negros vivenciaram e negociaram tais tensões. A análise das trajetórias singulares, assim, não pretende oferecer uma visão totalizante do período, mas revelar contradições e possibilidades que enriquecem nossa compreensão da sociedade brasileira no início do século XX.

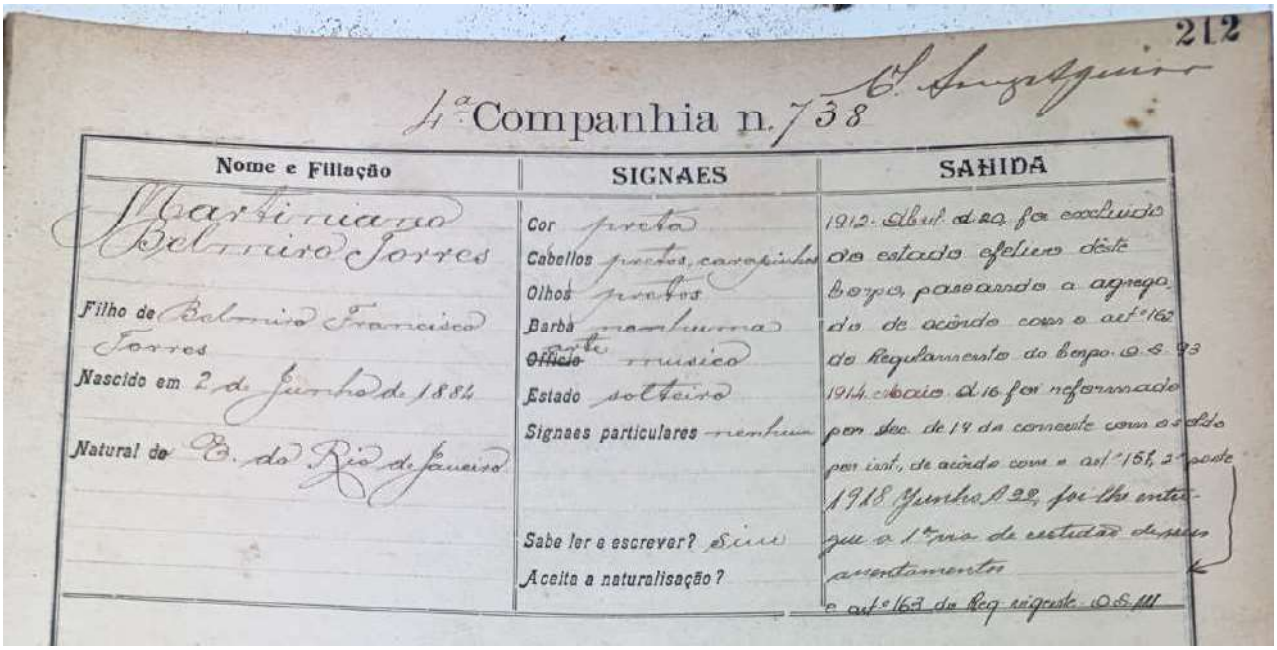
Por fim, é importante destacar que essa escolha metodológica implica uma leitura "lenta e detalhada" das fontes, valorizando pistas sutis, registros marginais e indícios aparentemente secundários. A investigação histórica pode ser comparada ao trabalho de um detetive, que reconstitui uma narrativa a partir de fragmentos dispersos, buscando conexões que não estão imediatamente visíveis. Essa leitura indiciária é particularmente relevante quando se trata de sujeitos historicamente marginalizados, cujas vozes aparecem apenas de forma oblíqua nos registros oficiais.

Em síntese, ao adotar a micro-história como abordagem para a análise das trajetórias de Martiniano Belmiro Torres e João Athanásio Baptista, este capítulo busca compreender como experiências individuais podem iluminar processos sociais mais amplos de mobilidade, exclusão e identidade racial no Brasil pós-abolição. Longe de oferecer biografias lineares ou celebrações de mérito individual, o objetivo é restituir esses sujeitos ao seu tempo histórico, revelando como suas vidas foram atravessadas por instituições, normas e relações sociais que, ao mesmo tempo, os limitaram e possibilitaram.

## 2.1 Martiniano Belmiro Torres

A primeira trajetória singular analisada é a de Martiniano Belmiro Torres, que se alistou no Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro aos 24 anos de idade, em 22 de abril de 1908, sendo incluído na 4ª Companhia com o número 738 (CBMERJ, 1908). Sua trajetória é particularmente reveladora das possibilidades e limites que se apresentavam a um homem negro no início do século XX, em um contexto marcado tanto pela subordinação e exclusão ocupacional quanto pela persistência de barreiras estruturais e raciais.

Nos primeiros anos de serviço, Martiniano se destacou por sua atuação em situações de emergência, recebendo elogios formais em sua ficha funcional. Um dos registros mais significativos é o elogio pela participação no combate ao incêndio ocorrido na madrugada de 26 de outubro de 1908, no prédio nº 174 da Rua Marechal Floriano Peixoto (CBMERJ, 1908). A ficha de assentamento sublinha sua prontidão e coragem, características valorizadas pela corporação como símbolos de disciplina e dedicação. Em 9 de julho de 1909, recebeu ainda elogio transmitido pelo Ministro da Justiça, que comunicava louvor do Presidente da República, em virtude da prudência e zelo demonstrados durante a greve da companhia de gás. Esses registros revelam como o Corpo de Bombeiros operava como espaço de construção de reconhecimento simbólico, em que condutas exemplares eram destacadas e convertidas em prestígio (CBMERJ, 1909).



212

4ª Companhia n. 738

| Nome e Filiação | SIGNAES | SAHIDA |
|---|---|---|
| Martiniano Belmiro Torres | Cor preta | 1912 Abril d. 20 foi excluido |
| | Cabellos pretos, carapinha | do estado effetivo deste |
| | Olhos pretos | Corpo, passando a agrego |
| Filho de Belmiro Francisco Torres | Barba nenhuma | do de acôrdo com o art.º 162 |
| | Officio musico | do Regulamento do Corpo. O.S. 93 |
| Nascido em 2 de Junho de 1884 | Estado solteiro | 1914 Abril d. 16 foi reformado |
| | Signaes particulares nenhum | por dec. de 14 do corrente com o soldo |
| Natural do C. do Rio de Janeiro | | por inst., de acôrdo com o art.º 161, 2º deste |
| | | 1918 Junho 22, foi lhe entre- |
| | Sabe ler e escrever? Sim | gue a 1ª via de estudos depois |
| | Aceita a naturalisação? | assentamento |
| | | o art.º 163 do Reg. vigente O.S. III |

Figura 5 - Cabeçalho da ficha de assentamento de Martiniano

Fonte: Arquivo histórico do CBMERJ (1908)

No entanto, a trajetória de Martiniano não foi linear. Em 7 de agosto de 1909, foi punido com dez dias de prisão e obrigado a realizar duas guardas extras por ter se ausentado antes do toque de alvorada e retornado com atraso ao toque de prontidão (CBMERJ, 1909). Esse episódio ilustra o caráter disciplinador da instituição, onde o controle do tempo e do corpo assumia papel central. No caso de Martiniano, a punição exemplifica tanto o rigor da hierarquia militar quanto a fragilidade da posição de um homem negro dentro dessa estrutura: qualquer desvio, por menor que fosse, podia comprometer sua trajetória ascendente.

A análise de sua ficha funcional mostra também como a saúde se tornou elemento crucial em seu percurso. Em dezembro de 1911, Martiniano obteve 30 dias de licença para tratamento médico, prorrogada por mais 60 dias em janeiro de 1912 e novamente em março do mesmo ano. Em abril, foi excluído do estado efetivo do Corpo de Bombeiros e passou à condição de agregado, de acordo com o Artigo 162 do regulamento, que previa essa medida para praças com tuberculose pulmonar comprovada (CBMERJ, 1911). Nessa condição, os militares recebiam apenas o soldo e eram recolhidos a sanatórios custeados ou subvencionados pelo governo. Em 16 de maio de 1914, por decreto, Martiniano foi reformado com soldo integral, conforme os artigos 157 e 163 do regulamento vigente (CBMERJ, 1911).

Esse episódio lança luz sobre a interseção entre saúde, trabalho e mobilidade social. A tuberculose, chamada de “mal do século”, atingia duramente a população urbana pobre no início do século XX. Como observa Chalhoub (1996), a doença não pode ser compreendida apenas como fenômeno biológico, mas como “doença social”, profundamente associada à precariedade das condições de moradia, alimentação e trabalho. No caso de Martiniano, a doença interrompeu uma possível trajetória de ascensão, revelando como os limites estruturais se impunham de forma implacável sobre os corpos negros, mesmo quando inseridos em instituições estatais.

A reforma por invalidez, contudo, revela uma dimensão contraditória: embora tenha representado o afastamento de Martiniano do serviço ativo, também lhe garantiu o direito ao soldo integral, assegurando um mínimo de proteção social. Essa condição pode ser interpretada como uma política de vanguarda no contexto das instituições públicas do início do século XX, pois oferecia uma forma de amparo a trabalhadores que, ao serem acometidos por alguma moléstia, não ficavam totalmente à mercê das incertezas da vida. No caso de Martiniano — um homem negro — esse dispositivo adquiriu ainda mais relevância, ao possibilitar a manutenção de uma renda regular em um cenário social marcado por exclusões e vulnerabilidades estruturais.

Após esse período, sua ficha funcional permaneceu sem registros por décadas, até que, em 26 de julho de 1951 e 20 de julho de 1953, novas anotações reaparecem: já idoso,

com 69 anos, Martiniano solicitava o reajuste de seus vencimentos, conforme previa a legislação vigente para reformados por invalidez. Esses registros tardios permitem vislumbrar que ele teve uma vida longeva, sustentada por uma renda mínima estável ao longo dos 39 anos que se seguiram à sua reforma.

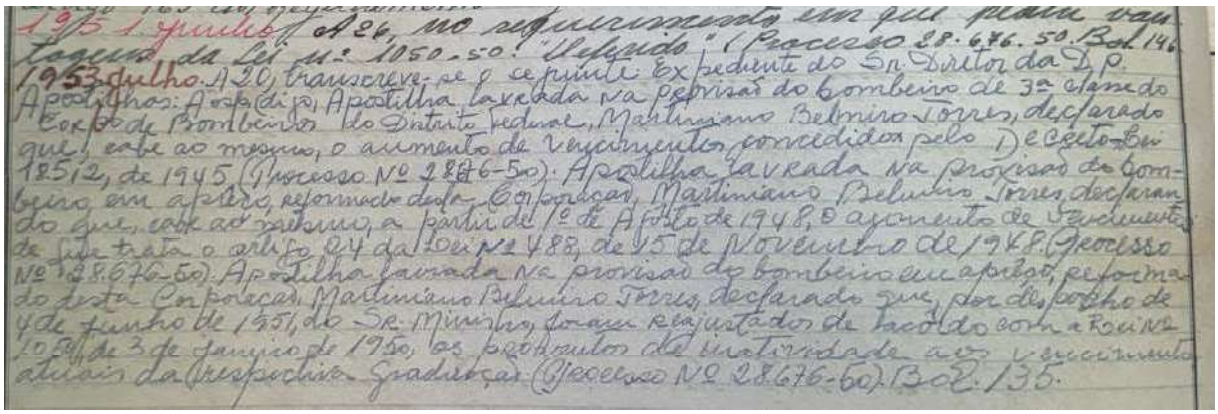
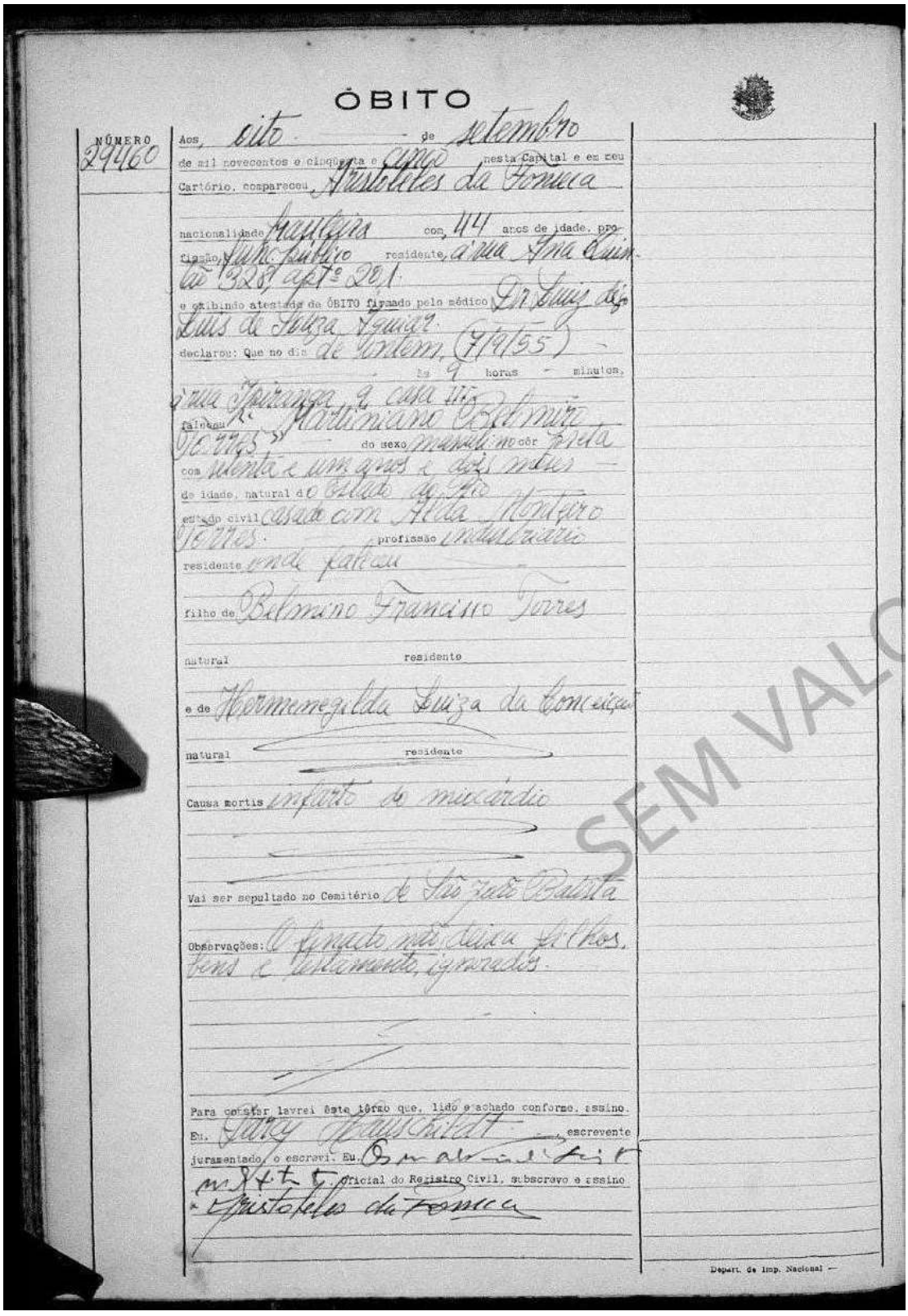


Figura 6 - Parte da ficha de assentamentos com a solicitação de reajustes
Fonte: Arquivo histórico do CBMERJ (1953).

A decisão de ingressar no Corpo de Bombeiros, uma instituição estatal que, embora atravessada por lógicas disciplinares e raciais, oferecia certo grau de proteção social, parece ter lhe garantido um suporte material mínimo diante das incertezas da velhice. Ainda que não haja documentação abundante sobre sua trajetória após a reforma, foi possível localizar sua certidão de óbito, na qual consta a profissão de industriário, e não de militar ou funcionário público. Isso permite inferir que Martiniano, além de manter sua aposentadoria, continuou exercendo outras atividades laborais, provavelmente como estratégia para complementar sua renda.

Essa situação singular sugere que ele conseguiu uma condição relativamente diferenciada em relação à maioria dos trabalhadores negros da época, muitos dos quais permaneciam à margem da formalidade e desprovidos de qualquer garantia previdenciária. Sua trajetória, ainda que marcada por contradições e silenciamentos documentais, evidencia a complexa relação entre inserção institucional, proteção social e mobilidade limitada no contexto do pós-abolição.



ÓBITO

NÚMERO 29460

Aos oito de setembro de mil novecentos e cinquenta e cinco nesta Capital e em meu Cartório, compareceu Aristoteles da Fonseca nacionalidade brasileira com 71 anos de idade, profissão funcionário público residente à rua Ana Quin[illegible] 328, apto 201 e exibindo atestado de ÓBITO firmado pelo médico Dr. Luiz de Souza Aguiar (7/9/55) declarou: Que no dia de ontem, (7/9/55) às 9 horas - minutos, à rua Tapirangá, casa sem faleceu Martiniano Belmiro 06 2705 " do sexo masculino cor preta com oitenta e um anos e dois meses de idade, natural de Estado de São estado civil casado com Alda Monteiro 06 2705. profissão industriário residente onde jazia filho de Belmiro Francisco Torres natural residente e de Hermenegilda Luiza da Conceição natural residente Causa mortis infarto do miocárdio Vai ser sepultado no Cemitério de São João Baptista Observações: O finado não deixa filhos, bens e testamento, ignorados.

Para constar lavrei êste têrmo que, lido e achado conforme, assino. Eu, [illegible] escrevente juramentado, o escrevi. Eu, [illegible] oficial do Registro Civil, subscrevo e assino. Aristoteles da Fonseca

Depart. de Imp. Nacional

SEM VALO

Figura 7- Certidão de óbito de Martiniano
Fonte: Site Family Search (1955).

Martiniano Belmiro Torres faleceu em 7 de setembro de 1955, aos 71 anos, vítima de infarto do miocárdio. Deixou viúva a senhora Alda Monteiro Torres, mas não deixou filhos

nem bens declarados. A ausência de descendentes constituiu um fator determinante para a dificuldade de reconstituir sua história de vida.

Sua trajetória lança luz sobre dimensões fundamentais do processo de mobilidade social de negros no pós-abolição. Em primeiro lugar, evidencia como o Corpo de Bombeiros podia funcionar como uma fresta (Silva, 2019), onde seria um espaço não previsto pelas estruturas de poder, onde sujeitos marginalizados inventam formas de existir à revelia das normas dominantes. Sendo zona de criação e resistência, onde a vida insiste mesmo sob condições adversas, abrindo caminhos improváveis, porém potentes, de afirmação e sentido, oferecendo estabilidade, reconhecimento institucional e algum grau de proteção social em um mercado de trabalho amplamente excludente e racializado. Contudo, esse acesso estava condicionado à submissão a normas rígidas de disciplina, além da vulnerabilidade à saúde, elementos que atuavam como limites estruturais à permanência e à ascensão dentro da instituição.

Em segundo lugar, sua história mostra que a ascensão individual de trabalhadores negros estava constantemente sob tensão, marcada pelo risco da exclusão, seja por sanções disciplinares, seja por doenças que atingiam desproporcionalmente a população negra e pobre. A trajetória de Martiniano, com seus silêncios documentais, deslocamentos funcionais e estratégias de sobrevivência, revela as ambivalências da inclusão institucional no Brasil pós-escravidão: ao mesmo tempo que oferecia possibilidades reais de mobilidade, mesmo que poucas, mantinha mecanismos sutis (e por vezes explícitos) de controle, distinção e desigualdade racial.

Martiniano buscou, por meio do alistamento no Corpo de Bombeiros, escapar ao destino comum de marginalização reservado aos homens negros em sua época. Seus elogios e louvores indicam que obteve reconhecimento institucional, ainda que sua trajetória tenha sido abruptamente interrompida pela doença. A micro-história, ao se debruçar sobre essa trajetória singular, permite evidenciar como processos sociais mais amplos, racismo estrutural, disciplinamento institucional, políticas de saúde e mobilidade social, se condensam na experiência de um indivíduo.

Em suma, a trajetória de Martiniano Belmiro Torres nos convida a refletir sobre os limites da inclusão social de negros no início do século XX. Embora o Corpo de Bombeiros tenha oferecido certa proteção, sua ascensão foi precária e constantemente ameaçada por fatores estruturais. Essa experiência individual, contudo, não deve ser vista como fracasso, mas como expressão das contradições de um tempo histórico em que liberdade e igualdade formal coexistiam com práticas persistentes de exclusão racial e social.

## 2.2 João Athanásio Baptista

A segunda trajetória abordada é a de João Athanásio Baptista, cuja história contrasta significativamente com a de Martiniano. Pai de cinco filhos e promovido ao último posto acessível a quem ingressava como soldado, João teve sua presença institucional e familiar mais amplamente documentada. Essa visibilidade permitiu reconstituir não apenas sua trajetória no Corpo de Bombeiros, mas também acompanhar os desdobramentos sociais de sua família ao longo do século XX, revelando ecos persistentes de sua ascensão até o presente.



Figuras 8 e 9 - Fotografias 3x4 de João em uniforme militar como praça / já no exercício do posto de oficial

Fonte: Acervo pessoal da Família Baptista

Durante a extensa busca por militares negros com trajetórias singulares no arquivo do Corpo de Bombeiros, a ficha de assentamentos de João Athanásio Baptista se destacou de imediato. Um primeiro aspecto que chamou atenção foi a quase ausência de transgressões disciplinares nos quatro primeiros anos de serviço, o que já o diferenciava da maioria dos demais militares. No entanto, o que mais despertou interesse foi sua trajetória vinculada ao universo das letras, sugerindo um percurso profissional e simbólico ainda mais distinto dentro da instituição.

Esta ficha funcionou como um retrato administrativo preciso, mas, lidas em perspectiva, revelam mais do que simples anotações burocráticas. Elas constituem um diário institucional de reconhecimento, onde cada linha não só registra atos concretos, mas também traduz como o Estado e a corporação militarizada reconheciam e validavam certas aptidões: disciplina, coragem, prontidão e dedicação ao serviço. Esses registros têm, portanto, um valor duplo — informam sobre sua trajetória objetiva, mas também iluminam os critérios de mérito e as expectativas de conduta vigentes no início do século XX.

Seu ingresso, em 24 de outubro de 1910, na 4ª companhia sob o nº 229, inaugura um percurso em que a rotina se entrelaça com o risco. Pouco depois, no mesmo ano, surge a primeira menção elogiosa, quando atuou no incêndio do Largo de Santa Rita. Não se trata de um episódio isolado, mas de uma espécie de prenúncio: a vida profissional de João se estruturaria em torno de confrontos cotidianos com o fogo, perigo concreto que o tornava visível ao olhar público e digno de menção nos relatórios. É nesse ponto que se pode pensar em uma dimensão quase existencial do ofício: o bombeiro é aquele que vive na iminência do risco e cuja competência só se manifesta plenamente no momento em que o perigo é maior.

Nos anos seguintes, sobretudo entre 1911 e 1915, a ficha se enche de sucessivos elogios. Incêndios de grande proporção, como os ocorridos na Rua General Pedra, na Rua do Hospício e no Largo do Estácio de Sá, marcam sua trajetória. Mas o que chama atenção não é apenas a quantidade de ocorrências, e sim a qualidade das menções: louvores do Presidente da República em 1911 e 1914, tanto pela disciplina e organização do Quartel Central quanto por sua exemplar participação na parada de 7 de setembro, inserem sua conduta individual no cenário maior da ordem republicana. É como se a coragem técnica e a disciplina militar se transformassem em instrumentos de legitimação política do próprio Estado.

Esse aspecto é ainda mais visível na anotação de 20 de março de 1912, quando recebe louvor presidencial "pelos serviços prestados durante as revoltas dos marinheiros e dos praças do batalhão naval". Aqui, sua prática cotidiana, apagar incêndios, manter disciplina, cumprir funções internas, conecta-se diretamente a um contexto de crise política e social. O que era trabalho técnico converte-se em capital simbólico de confiança: o bombeiro, no limite, torna-se agente de estabilidade em momentos de insurreição. A partir desse episódio, podemos perceber que a ficha não é apenas o registro de um trabalhador exemplar, mas também a narrativa de como a corporação e o Estado se apoiavam em figuras como João para manter a ordem em tempos de instabilidade.

Devemos notar, contudo, que em uma sociedade estruturalmente racista a ascensão social de pessoas negras frequentemente ocorre sob condições impostas, marcadas pela negação de sua identidade e pelo "massacre" de sua negritude, nos termos de Souza (1983). É nesse cenário que, segundo Nascimento (2010), João - um militar negro - atuou contra outros militares negros no período imediatamente posterior à Revolta da Chibata. Após o levante de 1910, os marinheiros foram submetidos a um ambiente de intensa repressão e vigilância, agravado pelo descumprimento, por parte da Marinha, do decreto de anistia, o que gerou profundo ressentimento e novas tensões dentro da corporação.

Convém lembrar que a Revolta da Chibata foi uma resposta ao regime brutal e racista que predominava na Marinha, onde marinheiros majoritariamente negros eram submetidos a castigos físicos que remetiam à escravidão. As duzentas chibatadas aplicadas

em Marcelino revelaram a violência institucionalizada que tratava esses homens como corpos disciplináveis pela força. Liderados por João Cândido, os marinheiros usaram sua própria perícia naval para denunciar a permanência de práticas escravistas dentro de uma hierarquia branca. Assim, mais que um motim disciplinar, o movimento foi um levante racial por dignidade, cidadania e pelo direito de não serem torturados.

A trajetória de João não apresenta manchas: nenhuma punição, nenhuma falta disciplinar, apenas elogios. Isso configura o que podemos chamar de uma "ficha limpa", um patrimônio de reputação que tinha valor político dentro da corporação. Tal acúmulo de menções elogiosas funcionava como uma espécie de capital simbólico institucional, abrindo portas para oportunidades de ascensão: a participação em cursos, a aprovação na Escola Regimental, a gratificação financeira e a promoção a cabo de esquadra em 14 de outubro de 1913 são exemplos claros de como esse capital se convertia em vantagens práticas.

Porém, isso também implicou a necessidade de negar ou silenciar aspectos de sua própria identidade, ajustando-se aos ideais de branquitude que orientavam a instituição. Tal adaptação podia se expressar em diferentes estratégias: renegar tradições de matriz negra, evitar qualquer menção às questões raciais e adotar ideias e comportamentos associados ao padrão branco de respeitabilidade.

De certo modo, João encarna aqui a lógica de uma meritocracia prática: a ascensão na hierarquia não se dava por privilégio hereditário ou por influência externa, mas pela soma de atos reconhecidos, pelos louvores documentados e pela imagem de disciplina que ia se consolidando. Seu percurso mostra como a corporação de bombeiros funcionava como espaço de mobilidade relativa dentro de uma sociedade marcada por desigualdades raciais e sociais profundas. A cada elogio registrado, não apenas sua carreira se fortalecia, mas também se desenhava um caminho de integração simbólica: o indivíduo negro, registrado nos assentamentos como "preto", alcançava reconhecimento oficial num ambiente estatal altamente hierárquico.

Se na dimensão prática este militar já se distingue, é na esfera intelectual que se consolida outro aspecto essencial de sua trajetória. Aqui, o que se evidencia é a capacidade de transformar experiência em saber codificado, prática em teoria, rotina em manual.

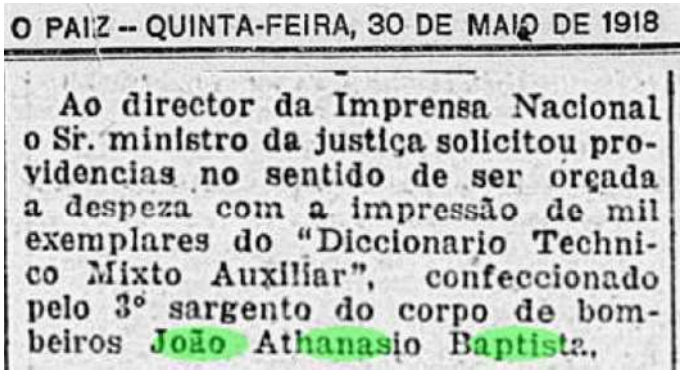
O primeiro marco desse percurso aparece em 1913, quando, ao ser aprovado no curso médio da Escola Regimental, João não apenas alcança uma nota satisfatória, mas conquista o segundo lugar geral, sendo premiado com uma caneta manchetada de ouro. Esse objeto, aparentemente simples, tem enorme significado simbólico. A caneta é o instrumento do letrado, do registrador, do criador de normas. Recebê-la como prêmio indica que João não era apenas executor de tarefas, mas já reconhecido como alguém com aptidão para sistematizar e transmitir conhecimento. A caneta de ouro é, assim, metáfora e

prova: metáfora porque simboliza a passagem do ofício manual ao intelectual, e prova porque materializa a distinção obtida pela via dos estudos.



Figura 10 - Caneta recebida por João em 1913, composta por detalhes em ouro
Fonte: Acervo pessoal da Família Baptista

Cinco anos mais tarde, em 1918, esse potencial se confirmou com a publicação, no jornal O Paiz, da notícia de que o Ministro da Justiça autorizara a Imprensa Nacional a imprimir mil exemplares do Diccionario Technico Mixto Auxiliar, de autoria de João Athanásio Baptista. Embora não tenha sido encontradas informações detalhadas sobre o conteúdo desse manual, é possível inferir que a iniciativa ultrapassava o âmbito de uma simples publicação editorial: tratava-se de uma decisão política de legitimação, pela qual o Estado convertia a reflexão de Baptista em patrimônio coletivo, reconhecendo naquele saber — forjado na experiência de quartel e no cotidiano de combate a incêndios — uma utilidade prática e uma relevância pública.



O PAIZ -- QUINTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1918

Ao director da Imprensa Nacional o Sr. ministro da justiça solicitou providencias no sentido de ser orçada a despeza com a impressão de mil exemplares do "Diccionario Technico Mixto Auxiliar", confeccionado pelo 3° sargento do corpo de bombeiros João Athanasio Baptista.

Figura 11 - Autorização do Ministro da Justiça para a impressão do manual elaborado por João
Fonte: Jornal O Paiz (1918)

Esse movimento é revelador. Mostra que sua trajetória não se esgota na obediência, mas produz normas; não se limita à disciplina imposta, mas cria disciplina intelectual. Ele passa de praticante a autor de referência, de executor a formulador. Essa passagem é

fundamental para a história das corporações militares e paramilitares: ao lado da hierarquia e da prática, emerge um campo de saber produzido de dentro, fruto da experiência acumulada e da reflexão sistematizada.

Sob esse prisma, João encarna uma figura rara e significativa: o prático-sábio, aquele que não apenas cumpre ordens, mas pensa o próprio ofício e deixa um legado escrito. O manual de 1918 podemos imaginar ser como uma epistemologia do cotidiano, que transforma a vivência em técnica codificada, transmissível e reconhecida oficialmente.

Mas a trajetória de João não se limita ao reconhecimento prático e intelectual: ela também se inscreve em uma esfera mais ampla, a do simbólico-político. Neste campo, sua figura ganha densidade a partir de três dimensões. A primeira é a da participação em contextos de crise. O louvor presidencial por sua atuação durante as revoltas dos marinheiros (1912) revela muito mais do que uma menção administrativa: é a inscrição de João no tabuleiro político de seu tempo.

É nesse cenário instável que a atuação de João ganha contornos de relevância política. Como bombeiro, sua função era técnica: garantir a disciplina no quartel, conter incêndios, manter a ordem nos espaços públicos. Mas, em meio a uma insurreição que ameaçava a segurança da capital federal, sua ação, discreta nos relatórios, mas decisiva no cotidiano, representava também um ato de fidelidade ao Estado. O louvor presidencial concedido em março de 1912 não deve ser lido apenas como recompensa por eficiência; ele traduz um gesto de confiança em um homem que, sendo negro, encarnou a adoção do "ideal do ego" branco.

Ao manter a ordem e preservar a disciplina em meio à crise, João tornou-se mais do que um servidor técnico: converteu-se em agente de estabilidade republicana, parte de um esforço maior do governo para reafirmar autoridade em tempos de insubordinação. Sua presença contraditória, assim, deve ser lida como símbolo da tensão e, ao mesmo tempo, da possibilidade de integração: enquanto marinheiros negros se rebelavam contra a violência e a exclusão, um bombeiro negro recebia elogio presidencial por sua disciplina exemplar. Essa ambiguidade lança luz sobre a complexidade da experiência negra no início do século XX, marcada tanto pela resistência quanto pelo reconhecimento oficial em espaços estatais.

A segunda dimensão de sua trajetória é de ordem cultural. Registros do Correio da Manhã revelam sua participação nos Congressos de Esperanto de 1923 e 1926. Optar por engajar-se em um movimento internacionalista e utópico, voltado à construção de uma linguagem universal, sugere uma personalidade aberta ao cosmopolitismo, capaz de pensar para além das fronteiras nacionais e da função militar. Esse engajamento também evidencia sua amplitude de interesses intelectuais e um indício de mobilidade social, já que o perfil dos participantes desses congressos era bastante variado, mas com predominância de intelectuais, estudantes, professores, profissionais liberais e militantes de movimentos

sociais e operários, muitos deles vinculados à classe média urbana. Assim, o bombeiro negro, servidor do Estado, inscrevia-se igualmente como sujeito de cultura, um homem de ideias que buscava se inserir em debates mais amplos sobre fraternidade e comunicação universal.

A terceira dimensão é comunitária. Em 31 de dezembro de 1915, João publica no jornal Correio da Manhã uma denúncia sobre as dificuldades e abusos enfrentados por um morador de Barros Filho ao tentar obter um simples atestado de conduta na delegacia do 23º distrito. O requerente, segundo João, passou mais de dois meses retornando à repartição sem que o documento fosse entregue, submetido a prazos continuamente adiados, informações contraditórias, insultos e até sugestões veladas de suborno para que o processo avançasse. Diante da demora injustificada e do tratamento desrespeitoso, João solicita ao delegado auxiliar a investigação das práticas da delegacia e a adoção de medidas que garantam o correto recebimento e processamento das petições, evitando prejuízos e humilhações aos cidadãos. Esse episódio revela que sua autoridade extrapolava a esfera militar: João também exercia liderança cívica, atuando como voz ativa na defesa de direitos e na vida coletiva.



CORREIO DA MANHÃ — Sexta-feira, 31 de Dezembro de 1915

**UMA QUEIXA contra as autoridades do 23º districto**

O furriel do Corpo de Bombeiros, João Athanazio Baptista, apresentou hontem, ao 1º delegado auxiliar a seguinte queixa escripta:

"Illmo. sr. dr. Leon Roussouléres, 1º delegado auxiliar da Policia do Districto Federal — Illmo. sr. — Para que tomeis na consideração que merecer, relato-vos o seguinte:

Em dias da segunda quinzena de outubro ultimo, Marcello da Silva Amador, residente na parada de Barros Filho (Linha Auxiliar), requereu ao sr. delegado do 23º districto, um attestado de conducta, junto ao requerimento, afim de poder identificar-se. No acto da entrega desse requerimento, como era natural, recebeu prazo para ir procurar sua petição (o que não deve ter sido mais de 8 ou 15 dias). Esgotado o prazo foi á referida delegacia mas seu requerimento não estava ainda prompto. Novo prazo lhe foi dado e, assim, nessa gingoja o supplicante viu esgotarem-se dois mezes: indo duas e mais vezes por semana á delegacia. Por fim de tudo isso que, provavelmente não tem importancia, porque os srs. delegados passam cases attestados porque querem, domingo, 26, o signatario do requerimento-cabula, indo, mais uma vez, procural-o foi insultado pelo commissario que lá se encontrava. Essa autoridade, dizendo-lhe, entre outras coisas, que a delegacia "não era deposito" (não se sabe porque disse elle esse disparate), acabou por dizer que lá não tinha requerimento nenhum; que já não tinha requerimento nenhum; que o commissario que o recebera não estava mais naquelle districto; que o fosse procurar, se quizesse... Entretanto, sr. 1º delegado auxiliar, na penultima vez que o alludido peticionario esteve naquella delegacia, um outro sr. commissario, que o attendeu falou-lhe dessa fórma, deante de diversas pessoas: "Tenho muita pena de quem quer trabalhar e que o não póde fazer por causa de uma coisa tão atôa: o sr. se tivesse dado uns 10$000 ou mesmo uma cerveja ou um charuto a quem recebeu seu requerimento, este já estaria prompto, mas...", etc., etc.

Ora, como só a s. s. é dado investigar sobre essas coisas: de funccionarios transferirem-se com os papeis endereçados ás repartições da Policia e o mais, é que venho rogar vossas providencias: ou essas repartições recusam-se a receber petições em tal sentido — prestando assim um beneficio aos peticionarios, que deixam de perder tempo, paciencia e o dinheiro dos sellos e das passagens que lhes faz falta e, mais ainda, deixam de ouvir o que lhes quizerem dizer alguns desses srs. NEURASTHENICOS, ou, recebendo-as, pratiquem de accordo, dando-lhes, ás petições, o andamento necessario, conforme a lei ou praxe. E com este, quantos?

Capital Federal, 28 de dezembro de 1915 — *João Athanazio Baptista*, furriel do Corpo de Bombeiros".

Figura 12 - Denúncia apresentada por João e divulgada pelo jornal Correio da Manhã

Fonte: Jornal Correio da Manhã (1915).

Infelizmente, a escassez de documentos não permite precisar todas as datas de suas promoções como praça, exceto a de Cabo e a de 1º Sargento, registrada em 8 de abril

de 1922. Essa última representava o ápice da carreira entre as praças, o grau mais elevado de responsabilidade antes da possibilidade de ascender ao oficialato. Nesse posto se condensavam não apenas o conjunto de promoções anteriores, mas também o reconhecimento da maturidade e da confiança institucional depositada em sua trajetória. O 1º Sargento não era apenas um graduado: desempenhava a função de guardião da ordem e elo fundamental entre oficiais e praças, tornando-se o pilar sobre o qual se apoiava a tropa.

Assim, cada promoção pode ser vista como mais do que um ato administrativo. São degraus de uma escada que o conduziu de simples recruta a líder experimentado, reflexos de uma vida moldada pela disciplina, pelo dever e pelo esforço para se adequar aos padrões brancos. Cada data gravada em seu assentamento não é apenas registro burocrático, mas marco simbólico de um processo de enquadramento social e militar, no qual o indivíduo se sublima para alcançar algo maior do que si mesmo.

Ao ingressar no círculo dos oficiais, sua trajetória passou a ganhar visibilidade nas páginas dos jornais. Entre notas oficiais e decretos assinados, sua ascensão ia se materializando em letras impressas, cada promoção funcionando como um selo público de reconhecimento — não apenas da corporação, mas também da própria República, que legitimava e projetava sua figura no espaço institucional e simbólico.

Em 26 de agosto de 1924, as colunas de O Jornal anunciam o que já estava escrito em sua disciplina e coragem: a promoção ao posto de 2º Tenente. Se até então sua voz ressoava como a de um sargento firme e respeitado, a partir desse momento ecoava já como oficial. Não era apenas mudança de posto; era a confirmação de que a instituição via nele não só um executor de ordens, mas um portador da autoridade que organiza e orienta. Nesse gesto, o Estado reconhecia não apenas o militar, mas o homem íntegro que, passo a passo, subia sem jamais recuar.

Corroborando a confiança depositada em sua trajetória, logo após sua ascensão ao oficialato foi inaugurada, em 1º de janeiro de 1925, a Estação de Campinho, destinada a atender a vasta zona suburbana que se estendia além de Cascadura, como registrou a Gazeta de Notícias. Na presença do Ministro da Justiça, Dr. João Luiz Alves, e do Comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Oliveira Lyrio, o Tenente João Athanásio Baptista foi designado primeiro comandante da unidade.

Esse ato carregava um forte simbolismo. Em uma sociedade ainda profundamente marcada pelo racismo estrutural, a nomeação de um homem negro para inaugurar o comando de um quartel, que viria a se tornar um dos mais tradicionais da corporação, representava não apenas um reconhecimento institucional, mas também um gesto político de rara visibilidade pública. Tal feito pode ser lido à luz do que Souza (1990) chama de "vicissitudes da identidade negra em ascensão social", uma negociação constante entre reconhecimento e negação. Além disso, o episódio revela as contradições apontadas por

Munanga (1999) sobre o embranquecimento como estratégia de inclusão social, já que a presença de um oficial negro não anulava as barreiras simbólicas que a cor impunha.

Em seguida, o tempo trouxe-lhe novo reconhecimento. Em 2 de junho de 1932, o Diário de Notícias deu a público sua ascensão a 1º Tenente, "por merecimento". Esta expressão, seca nos decretos, abre-se em sentidos maiores: merecimento é a soma invisível de noites em claro, de incêndios enfrentados, de vidas preservadas, de disciplina vivida não como fardo, mas como vocação. Tornar-se 1º Tenente era a cristalização de um caminho que não se improvisa, mas se constroi na perseverança.

Seis anos mais tarde, em 2 de fevereiro de 1938, novamente o Diário de Notícias o coloca em destaque, agora elevando-o a Capitão. Neste posto, já não era apenas parte da engrenagem; tornava-se condutor, referência, farol para os mais jovens. O Capitão é aquele que pensa o todo, que administra não apenas homens, mas destinos em momentos de crise. Era a maturidade da carreira, o reconhecimento de que nele habitava a prudência necessária aos líderes e a coragem que só se prova no perigo.

Por fim, em 20 de fevereiro de 1941, o jornal O Imparcial registrou a promoção que coroava décadas de dedicação: João Athanásio Baptista foi elevado a Major do Corpo de Bombeiros. O posto de Major representava mais do que uma simples graduação: era um símbolo de confiança institucional e de autoridade consolidada, reservado a poucos dentro da corporação. Para um homem negro, entretanto, esse feito adquiria uma dimensão ainda mais significativa. Em uma sociedade estruturada pelo racismo, sua ascensão revelava tanto as possibilidades abertas por instituições estatais quanto os limites impostos pela necessidade constante de provar disciplina, lealdade e competência em grau superior ao exigido de seus pares brancos.

Ao atingir esse patamar, João não apenas acumulava insígnias: tornava-se uma memória viva da corporação, exemplo de dedicação e honra, mas também um testemunho das contradições da mobilidade social negra no pós-abolição — uma mobilidade que, embora possível, permanecia condicionada à internalização de ideais de branquitude e ao enfrentamento cotidiano do estigma racial.

Em síntese, a trajetória de João Athanásio Baptista evidencia três formas complementares de reconhecimento: o prático, manifestado na ficha funcional impecável e nos louvores acumulados; o intelectual, simbolizado pela caneta de ouro e pela publicação oficial de seu manual em 1918; e o simbólico-político, expresso em sua atuação durante revoltas e em seu engajamento cultural e social. Esses elementos revelam que sua vida não se limita ao percurso de um indivíduo, mas lança luz sobre as possibilidades e limites da mobilidade social de homens negros no pós-abolição. Sua ascensão, ainda que notável, esteve permeada por tensões: para alcançar legitimidade, foi frequentemente necessário internalizar estereótipos, preconceitos e ideais racistas, ajustando-se às exigências de uma

sociedade que estruturava a cidadania sobre bases excludentes. João, assim, torna-se não apenas memória da corporação, mas também um testemunho das contradições da inclusão institucional de negros, marcada simultaneamente por reconhecimento e subordinação, visibilidade e silenciamento.

## 2.3 Análise comparativa das trajetórias

A análise das trajetórias de Martiniano Belmiro Torres e João Athanásio Baptista revela de forma exemplar a complexidade das possibilidades e limites de inclusão social para homens negros no início do século XX, no contexto do pós-abolição e da consolidação republicana. Embora ambos tenham ingressado no Corpo de Bombeiros em circunstâncias relativamente próximas: Martiniano em 1908 e João em 1910. Seus percursos dentro da instituição seguiram rumos distintos, que refletem tanto contingências individuais quanto às condições sociais mais amplas em que estavam inseridos.

No caso de Martiniano, observa-se uma trajetória marcada por reconhecimento inicial, seguida por interrupção abrupta em razão da doença. O elogio pelos serviços prestados em incêndios e durante a greve da companhia de gás demonstra como ele conseguiu acumular certo capital simbólico dentro da corporação. Contudo, a punição por indisciplina e, sobretudo, a tuberculose pulmonar, registrada em sua ficha, evidenciam como fatores externos ao desempenho profissional, mas fortemente associados às condições de vida da população negra urbana, limitavam sua ascensão.

Já a trajetória de João Athanásio Baptista exemplifica o pólo oposto dessa experiência: contínuo reconhecimento, ausência de punições, rápida ascensão a cargos administrativos e distinções escolares que reforçaram sua imagem de disciplina e competência. Nesse sentido, sua carreira parece aproximar-se de um modelo ideal de meritocracia institucional, em que a dedicação individual era reconhecida e convertida em promoções.

A comparação entre ambos permite iluminar um ponto central: a mobilidade social de negros nas instituições militares não era homogênea, mas profundamente seletiva. Os indivíduos acessam diferentes formas de capital (econômico, cultural, social e simbólico), que condicionam suas chances de sucesso em campos sociais hierarquizados. Martiniano possuía capital físico (força de trabalho) e certa reputação inicial, mas foi rapidamente deslocado à margem pela doença, que expôs sua vulnerabilidade social. João, por outro lado, soube converter disciplina e desempenho escolar em capital simbólico, o que lhe permitiu consolidar uma posição diferenciada.

Ambos viveram sob as mesmas estruturas sociais: um mercado de trabalho “racializado”, um Estado disciplinador, uma sociedade permeada por preconceitos, mas suas

experiências foram distintas. Enquanto Martiniano enfrentou a precariedade da saúde como obstáculo incontornável, João logrou construir uma narrativa de mérito que o torna exemplo dentro da corporação. Essa diferença não deve ser interpretada como acaso individual, mas como produto das condições históricas que ofereciam margens estreitas de possibilidade, onde cada trajetória se tornava resultado da interação entre estruturas e agência.

Ao mesmo tempo, a comparação evidencia o papel das instituições militares como espaços de disciplinamento e respeitabilidade. Como destaca Sidney Chalhoub (1990), para muitos trabalhadores negros e pobres do pós-abolição, o ingresso em instituições estatais representava não apenas sobrevivência econômica, mas também possibilidade de reconhecimento social. Porém, essa oportunidade vinha acompanhada de rígido controle sobre o corpo e a conduta, funcionando como mecanismo de distinção entre "os respeitáveis" e "os desordeiros". A punição de Martiniano por atrasar-se ao toque de alvorada e a premiação de João por seu desempenho escolar são exemplos concretos desse processo.

Nesse sentido, ao considerar que a respeitabilidade não era apenas um valor interno à instituição, mas um recurso simbólico disputado socialmente. O bombeiro negro que se destacava pela disciplina e mérito não apenas reforçava sua posição individual, mas também representava a possibilidade de reposicionar a imagem do trabalhador negro no espaço público. Contudo, essa representação estava sempre sujeita a silenciamentos e esquecimentos, como nos alerta Michael Pollak (1989). As trajetórias excepcionais, como a de João, tendiam a ser destacadas como prova de inclusão, enquanto as trajetórias interrompidas, como a de Martiniano, eram relegadas ao esquecimento, compondo o silêncio estrutural em torno da vulnerabilidade negra.

Outro ponto relevante da comparação é o papel da saúde como marcador social. Como mostrou Chalhoub (1996), doenças como a tuberculose eram profundamente associadas às condições precárias de vida da população pobre urbana. No caso de Martiniano, a tuberculose não apenas interrompeu sua carreira, mas também o marcou como sujeito "inapto", justificando sua exclusão do serviço ativo. Já João, saudável e disciplinado, pôde avançar. Essa diferença ilustra como o racismo estrutural operava de forma indireta, reproduzindo desigualdades pela via da saúde e da capacidade laboral.

Por fim, é preciso destacar que ambos permaneceram vinculados simbolicamente à instituição mesmo após suas trajetórias formais. Martiniano, décadas depois, ainda recorria ao Corpo de Bombeiros para solicitar reajustes de seus vencimentos como reformado (CBMERJ, 1953). João, mesmo sem registros posteriores, deixou na documentação a imagem de um militar exemplar, provavelmente lembrado como referência em sua época. Isso confirma a observação que a memória individual se constroi em diálogo com os

quadros sociais de memória, ou seja, com os grupos e instituições que oferecem molduras para recordar.

Em síntese, a comparação entre Martiniano Belmiro Torres e João Athanásio Baptista revela que a inclusão de negros no Corpo de Bombeiros era atravessada por paradoxos: oferecia oportunidades de reconhecimento e estabilidade, mas sob condições de seletividade extrema. A trajetória de Martiniano expõe a fragilidade dessas oportunidades, vulneráveis à disciplina e à saúde. Já a trajetória de João mostra como, em raros casos, o mérito e a disciplina podiam ser reconhecidos e convertidos em ascensão. Juntas, essas histórias individuais iluminam as contradições de uma sociedade que, após abolir a escravidão, ainda restringia os caminhos de inclusão dos descendentes de escravizados.

## 2.4 Memória, silêncio e invisibilidade

A análise da memória institucional do Corpo de Bombeiros exige que se reconheça, em primeiro lugar, que a memória não é um repositório neutro do passado, mas um campo de disputas. Pollak (1989) cita o conceito analisado por Pierre Nora sobre a noção de lugares de memória, lembrando que os processos de rememoração e de esquecimento estão sempre associados a interesses, seleções e hierarquias sociais. Da mesma forma, Pollak (1989) enfatiza que o silêncio não deve ser interpretado apenas como ausência, mas como uma estratégia ativa: silencia-se para evitar conflitos, para proteger determinados grupos ou, ainda, para impor hegemonias narrativas. Nesse sentido, a memória não é simplesmente o que permanece, mas aquilo que é conscientemente construído, manipulado e moldado conforme os projetos de poder vigentes.

Quando se observa o modo como o Corpo de Bombeiros construiu sua memória oficial, percebe-se uma clara tendência à idealização. Publicações comemorativas, álbuns fotográficos, monumentos e artigos em revistas institucionais privilegiaram imagens de disciplina, bravura e heroísmo, em consonância com o projeto republicano de apresentar o corpo militarizado como exemplo de modernidade e civilização. Entretanto, ao enfatizar o heroísmo abstrato, a corporação relegou ao esquecimento a presença massiva de homens negros em seus quadros, sobretudo nos níveis hierárquicos inferiores. Essa operação não é casual: ela se insere em um contexto mais amplo de branqueamento simbólico, em que a história oficial do país buscava destacar protagonistas brancos para representar a nação.

Esse processo de invisibilização pode ser analisado também à luz dos debates sobre identidade nacional e memória coletiva no Brasil. Desde o final do século XIX, o discurso do branqueamento funcionou como horizonte ideológico para legitimar políticas públicas e práticas sociais que tentavam alinhar o país a um ideal europeu. O Corpo de Bombeiros, como instituição de visibilidade pública e grande prestígio, foi convocado a encarnar esse

ideal. A valorização de bombeiros brancos como símbolos institucionais deve ser entendida como parte dessa estratégia de construção de uma República branca, ordeira e higienizada. Ao mesmo tempo, silenciar os negros que efetivamente compunham o grosso do efetivo significava negar a contribuição desses sujeitos para a edificação da própria modernidade republicana.

A ausência de registros explícitos da presença negra na memória oficial contrasta com a abundância de documentos administrativos. Os livros de assentamento registram minuciosamente nomes, idades, funções e até punições, deixando claro que a corporação era constituída por homens negros em larga escala. No entanto, raramente esses dados foram mobilizados para compor narrativas celebrativas. O contraste é eloquente: enquanto alguns nomes foram eternizados em placas, bustos e discursos oficiais, outros permanecem aprisionados em fichas burocráticas. Essa dissociação entre memória oficial e memória documental evidencia o que Pollak (1989) denomina “memórias subterrâneas”: lembranças mantidas nos arquivos e nas narrativas familiares, mas excluídas do espaço público legitimado.

Além disso, o silêncio institucional não deve ser lido apenas como exclusão, mas também como forma de julgamento moral. Ser lembrado significava corresponder ao modelo de respeitabilidade que a corporação buscava projetar para a sociedade: disciplina, bravura, retidão moral. Trajetórias atravessadas por doença, como no caso de Martiniano, por punições disciplinares ou por vínculos mais frágeis com a instituição, dificilmente recebiam destaque público. Esse filtro seletivo de lembrança e esquecimento reforçava uma hierarquia simbólica racializada: os negros eram aceitos na corporação como força de trabalho, mas dificilmente como símbolos de prestígio.

É importante destacar, ainda, que essa invisibilidade dialoga com outras formas de apagamento social que afetaram a população negra no pós-abolição. O silêncio da memória institucional dos bombeiros ecoa silêncios semelhantes na história da polícia, das Forças Armadas e de diversas instituições republicanas. O que está em jogo não é apenas a omissão de nomes individuais, mas a tentativa de negar a centralidade do trabalho negro na constituição do Estado moderno brasileiro. Ao omitir, a instituição produz uma narrativa em que a contribuição negra aparece como episódica, residual ou indesejada, quando na realidade foi constitutiva.

Por outro lado, a permanência dos registros burocráticos possibilita à pesquisa histórica a recuperação dessas trajetórias. Os livros de assentamento, que muitas vezes permanecem invisíveis para a historiografia tradicional, tornam-se aqui fontes centrais para revelar sujeitos, práticas e experiências. Essa possibilidade de resgate confirma a pertinência da abordagem micro-histórica: ao olhar para as margens, para os detalhes e

para as vidas “ordinárias”, é possível desafiar os silêncios da memória oficial e construir narrativas mais plurais.

Assim, a discussão sobre memória, silêncio e invisibilidade no Corpo de Bombeiros revela um mecanismo institucional de seleção de lembranças que não apenas moldou a imagem pública da corporação, mas também contribuiu para a exclusão simbólica da população negra da narrativa republicana. Recuperar essas memórias subterrâneas é mais do que um exercício historiográfico: é um gesto político de restituição e de reparação simbólica, que coloca em questão os próprios fundamentos de como o Brasil construiu e ainda constroi suas histórias oficiais.

## 2.5 O Corpo de Bombeiros e a sociedade civil: imagem pública e representações

A relação entre o Corpo de Bombeiros e a sociedade civil sempre ultrapassou a dimensão administrativa e funcional da corporação. Desde o final do século XIX, a instituição tornou-se um dos principais símbolos de modernidade e ordem urbana, apresentando-se ao público por meio de cerimônias, desfiles, paradas militares e reportagens jornalísticas. A imagem pública construída foi cuidadosamente moldada, servindo não apenas para legitimar a corporação, mas também para consolidar uma representação específica do que significava ser bombeiro: disciplinado, heroico, íntegro e, preferencialmente, branco.

Os jornais da época, como o “Jornal do Commercio” e a “Gazeta de Notícias”, publicavam constantemente matérias que exaltavam as ações dos bombeiros em grandes incêndios, ressaltando sua coragem e eficiência. Nessas narrativas, o bombeiro aparecia como heroi urbano, capaz de enfrentar riscos em nome do bem coletivo. Entretanto, ao mesmo tempo em que engrandeciam a corporação, tais reportagens também contribuíam para um processo de seletividade: raramente se destacava o nome ou a origem racial das praças envolvidas. As imagens e fotografias divulgadas privilegiavam oficiais e figuras de comando, frequentemente brancos, invisibilizando os soldados negros que constituíam a maioria do efetivo.

Essa construção pública dialogava diretamente com o projeto republicano de disciplinar as massas e difundir símbolos de ordem. O Corpo de Bombeiros, por sua natureza de enfrentamento de incêndios e de proteção da coletividade, tornou-se um espaço privilegiado para se forjar a imagem da República como civilizatória e moderna. O uniforme bem passado, os desfiles em fileiras perfeitas, as demonstrações públicas de bravura não eram apenas expressões internas da disciplina, mas espetáculos políticos que reforçavam a legitimidade do novo regime.

Nesse sentido, a corporação funcionava como uma vitrine pública. Ao expor seus membros nas ruas, em solenidades ou mesmo em rituais fúnebres de bombeiros mortos em

serviço, o Estado comunicava à sociedade valores como abnegação, sacrifício e patriotismo. Contudo, a racialização da imagem pública era evidente: as representações veiculadas nas cerimônias e na imprensa mostravam, em geral, oficiais brancos como protagonistas, ao passo que os soldados negros permaneciam no anonimato coletivo. Essa exclusão simbólica refletia as tensões sociais do período, em que a população negra era aceita como mão de obra, mas raramente como rosto público de instituições prestigiadas.

Mesmo quando a presença negra aparecia em registros públicos, ela vinha marcada por estereótipos. Em crônicas e notas de rodapé, era comum associar soldados negros a atributos de força física ou resistência corporal, reforçando uma visão utilitarista e limitada de sua contribuição. O espaço de reconhecimento pleno, associado à coragem, ao heroísmo e à exemplaridade moral, era reservado aos brancos. Essa divisão discursiva confirma que a visibilidade pública não era concedida igualmente: tratava-se de uma visibilidade hierarquizada, onde alguns eram celebrados e outros, apenas tolerados.

É fundamental notar que o processo de construção da imagem pública não se confunde com a dinâmica de memória institucional discutida no item anterior. Enquanto a memória trata da seleção de trajetórias dignas de lembrança dentro da corporação, aqui estamos diante de um fenômeno distinto: a projeção externa da corporação para a sociedade. O Corpo de Bombeiros não apenas guardava silêncios internos, mas também produzia uma representação cuidadosamente calibrada para dialogar com a opinião pública, reforçando hierarquias sociais ao mesmo tempo que buscava prestígio e legitimidade.

Assim, estudar a relação entre o Corpo de Bombeiros e a sociedade civil implica desvelar a natureza política da sua imagem pública: uma imagem que serviu para consolidar o projeto republicano de ordem e modernidade, mas que também reproduziu exclusões raciais e sociais. Ao celebrar determinados corpos e invisibilizar outros, a corporação construiu-se como espelho das contradições da própria República brasileira, ao mesmo tempo que buscava ser vitrine de seus ideais.

## 2.6 Ascensão social, raça e cidadania

As trajetórias de Martiniano e João Athanásio, quando analisadas em paralelo, permitem compreender a ascensão social como um processo complexo e permeado por filtros raciais e institucionais. Embora ambos tenham conseguido ingressar no Corpo de Bombeiros, a forma como foram reconhecidos (e os limites que encontraram em suas carreiras) ilustra os paradoxos da cidadania republicana. A ascensão não se definia apenas por mérito individual, mas dependia de fatores como saúde, escolaridade, disciplina, respeitabilidade e, sobretudo, da forma como a sociedade racializava esses atributos.

O período pós-abolição foi marcado pela promessa de uma cidadania universal. No entanto, como argumenta Florestan Fernandes (2008), a transição da escravidão para o trabalho livre não significou uma ruptura efetiva com as hierarquias raciais. O Estado republicano concedeu formalmente direitos a todos os cidadãos, mas manteve mecanismos informais de exclusão. O Corpo de Bombeiros é um microcosmo privilegiado para observar esse fenômeno: nele, negros encontravam oportunidades de trabalho estável e de algum prestígio, mas suas trajetórias eram constantemente limitadas por barreiras simbólicas e institucionais.

A noção de ascensão social, nesse contexto, precisa ser analisada a partir de diferentes camadas. Primeiramente, havia a ascensão material: o acesso a um salário fixo, a aposentadorias e à assistência médica representava um avanço considerável para indivíduos oriundos de famílias pobres e, muitas vezes, recém-libertos. Em segundo lugar, havia a ascensão simbólica: o uniforme e a inserção em uma corporação estatal conferiam respeitabilidade social, permitindo que esses homens fossem vistos como cidadãos úteis e disciplinados. No entanto, esse capital simbólico não era distribuído de forma igual. A cor da pele funcionava como um marcador invisível que delimitava até onde se podia chegar.

Os casos de Martiniano e João mostram que, mesmo quando negros alcançavam posições de destaque relativo, esse reconhecimento estava sujeito a fragilidades. Martiniano, ao adoecer, viu sua trajetória ser rapidamente comprometida, e a associação entre tuberculose e degeneração reforçava estigmas sociais que afetavam principalmente os pobres e os negros (Chalhoub, 1996). João, apesar de sua escolaridade e de sua conduta exemplar, enfrentava promoções lentas e avaliações permeadas por subjetividade, sugerindo que o mérito formal não eliminava a racialização do julgamento.

Outro aspecto relevante é a ideia de cidadania performada. Para além de ocupar funções dentro da corporação, era preciso encarnar certos códigos de respeitabilidade: comportamento disciplinado, adesão aos valores republicanos, aparência física adequada, formas de sociabilidade reconhecidas como legítimas. Esses requisitos eram aplicados de maneira desigual: para homens brancos, funcionavam como reafirmação de status; para homens negros, eram exigências adicionais, uma forma de provar continuamente sua legitimidade. A ascensão, portanto, não era apenas uma questão de oportunidades objetivas, mas também de performances sociais permanentemente vigiadas.

Nesse sentido, o Corpo de Bombeiros pode ser compreendido como um espaço ambíguo de cidadania: ao mesmo tempo em que oferecia caminhos de inclusão, reforçava desigualdades raciais. Essa ambiguidade reflete um paradoxo mais amplo da República: enquanto proclamava a igualdade formal, reproduzia exclusões históricas herdadas do período escravista. O estudo das trajetórias individuais evidencia, assim, que a cidadania

negra no pós-abolição foi parcial, condicional e frequentemente marcada por um teto invisível que limitava a ascensão plena.

Portanto, analisar ascensão social, raça e cidadania no interior do Corpo de Bombeiros significa reconhecer que as conquistas individuais, embora reais e significativas, ocorreram em um cenário de tensões constantes. Martiniano e Athanásio são exemplos de trajetórias possíveis, mas também de limites impostos. Suas histórias revelam que a República brasileira, apesar de modernizadora em seu discurso, manteve mecanismos sutis e persistentes de exclusão. A ascensão existiu, mas a igualdade permaneceu uma promessa adiada.

O percurso desenvolvido neste capítulo buscou articular duas dimensões complementares: de um lado, a reconstrução das trajetórias individuais de Martiniano e João Athanásio, recuperadas a partir dos livros de assentamento, reportagens jornalísticas e de registros administrativos; de outro, a reflexão metodológica e teórica que permite compreender essas vidas como janelas para questões mais amplas do pós-abolição, da República e das relações raciais no Brasil. Ao adotar a micro-história como estratégia, procurou-se demonstrar que o detalhe e a singularidade não são marginais, mas sim fundamentais para a interpretação histórica.

As trajetórias analisadas revelam os limites e as possibilidades da inclusão de negros no Estado republicano. Martiniano, atravessado pela tuberculose, mostra como a doença podia fragilizar e estigmatizar, reduzindo perspectivas de ascensão mesmo em instituições que ofereciam certa proteção social. João, por sua vez, ilustra a ambiguidade da escolarização como capital cultural: suficiente para abrir portas, mas insuficiente para eliminar preconceitos e barreiras raciais. Ambos se confrontaram com os mecanismos de disciplina, respeitabilidade e julgamento moral que definiram as fronteiras do que significava ser um bombeiro e, por extensão, um cidadão.

A comparação entre os dois evidencia que a ascensão social não era linear nem plenamente acessível. Existia um teto invisível, sustentado por códigos raciais implícitos, que determinava até onde os negros poderiam chegar. Esse teto se expressava tanto em avaliações subjetivas de mérito quanto em representações públicas e silenciamentos institucionais. O Corpo de Bombeiros, embora funcionasse como espaço de oportunidade, também reproduzia as desigualdades estruturais da sociedade brasileira, refletindo os paradoxos da República: promessa de igualdade formal, mas manutenção de exclusões práticas.

As seções finais do capítulo aprofundaram esse diagnóstico em três frentes. Primeiro, ao discutir memória, silêncio e invisibilidade, destacou-se como a corporação construiu uma memória oficial seletiva, apagando ou minimizando a presença negra em suas narrativas celebratórias (Pollak, 1989). Segundo, ao analisar a relação com a

sociedade civil, demonstrou-se como a imagem pública do bombeiro foi moldada para reforçar valores de ordem e modernidade, mas de maneira racialmente hierarquizada. Terceiro, ao abordar a ascensão social, mostrou-se que a cidadania republicana oferecida aos negros foi parcial e condicional, marcada por exigências de respeitabilidade e pela constante vigilância sobre seus corpos e condutas.

Do ponto de vista metodológico, o capítulo também reforça a pertinência da biografia como gênero histórico. A biografia não é mera narrativa individual, mas um exercício de articulação entre memória, identidade e estrutura social. Ao resgatar vidas silenciadas nos arquivos burocráticos, a micro-história biográfica cumpre uma função crítica: expõe as fissuras das narrativas oficiais e permite enxergar as múltiplas formas de agência, resistência e negociação dos sujeitos negros no interior das instituições republicanas.

Em síntese, este capítulo demonstrou que as trajetórias de Martiniano e João Athanásio não são casos isolados, mas expressões de processos mais amplos: o esforço do Estado em disciplinar corpos, a tentativa da República em construir símbolos de modernidade e, sobretudo, a luta da população negra por reconhecimento e inclusão em um cenário adverso. As histórias aqui reconstruídas revelam tanto conquistas quanto limitações, iluminando os paradoxos da cidadania negra no pós-abolição.

# 3. Família Baptista

Neste capítulo, proponho reconstruir a árvore genealógica da família de João Athanásio Baptista, partindo do ancestral mais remoto identificado durante a pesquisa até alcançar seus descendentes mais recentes. Com base nessa estrutura, busco traçar uma linha de continuidade capaz de evidenciar o percurso histórico da família desde meados do século XIX até os dias atuais, observando as transformações em suas condições sociais ao longo do tempo.

O objetivo é verificar em que medida ocorreu mobilidade social ascendente intergeracional na família Baptista - e de que natureza (educacional, ocupacional ou simbólica) -, identificando as ações, estratégias e contextos que possibilitaram essa ascensão, bem como as barreiras e desafios enfrentados ao longo desse processo. Para isso, adoto a metodologia da micro-história e utilizo a biografia não como narrativa isolada, mas como um instrumento de análise e reflexão histórica, capaz de articular experiências individuais e estruturas sociais mais amplas.

A pesquisa "Um elevador social quebrado? Como promover a mobilidade social", realizada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em 2018, foi fundamental para embasar este capítulo e iluminar a realidade das famílias negras brasileiras no que diz respeito à mobilidade social. O estudo demonstra que, em sociedades marcadas por elevada desigualdade, como o Brasil, a ascensão social ocorre de forma extremamente lenta e restrita. Segundo as estimativas apresentadas pela OCDE, uma família localizada no decil inferior de renda precisaria de até nove gerações ou mais para que seus descendentes alcançassem o nível médio de renda nacional, um dos índices mais baixos de mobilidade entre os países analisados. Essa lentidão está diretamente relacionada à alta persistência intergeracional de rendimentos, estimada em cerca de 70%, e às barreiras estruturais que caracterizam o país, como o acesso desigual à educação, o mercado de trabalho segmentado e os chamados "pisos rígidos" (*sticky floors*), que limitam as oportunidades de ascensão das camadas mais pobres.

É importante destacar que a pesquisa da OCDE analisa a mobilidade social com base na renda familiar e no país de origem, mas não apresenta dados desagregados por raça, o que impede a observação direta das dinâmicas específicas das famílias negras no Brasil. No entanto, ao considerar estudos que realizam esse recorte racial, como o de Osório (2021), torna-se evidente que a base da pirâmide de renda familiar brasileira é majoritariamente composta pela população negra, isto é, pessoas que se declaram pretas e pardas. Os dados mostram que essa parcela da população ocupa, de forma persistente, os estratos mais baixos da distribuição de renda, enquanto os brancos se concentram nas faixas mais altas.

Em 2018, por exemplo, os negros representavam cerca de 75% dos 10% mais pobres do país, proporção que já ultrapassava dois terços em 1986 e se manteve praticamente inalterada até 2019. Essa estabilidade histórica revela que desigualdade racial e desigualdade de renda são dimensões inseparáveis: no Brasil, a pobreza tem cor, e a concentração de pessoas negras na base da pirâmide constitui um dos principais fatores que sustentam a exclusão e a baixa mobilidade social. Além disso, a renda média dos brancos é, historicamente, o dobro da dos negros, o que demonstra que, mesmo diante de avanços pontuais, a distância racial no acesso à renda e às oportunidades permanece estrutural e persistente.

Entretanto, a trajetória da família Baptista representa uma exceção significativa ao padrão de baixa mobilidade observado entre as famílias negras brasileiras. Em apenas três gerações, partindo de uma mulher negra empregada doméstica no final do século XIX, seus descendentes alcançaram posições de destaque no funcionalismo público, na medicina, na arquitetura e em profissões liberais, consolidando-se como parte de uma classe média negra urbana. Essa discrepância em relação à tendência nacional torna o caso exemplar e revelador para compreender os limites e possibilidades da ascensão social negra no Brasil republicano.

Ao examinar essa trajetória, este capítulo busca compreender como essa mobilidade foi construída em um contexto estruturalmente adverso, empregando a micro-história e a biografia como instrumentos de análise e reflexão histórica. Por meio dessas abordagens, pretende-se evidenciar, nas experiências individuais e familiares, as estratégias, valores e oportunidades que possibilitaram a ascensão da família Baptista, bem como as barreiras e contradições que marcaram esse processo.

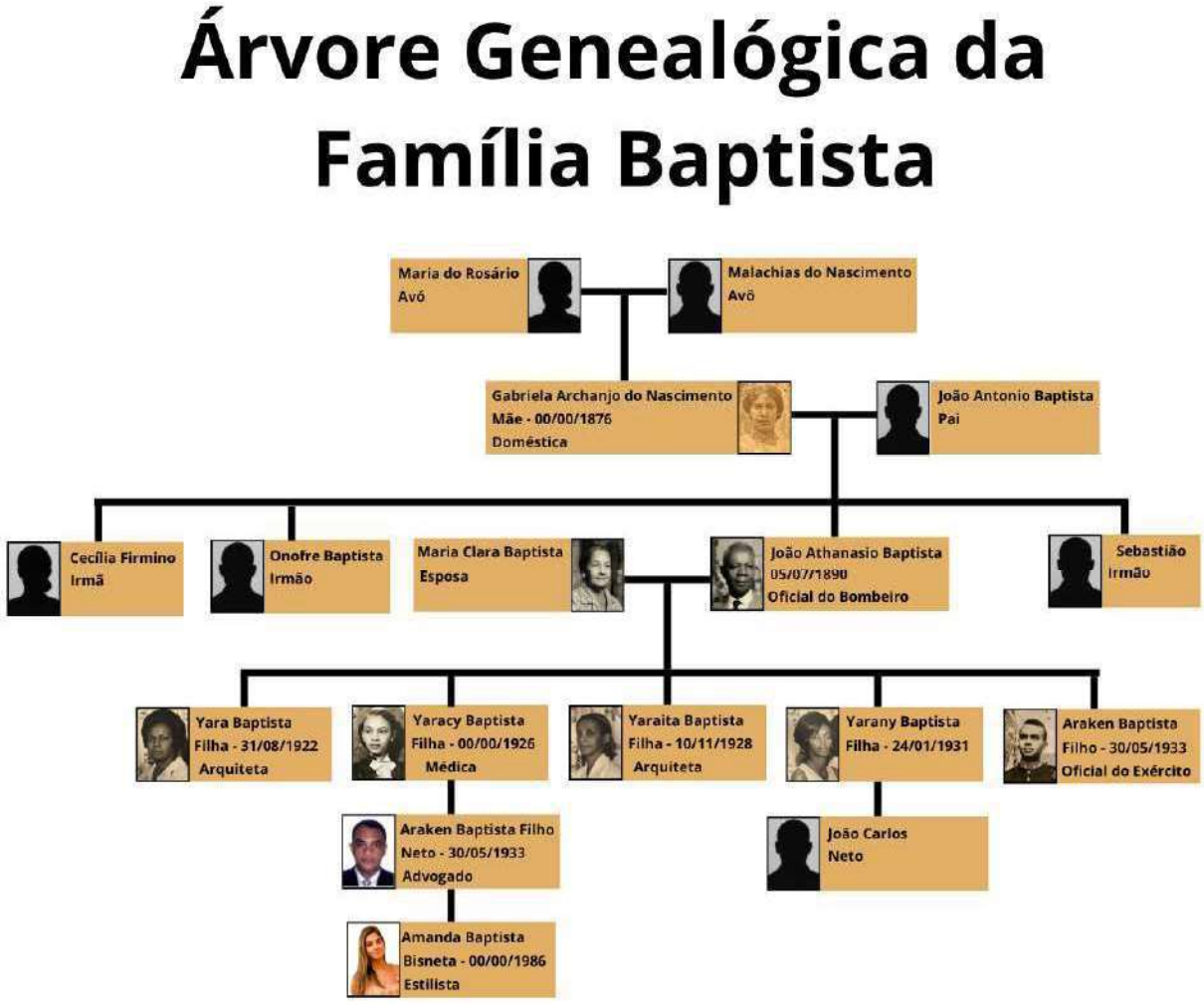



Figura 13 - Árvore Genealógica da Família Baptista

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

## 3.1 Primeira geração: Gabriela Arcanjo Baptista e o pós-abolição

João nasceu em um sábado, 5 de julho de 1890, na então Capital Federal do Brasil, filho de Gabriela Arcanjo Baptista e João Antônio Baptista. A partir das pesquisas realizadas, foi possível localizar a certidão de óbito de sua mãe, uma fonte primária fundamental para compreender a ascendência de João e os primeiros passos de sua trajetória familiar. Segundo o documento, Gabriela faleceu às 17h15 do dia 11 de novembro de 1944, aos 68 anos de idade, de insuficiência cardíaca, na rua São Luiz Gonzaga, nº 55, em Benfica. Era natural do estado de Minas Gerais, embora não seja possível precisar o município de origem. Considerando sua idade, é provável que tenha nascido por volta de 1876, ainda sob o regime escravocrata brasileiro.

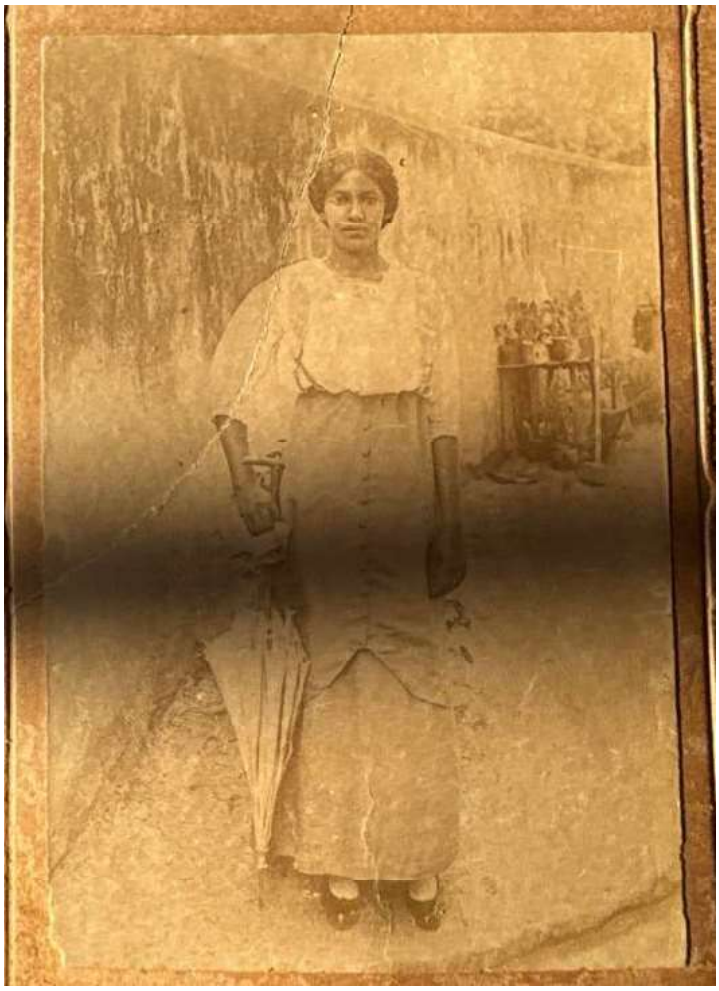


Figura 14 - Gabriela Arcanjo Batista (mãe de João)

Fonte: Acervo pessoal da Família Baptista [s.d.]

O fato de João ter nascido já no Rio de Janeiro sugere, conforme aponta Osorio (2021), que sua mãe pode ter integrado o contingente de pessoas negras que migraram do interior para a capital federal no pós-abolição, movimento motivado principalmente pela busca por melhores oportunidades econômicas e sociais diante da falta de perspectivas no campo e nas pequenas cidades. Após o fim da escravidão, a população negra enfrentava barreiras estruturais de classe e de racismo, que restringiam sua mobilidade social e dificultavam a inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, o Rio de Janeiro, em processo de urbanização e industrialização, representava um espaço de esperança e reconstrução de vida, onde se podia romper, ainda que parcialmente, com os vínculos da ordem escravocrata. Assim, essa migração configurou-se tanto como uma estratégia de sobrevivência quanto como uma busca por inclusão na nova sociedade republicana, ainda profundamente marcada pela desigualdade racial.



Figura 15 - João, aos 9 anos, acompanhado de sua mãe Gabriela, em posição ereta

Fonte: Acervo pessoal da Família Baptista (1899)

Seus avós chamavam-se Malachias do Nascimento e Maria do Rosário. Considerando que sua mãe, Gabriela, nasceu em 1876, é provável que ambos tenham vindo ao mundo antes de 1860, o que indica a possibilidade de terem sido pessoas cativas. Essa hipótese se sustenta na análise de Palma (2018), segundo o qual, no contexto escravista do século XIX, a ausência de sobrenomes entre pessoas escravizadas expressava sua condição de subalternidade econômica e jurídica. Batizados com nomes cristãos geralmente escolhidos por senhores ou padres, os cativos eram registrados apenas com um único nome, símbolo do apagamento de suas identidades africanas e do controle senhorial sobre suas existências sociais. Com a abolição, o nome passou a adquirir novo significado: homens e mulheres libertos precisavam adotar sobrenomes para afirmar sua liberdade e obter reconhecimento civil. Essa prática, que podia basear-se nos nomes de antigos senhores ou em vínculos familiares reconstruídos, representava um gesto simbólico de cidadania e de reconstrução identitária, integrando o que os estudiosos denominam de economia onomástica do pós-abolição, uma luta simbólica pelo reconhecimento e inclusão social na sociedade livre.

A certidão de óbito de Gabriela informa que ela exercia a função de empregada doméstica, tornando-se, assim, uma representação emblemática da mulher negra na

sociedade brasileira, conforme descrita por Beatriz Nascimento em seu texto “A mulher negra no mercado de trabalho”, publicado no jornal Última Hora em 1976. Segundo a autora, o papel social da mulher negra é marcado por uma profunda continuidade histórica entre o período escravocrata e a modernidade. Desde a colônia, ela foi designada como força produtiva e reprodutiva - trabalhadora, provedora e alvo de exploração sexual -, sustentando a estrutura econômica e simbólica da escravidão. No pós-abolição e ao longo da industrialização, essas funções se reconfiguraram, mas não se romperam: a mulher negra permaneceu confinada aos espaços de subordinação, sobretudo no trabalho doméstico e em atividades de baixa remuneração, sendo duplamente marginalizada pelo racismo e pelo sexismo. Assim, a trajetória de Gabriela reflete o papel estrutural que a mulher negra ocupa na sociedade brasileira: aquele que, com o peso de seu trabalho e de sua resistência, sustenta as desigualdades históricas herdadas da ordem escravista.

Essa matriarca representa, para sua família, o ponto de partida de uma trajetória ascendente: um nível socioeconômico modesto, mas com raízes urbanas e aspirações de melhoria e estabilidade. No momento de sua morte, Gabriela deixou, além de João, outros três filhos - Sebastião, Onofre Baptista e Cecília Firmino. Infelizmente, não foi possível localizar informações adicionais sobre o pai de João, cuja identidade e trajetória permanecem desconhecidas.

### 3.2 Segunda geração: João Athanásio Baptista - ruptura e ascensão institucional

A trajetória profissional de João representa uma ruptura significativa com as limitações impostas à população negra no período pós-abolição e durante a Primeira República (1889 – 1930). Nesse contexto, o Estado brasileiro não promoveu a integração efetiva dos libertos, e tanto a educação quanto o serviço público se expandiam de forma restrita, com barreiras raciais que dificultavam o acesso de negros a posições de prestígio e estabilidade. Apesar desse cenário de exclusão, alguns homens e mulheres negras conseguiram ascender socialmente por meio do ingresso em instituições estatais, religiosas e militares, dando origem ao que os historiadores denominam classe média negra embrionária. É nesse movimento excepcional de ascensão que se insere a trajetória de João, cuja conquista de reconhecimento e posição no serviço público simboliza a quebra de um padrão histórico de subalternidade racial.

De acordo com Silva (2013), em seu artigo “História dos trabalhadores negros no Brasil e desigualdade racial”, o trabalhador negro, no final do século XIX e início do século XX, exerceu um papel fundamental na formação do mercado de trabalho brasileiro, embora de maneira profundamente marcada pela exclusão e pela subordinação. Após a abolição, esse trabalhador foi socialmente desqualificado e associado à ideia de atraso, sendo

afastado dos postos mais valorizados e relegado às ocupações manuais, domésticas e informais. As políticas imigrantistas e o racismo institucional consolidaram um sistema hierárquico que privilegiou o trabalhador branco europeu, enquanto o negro permaneceu nas funções mais precárias e de menor prestígio. Assim, o trabalhador negro tornou-se a base da estrutura produtiva nacional, sustentando a economia com seu esforço, mas sem acesso real à mobilidade social ou ao reconhecimento histórico de sua contribuição.

A experiência dos homens que ingressaram como soldados no Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1880 e 1910, refletia de forma precisa o contexto social e político do período, conforme evidenciado por Souza (2021). Esses trabalhadores enfrentavam rotinas árduas sob rígida disciplina militar, recebiam baixos salários iniciais e conviviam com condições operacionais precárias e os riscos inerentes à profissão. O perfil predominante era o de jovens trabalhadores pobres, com idade média de 23 anos, que viam na corporação uma oportunidade de estabilidade e inserção no mercado formal. A maioria era solteira e brasileira, principalmente nascida no Distrito Federal ou no estado do Rio de Janeiro. Em relação à cor, quase metade dos recrutas era não-branca, espelhando a composição racial da cidade. Muitos não possuíam experiência profissional anterior, e os que tinham provinham de ofícios braçais, como pedreiros, carpinteiros e ferreiros. O ingresso na corporação representava, portanto, não apenas uma forma de segurança financeira, mas também uma alternativa ao recrutamento militar obrigatório, constituindo-se em uma via de ascensão e reconhecimento social para os setores populares urbanos.



| Nome e Filiação | Signaes | SAHIDA |
|---|---|---|
| João Athanasio Baptista | Cor preta<br>Cabellos pretos carapinhos<br>Olhos pretos<br>Barba buço (pouca)<br>Officios nenhum<br>Estado solteiro<br>Signaes particulares nenhum | |
| Filho de Gabriella Serchanjo de Nascimento e João Antonio Baptista | | |
| Nascido em 6 de julho de 1870 | | |
| Natural da Capital Federal | | |
| | Sabe ler e escrever? sim<br>Acceita naturalisação | |
| Passou para o livro 30 Julho 24 | | |

Figura 16 - Cabeçalho da ficha de assentamento de João de entrada no Corpo de Bombeiros

Fonte: Arquivo Histórico do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (1910)

Ao analisarmos a ficha de assentamento de ingresso de João, é possível perceber, a partir de sua ascendência e condições sociais, que ele se enquadrava no perfil típico dos

recrutas do período: um homem negro, oriundo de uma família pobre, com 20 anos de idade, nascido na Capital Federal, solteiro e sem ofício anterior, que via no Corpo de Bombeiros uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho e, possivelmente, de estabilidade social e econômica.

Ao ingressarem no Corpo de Bombeiros, conforme observa Souza (2021), esses trabalhadores eram submetidos a uma rotina marcada por disciplina rigorosa e jornadas exaustivas, típicas de um regime militarizado. O dia começava às cinco da manhã, e, devido ao reduzido número de efetivos, muitos permaneciam de serviço por quatro ou cinco dias consecutivos, com apenas um dia de folga. As praças residiam em alojamentos, sobretudo no Quartel Central, onde passavam a maior parte do tempo. Além das atividades operacionais, participavam de instruções gerais e especiais, que abrangiam treinamentos físicos, morais, técnicos e de saúde, considerados fundamentais para o desempenho eficiente dos socorros. Também exerciam funções nas oficinas internas, realizando reparos e manutenção de equipamentos, o que lhes proporcionava capacitação profissional adicional. Por fim, realizavam missões de vigilância em teatros e espaços públicos, consolidando a imagem do bombeiro como um trabalhador multifuncional, disciplinado e indispensável à segurança urbana.

Entretanto, como nada na trajetória desse homem é comum, João se destacou por sua notável capacidade intelectual, que se somava à sua competência técnica e física, permitindo-lhe trilhar uma carreira que ultrapassava o campo do trabalho manual. O primeiro indício desse destaque ocorreu em 5 de agosto de 1913, apenas dois anos após seu ingresso na corporação, quando ficou em segundo lugar em um curso interno, sendo presenteado com uma caneta manchetada de ouro, um gesto simbólico que antecipava o percurso intelectual que marcaria toda a sua trajetória profissional e o conduziria ao oficialato. Essa posição, conforme destaca Souza (2021), exigia funções de comando, gestão e formação, com responsabilidade sobre a disciplina, a administração e o funcionamento institucional do Corpo de Bombeiros. Além disso, os oficiais atuavam ativamente na formação e instrução das praças, garantindo o rigor militar e a eficiência técnica que consolidavam o prestígio e a profissionalização da corporação.

O acesso de João ao oficialato, em 26 de agosto de 1924, marca um ponto de ruptura no padrão histórico do trabalhador negro durante a Primeira República. Nesse momento, ele rompe as barreiras estruturais impostas pela cor e pela origem social, conquistando um espaço no serviço público até então restrito a poucos, selecionados por um sistema excludente e hierarquizado ao longo de toda a carreira de praça. Mais tarde, em 20 de fevereiro de 1941, João atinge o ápice de sua trajetória institucional, alcançando o último posto possível dentro de seu quadro. Sua ascensão representa não apenas uma

realização individual, mas também um símbolo de mobilidade e resistência em meio a uma estrutura estatal marcada pela rigidez hierárquica e pela desigualdade racial persistente.

Destaca-se, portanto, a mobilidade profissional de João, também chamada de mobilidade ocupacional ou de classe social, conceito que, segundo a OCDE (2018), refere-se às mudanças na posição social de um indivíduo com base em sua ocupação. Essa mobilidade pode ser analisada sob duas perspectivas: a intergeracional, que compara o status ocupacional de uma pessoa com o de seus pais, e a relativa, que mede as chances de ascensão social independentemente da origem familiar. A mobilidade pode ser ascendente, quando há melhora em relação à geração anterior, ou descendente, quando ocorre regressão. Nesse sentido, é possível afirmar que João alcançou uma mobilidade ascendente tanto intergeracional quanto relativa, rompendo barreiras estruturais e ampliando as possibilidades de ascensão social dentro do serviço público.

No contexto contemporâneo, conforme analisa Silva (2013), o trabalhador negro ainda ocupa uma posição estruturalmente desigual no mercado de trabalho brasileiro, marcada pela concentração em ocupações vulneráveis, de baixa remuneração e escassa proteção social. Embora represente a maioria da força de trabalho nas grandes metrópoles, a população negra continua majoritariamente inserida na informalidade, na construção civil e no trabalho doméstico, setores historicamente associados à subordinação e à herança escravocrata. A discriminação racial e de gênero persiste como um filtro que limita o acesso a cargos de prestígio e melhores salários, sobretudo para as mulheres negras, que enfrentam a chamada sobrediscriminação, resultante da intersecção entre racismo e sexismo.

Mesmo com os avanços jurídicos e as políticas públicas de combate à desigualdade implementadas desde a Constituição de 1988, as barreiras educacionais, o racismo estrutural e o patriarcado permanecem enraizados, perpetuando a presença do trabalhador negro na base da pirâmide social sustentando a economia sem usufruir plenamente dos frutos de seu trabalho.

Diante desse cenário, a trajetória de João Athanásio Baptista adquire um significado ainda mais expressivo: sua ascensão no início do século XX rompeu com um padrão de exclusão que, em grande medida, ainda se reproduz nas dinâmicas de mobilidade racializadas[9] do Brasil atual. Sua história não apenas revela uma conquista individual extraordinária, mas também ilumina as possibilidades e limites da mobilidade social negra no país, evidenciando que, mesmo em meio a uma estrutura profundamente desigual, houve

[9] A teoria da mobilidade racializada busca demonstrar que a mobilidade social no Brasil é limitada por barreiras estruturais de raça, de modo que o avanço educacional e ocupacional da população negra não se traduz automaticamente em igualdade de status, renda ou reconhecimento social. Essa teoria revela que o “elevador social” brasileiro é seletivo e racialmente hierarquizado, reproduzindo desigualdades históricas sob novas formas.

sujeitos que desafiaram as fronteiras impostas pela cor e pela origem social, transformando suas trajetórias em símbolos de resistência e superação histórica.

### 3.3 Terceira geração: a consolidação da classe média

A família nuclear de João era formada por sua esposa, Maria Clara Baptista, com quem se casou por volta da década de 1920, e por seus cinco filhos: Yara, Yaracy, Yaraita, Yarany e o caçula - e único filho homem - Araken.



Figura 17 – Registro das Bodas de Ouro de João, onde aparecem, da esquerda para a direita, Yarany, Yaracy, João, Maria Clara, Yaraita e Yara, posando para a fotografia.

Fonte: Acervo pessoal da Família Baptista [s.d]



Figura 18 – Araken Baptista em fotografia 3×4 utilizada em sua ficha militar.

Fonte: Arquivo histórico do Exército Brasileiro (1952)

Todas as informações desta pesquisa sobre a vida pessoal e familiar de João somente foram possíveis graças a um intenso trabalho de investigação para localizar algum de seus descendentes. Após diversas tentativas, pude encontrar sua bisneta Amanda Baptista, neta de sua filha Yaracy.

Ao estabelecer contato com a família, tive a felicidade de descobrir que Yaracy ainda estava viva. No entanto, aos 99 anos, ela apresentava um quadro de demência, que ocasionava esquecimentos frequentes e episódios de desorientação temporal e espacial. Mesmo diante dessas limitações, realizei uma entrevista com ela, na tentativa de obter informações sobre seu pai e sua trajetória de vida. Contudo, a entrevista mostrou-se pouco produtiva, impossibilitando a obtenção de dados relevantes sobre a família.

Felizmente, pude entrevistar Amanda, que foi criada pela avó e cresceu ouvindo suas histórias. Sua memória afetiva e as narrativas que preservou revelaram-se valiosas, permitindo reconstituir representações e lembranças familiares transmitidas pela tradição oral. A contribuição de Amanda foi decisiva para o êxito desta pesquisa.

A entrevista com Amanda constitui uma valiosa fonte de memória intergeracional, pois revela não apenas os acontecimentos da vida familiar, mas também as formas pelas quais esses fatos foram lembrados, narrados e ressignificados ao longo do tempo. Conforme destaca Pollak (1992), a história oral, especialmente por meio das entrevistas de história de vida, é uma metodologia essencial para compreender como as memórias e identidades são construídas, transmitidas e reinterpretadas. Seu propósito vai além da simples coleta de

relatos: busca interpretar experiências individuais e coletivas, revelando representações, valores e sentidos que os sujeitos atribuem às suas trajetórias. Ao conceder voz àqueles que historicamente foram silenciados, a história oral possibilita o surgimento de novos olhares e perspectivas, ampliando o campo da historiografia e das ciências sociais.

Assim, ao descrever a história de cada filho de João, o objetivo não é apenas reconstruir biografias, mas compreender os significados simbólicos e sociais que cada um deles assumiu na trajetória dos Baptista. Mais do que indivíduos, os filhos de João representam etapas e expressões de um processo de mobilidade e afirmação racial, revelando como uma família negra, ao longo de gerações, construiu e consolidou seu lugar na classe média brasileira.

Segundo Amanda Baptista (2025), a imagem que guarda de seu bisavô é a de um homem à frente de seu tempo, um intelectual e militar que, mesmo vivendo no início do século XX, defendia valores de liberdade, respeito e educação. Construída a partir dos relatos de sua avó, essa lembrança o retrata como alguém que acreditava profundamente no livre-arbítrio, sustentando que cada filho deveria ser "livre para fazer suas próprias escolhas". Para ele, o estudo representava o caminho para o futuro, mas sem que o conhecimento limitasse a individualidade de cada um. Sua postura acolhedora também se refletia no respeito às diferenças, como no caso da filha Yaraita, homossexual assumida, a quem tratava com afeto e confiança. Assim, para Amanda, seu bisavô simboliza sabedoria, autonomia e amor familiar, um homem que conciliava disciplina e sensibilidade em uma época ainda marcada por rigidez moral e preconceitos sociais.

### 3.3.1 Yara Baptista – a primogênita autônoma



Figura 19 - Yara Baptista nas bodas de ouro dos seus pais

Fonte: Acervo pessoal da Família Baptista {s.d.]

Filha mais velha de João Athanásio Baptista e Maria Clara, Yara Baptista simboliza a continuidade e o amadurecimento do projeto familiar de ascensão social iniciado por seu pai. Nascida em 31 de agosto de 1922, formou-se em Arquitetura e construiu uma trajetória marcada pela independência financeira, estabilidade e reconhecimento profissional, em um contexto histórico no qual o acesso de mulheres negras à educação superior e às profissões liberais era raro e profundamente limitado. Sua trajetória rompe com o lugar social tradicionalmente reservado à mulher negra, descrito por Nascimento (1976), que na primeira metade do século XX permanecia presa às estruturas de subordinação herdadas da escravidão, ocupando posições nas camadas mais baixas da hierarquia social. Enquanto a maioria das mulheres negras continuava restrita ao trabalho doméstico, às atividades rurais e, em menor medida, à indústria de base, Yara superou as barreiras impostas pelo racismo estrutural e pelas desigualdades educacionais, afirmando-se como um exemplo de mobilidade e de ruptura com o modelo social excludente de sua época.

Descrita por sua sobrinha-neta Amanda como “solteirona” e sem filhos, é importante atentar para o uso desse termo na segunda metade do século XX, quando a expressão carregava um forte sentido pejorativo, empregado para rotular mulheres que ultrapassavam os 25 ou 30 anos sem se casar, idade considerada “tardia” para o matrimônio. Ser chamada assim significava ser vista como uma mulher “encalhada” ou “difícil”, excluída do modelo de feminilidade valorizado pela sociedade. A “solteirona” tinha sua sexualidade negada, era alvo de vigilância moral e frequentemente retratada como uma figura de solidão e fracasso nas revistas, radionovelas e crônicas da época. Em síntese, o termo funcionava como um instrumento de controle social destinado a reforçar a ideia de que o casamento era o destino natural e desejável da mulher. No entanto, é possível supor que, influenciada pelos ensinamentos e pelo fortalecimento da autoestima transmitidos por seu pai, Yara tenha conseguido romper essa barreira simbólica imposta à conduta feminina, afirmando-se com independência e altivez. Ainda assim, foi lembrada por Amanda como uma mulher vaidosa, elegante e de forte personalidade, integrando o grupo de irmãs que cultivavam o cuidado estético e a autoconfiança como expressões de status e identidade.

Yara viveu no bairro do Méier, na tradicional Rua Dias da Cruz, onde manteve uma vida confortável e de reconhecimento social. Leonardo Santos em seu artigo “Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX” aponta para a formação do Méier no início do século XX, como um dos centros suburbanos mais dinâmicos e populosos do Rio de Janeiro, apresentando uma composição social heterogênea. O bairro abrigava uma significativa presença de camadas médias, compostas por profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos civis e militares, que formavam a chamada “aristocracia suburbana”, um grupo de renda intermediária, distinto da elite da Zona Sul, mas com condições superiores às das classes trabalhadoras dos demais subúrbios. A presença

de chalés, estabelecimentos comerciais, confeitarias, cinemas e casas de moda refletia um padrão de consumo urbano e um certo refinamento cultural, consolidando o Méier como um espaço de classe média ascendente, símbolo do ideal de respeitabilidade e progresso no subúrbio carioca.

Sua longevidade - viveu até os 90 anos - e o legado material que deixou, incluindo imóveis e bens repassados ao sobrinho e afilhado João Carlos, simboliza o sucesso de uma geração que consolidou a segurança econômica e o prestígio familiar por meio do estudo e do trabalho. A postura independente e seu êxito profissional não apenas reafirmam os valores transmitidos por João, como a disciplina, a liberdade de escolha e a valorização da educação, mas também ilustram a presença ativa das mulheres negras na construção silenciosa da mobilidade social no século XX. Assim, Yara encarna a figura da mulher moderna e autônoma, cuja trajetória transforma o legado paterno em uma expressão concreta de dignidade, competência e permanência na esfera da classe média urbana.

### 3.3.2 Yaracy Baptista - a médica e guardiã da memória



Figura 20 – Yaracy em fotografia da sua formatura em Medicina

Fonte: Acervo pessoal da Família Baptista (1951)

Yaracy Baptista foi uma das figuras centrais na consolidação da mobilidade social e intelectual da família. Nascida em 09 de outubro de 1926 e formada em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1951, especializou-se em psiquiatria, área na qual construiu a maior parte de sua carreira profissional. Após a aposentadoria, manteve-se

em atividade, passando a atuar na área geriátrica. Em 1968, exercia o cargo de psiquiatra na Secretaria de Saúde do Estado da Guanabara e no Departamento de Saúde da Guanabara, conforme registro no Diretório de Psiquiatras na América Latina, publicação científica nº 163 da Organização Pan-Americana da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, datada de julho de 1968.

Sua trajetória representa o ápice do ideal paterno de valorização da educação e do esforço individual como caminhos de emancipação. Formar-se médica no Rio de Janeiro da metade do século XX significava muito mais do que alcançar uma conquista educacional: representava atingir o topo da pirâmide simbólica das profissões liberais, um marco de distinção social e cultural. O título de "doutor" incorporava o ideal de progresso e civilização em uma sociedade ainda profundamente marcada por desigualdades de classe e raça, simbolizando, no caso de Yaracy, a superação de barreiras históricas e a afirmação de um projeto familiar de ascensão e reconhecimento.


UNIVERSIDADE DO BRASIL

FACULDADE NACIONAL DE MEDICINA

EM NOME DO GOVÊRNO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

O Diretor da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, de conformidade com o art. 20 do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, confere ao senhor a Srta. Yaracy Baptista, filha de João Athanásio Baptista e de D. Maria Clara Baptista, nascida no dia 9 de outubro de 1916, no Distrito Federal.

O presente diploma, assinado pelo Reitor da Universidade, pelo Diretor, pelo Secretário da Faculdade e pela Titulada, outorga os direitos e prerrogativas inerentes à profissão de Médico.

Rio de Janeiro, 23 de Dezembro de 1950.

Figura 21 – Diploma que confere a Yaracy Baptista o título de médica

Fonte: Acervo pessoal da Família Baptista (1951)

Num contexto em que o ensino superior era restrito e o diploma universitário equivalia a prestígio moral e reconhecimento público, o médico se tornava não apenas um profissional, mas também um símbolo de status e de realização familiar, a expressão máxima da conversão do capital cultural em capital simbólico. Para os negros e

descendentes de classes populares, essa conquista, quase inatingível, adquiria um significado ainda mais profundo, pois representava a superação de barreiras históricas de exclusão e a afirmação de uma trajetória de mobilidade social e intelectual no coração da capital do país.

Descrita por sua neta Amanda como uma mulher forte, amorosa e profundamente dedicada à família, Yaracy destacou-se como a principal guardiã e transmissora da memória familiar. Foi por meio dela que as histórias, os valores e os ensinamentos de seu pai foram preservados e repassados às gerações seguintes, contribuindo para a construção da identidade e dos princípios morais da família Baptista. Sua trajetória revela um equilíbrio entre o rigor intelectual e a sensibilidade afetiva, reafirmando a educação como caminho de ascensão e de autonomia pessoal. Ao mesmo tempo, sua postura moderna e independente em um período em que as mulheres ainda enfrentavam severas limitações sociais, consolidou seu papel como uma figura central na formação de uma classe média negra carioca instruída, autônoma e consciente de seu legado.

Yaracy Baptista construiu uma vida marcada pela independência e pela estabilidade. Casou-se, teve um filho a quem homenageou com o nome de seu irmão, Araken Baptista, e permaneceu durante toda a vida na mesma casa, no bairro da Penha. Em uma época em que o papel feminino era rigidamente definido pela sociedade, o ato de uma mulher casada decidir-se pelo divórcio destoava das normas vigentes. Naquele contexto histórico, o “desquite” ainda carregava forte estigma social; contudo, Yaracy manteve sua autonomia sem sofrer condenação no âmbito familiar, especialmente em razão da postura aberta e respeitosa de seu pai. Trabalhadora e pragmática, não se dedicava integralmente às tarefas domésticas, contando com o auxílio de empregadas e organizando uma rotina centrada no trabalho e na manutenção do lar. Embora não tenha voltado a se casar, há indícios de que manteve discretos relacionamentos afetivos, sempre pautados pela reserva e pela dignidade que caracterizavam sua personalidade.

Assim, Yaracy, ainda viva aos 99 anos, representa a síntese entre o legado paterno e o avanço das mulheres negras no campo profissional e educacional do século XX, sendo lembrada como a médica que transformou o legado de João em uma herança simbólica e moral para toda a família.

### 3.3.3 Yaraita Baptista - a arquiteta livre e transgressora



Figura 22 - Yaraita Baptista nas bodas de ouro dos seus pais

Fonte: Acervo pessoal da Família Baptista [s.d.]

Entre os filhos de João Athanásio Baptista, Yaraita Baptista, carinhosamente chamada de Tia Lito, é lembrada como uma figura de coragem, autenticidade e sensibilidade. Nascida em 10 de novembro de 1928, formada em Arquitetura, ela também seguiu o caminho das profissões técnicas e intelectuais que caracterizaram a terceira geração dos Baptista, mas sua trajetória se distingue pela ruptura com as normas de gênero e sexualidade de sua época. Moradora de Madureira, era homossexual assumida, não teve filhos e vivia de forma independente, uma postura rara e desafiadora para uma mulher negra no início e meados do século XX.

A aparência de Tia Lito, segundo Amanda, representava uma ruptura significativa com os padrões de feminilidade hegemônicos da metade do século XX. Em uma época em que o ideal de mulher estava associado à delicadeza, à vaidade e à submissão doméstica, sua opção por calças jeans azuladas, camisas brancas de botão e cabelos crespos presos de modo simples configurava uma recusa silenciosa às normas de gênero e à estética eurocentrada que definia o "feminino respeitável". Enquanto as irmãs exibiam penteados cuidadosamente arrumados e reproduziam uma feminilidade socialmente aceita, Tia Lito mantinha uma aparência constante, quase uniforme, que frequentemente provocava confusão quanto à sua identidade de gênero. Sob uma leitura contemporânea, entretanto, esse estilo pode ser compreendido como um ato de resistência simbólica e de afirmação de autenticidade, um modo de expressar, por meio do corpo e da vestimenta, uma subjetividade livre das convenções impostas à mulher de seu tempo.

À luz do pensamento de Lélia Gonzalez (1982), a recusa estética e corporal de Tia Lito pode ser compreendida como uma forma de resistência à "neurose cultural brasileira", expressão usada pela autora para descrever o processo de negação e repressão das

identidades negras e femininas que sustenta o mito da democracia racial. Ao rejeitar os signos da feminilidade branca e burguesa, o corpo de Tia Lito transforma-se em um espaço político de afirmação e liberdade, desafiando a colonialidade do ser e do gênero que estruturava o imaginário social da época. Seu modo de vestir, portanto, não se limitava a uma escolha pessoal, mas configurava um ato de desobediência epistêmica, uma forma de enunciar, por meio do corpo, o que a sociedade não permitia expressar em palavras. Nessa perspectiva, sua trajetória estética e existencial corporifica o que Gonzalez (1988) conceitua como "amefricanidade": a manifestação concreta de uma identidade que se forja nas fronteiras entre raça, gênero e resistência, reafirmando a potência criadora e insurgente das mulheres negras nas Américas.

A experiência de ser homossexual no Brasil da metade do século XX, particularmente no Rio de Janeiro, desenvolveu-se, segundo Caruzo (2020), em um contexto de repressão moral, controle institucional e patologização dos corpos dissidentes, heranças diretas do projeto higienista e médico-científico que se consolidou desde o século XIX. A homossexualidade era interpretada como um desvio das normas de gênero, sexo e raça, e os homossexuais eram classificados como "cidadãos irresponsáveis e adversários do bem-estar biológico-social", conforme os discursos psiquiátricos e jurídicos da época. Sob a ótica da medicina social e da moral pública, o Estado assumiu um papel ativo de vigilância e regulação da vida privada, condenando práticas e identidades que contrariassem o ideal heteronormativo. Nesse cenário, a homossexualidade foi gradualmente transformada em uma categoria de desvio moral e em símbolo de degeneração social, tornando-se o "bode expiatório dos males da sociedade" em uma cultura que, paradoxalmente, exaltava o erotismo ao mesmo tempo em que reprimia o desejo homoerótico.

Ainda que marcados por essa estrutura de repressão e silenciamento, os anos finais desse período começaram a revelar fissuras na ordem moral dominante. A partir da década de 1960, o avanço da contracultura e o surgimento de novas formas de sociabilidade urbana abriram espaço para a visibilidade e a resistência homossexual. Teatros, bares, blocos carnavalescos e ruas centrais do Rio de Janeiro tornaram-se pontos de encontro e afirmação identitária, enquanto figuras como drag queens e travestis passaram a ocupar o espaço público como expressões de liberdade e transgressão. Esse movimento marcou o início de uma transformação simbólica, na qual a homossexualidade deixou de ser apenas uma experiência marginal para se converter em um campo de reivindicação política e cultural. Assim, a vivência homossexual na metade do século XX oscilava entre o medo e a resistência, entre o silêncio imposto e a emergência de vozes que, gradualmente, começavam a exigir reconhecimento e dignidade.

Em um contexto histórico em que a homossexualidade era amplamente condenada e a moral social impunha severas restrições ao comportamento feminino, a postura de João Athanásio Baptista revela uma mentalidade excepcionalmente avançada para seu tempo. Forjado na disciplina e hierarquia da instituição militar, ele foi capaz de conciliar o rigor da formação castrense com uma compreensão humanista e libertária da vida familiar. Sua atitude diante da identidade da filha homossexual rompe com o padrão patriarcal dominante e indica uma visão ampliada de paternidade, pautada no respeito à autonomia individual e na valorização do afeto acima das convenções sociais.

Ao reconhecer em Yaraita "a filha forte" e "sua outra parceira", João expressava uma forma de amor e reconhecimento que desafiava os códigos morais da época, revelando sensibilidade e discernimento para enxergar a liberdade como um valor ético e não uma ameaça à ordem familiar. Essa abertura de pensamento, rara entre homens de sua geração e posição, demonstra que sua herança não foi apenas material ou profissional, mas sobretudo simbólica: um legado de respeito, escuta e dignidade humana que atravessou gerações e consolidou-se como marca identitária da família Baptista.

A trajetória de Yaraita revela a profundidade dos valores de liberdade e respeito cultivados por João, manifestos na aceitação e no apoio às escolhas individuais dos filhos. Sua vida expressa, de forma exemplar, o ideal paterno do "direito de ser quem se é", princípio que atravessou gerações e se consolidou como herança moral da família Baptista. Além de sua competência profissional, Yaraita é lembrada pela força e pela presença marcante: uma mulher que, ao ocupar o espaço público e afirmar sua identidade, rompeu duplamente com os estigmas impostos à mulher e à população negra. Sua postura representa um exemplo vivo de resistência e insubordinação às normas sociais vigentes, evidenciando a potência transformadora das experiências individuais diante das estruturas de opressão. Viveu até os 78 anos, falecendo em 2006.

Sua trajetória sintetiza, assim, a dimensão subjetiva da mobilidade racializada, em que ascender socialmente significou não apenas alcançar reconhecimento institucional, mas, sobretudo, afirmar a liberdade individual como expressão de dignidade, autonomia e humanidade.

### 3.3.4 Yarany Baptista - a presença discreta e o elo da continuidade



Figura 23 - Yarany Baptista nas bodas de ouro dos seus pais

Fonte: Acervo pessoal da Família Baptista [s.d.]

Entre os filhos de João Athanásio Baptista e Maria Clara, Yarany Baptista ocupa um lugar de equilíbrio e harmonia no núcleo familiar. Nascida em 24 de janeiro de 1931, foi menos mencionada nas narrativas familiares do que suas irmãs mais velhas, mas sua trajetória simboliza a discrição e a estabilidade silenciosa que ajudaram a consolidar o legado de valores transmitidos pelo pai. Descrita por Amanda como uma mulher serena e afetuosa, Yarany compartilhava com as irmãs o apreço pela elegância e pelo cuidado pessoal, expressando, por meio desses hábitos, a integração da família ao universo da classe média urbana carioca, um marco profundamente significativo para uma linhagem que, poucas décadas antes, enfrentava as restrições impostas à população negra no período pós-abolição.

Diferentemente das irmãs Yara, Yaracy e Yaraita, que projetaram suas trajetórias no campo público e profissional, Yarany escolheu uma vida centrada no espaço doméstico e familiar, reafirmando a dimensão privada da mobilidade social construída pela geração anterior. Foi a única filha que, por decisão própria, não cursou o ensino superior, revelando o desejo genuíno de seguir o caminho tradicionalmente atribuído às mulheres de sua época, casar, constituir família e dedicar-se à maternidade. No contexto específico dessa família, marcada pela valorização da liberdade individual, essa opção deve ser compreendida não como limitação, mas como uma expressão autônoma de escolha, que traduz outra forma de vivenciar o legado paterno: a da estabilidade afetiva e do cuidado como fundamentos da coesão familiar. Tornou-se mãe do segundo neto de João, a quem nomeou João Carlos, em homenagem ao avô, gesto simbólico que reafirma a continuidade da memória e dos valores transmitidos entre as gerações. Assim, a trajetória de Yarany demonstra que, mesmo em contextos de ascensão, a mobilidade social pode se manifestar de maneiras distintas,

transitando entre a visibilidade pública e o universo íntimo, e revelando múltiplas formas de afirmação e pertencimento dentro da mesma linhagem.

Ainda assim, sua presença é essencial para compreender o modo como a família Baptista consolidou sua identidade coletiva. Yarany exerceu um papel silencioso, porém decisivo, como elo afetivo e geracional, responsável por preservar a coesão, o afeto e o senso de pertencimento entre os irmãos, conforme relata Amanda. Sua casa e sua convivência tornaram-se espaços de continuidade da memória familiar, nos quais os vínculos e valores transmitidos por João encontraram expressão cotidiana. Sua vida, marcada pela serenidade e pela simplicidade, revela uma dimensão fundamental do projeto de ascensão iniciado pelo pai como aquela que se manifesta não na visibilidade pública, mas na estabilidade das relações, na manutenção do conforto doméstico e na vivência da dignidade conquistada. Em Yarany, a mobilidade social assume um contorno íntimo e afetivo: ela simboliza o amadurecimento do processo iniciado por João, no qual o progresso material e educacional se converte em segurança emocional, pertencimento e solidez familiar. Faleceu em 2022, sendo uma das três filhas que alcançaram a longevidade dos 90 anos, testemunho vivo da força e da continuidade de uma linhagem forjada na resistência, na dignidade e no afeto.

A história de Yarany Baptista encerra uma dimensão silenciosa, mas profundamente reveladora do legado de João Athanásio e Maria Clara. Ao escolher a estabilidade do lar e a centralidade dos afetos como forma de vida, ela reafirmou valores de cuidado, união e respeito que sustentaram a continuidade da família ao longo das gerações. Sua trajetória demonstra que a mobilidade social não se constroi apenas nos espaços públicos da visibilidade e do prestígio profissional, mas também nas experiências íntimas que dão sentido à pertença e à memória coletiva. Em Yarany, a ascensão familiar ganha o rosto da serenidade: é no gesto cotidiano, na manutenção dos vínculos e na preservação do afeto como valor ético que o projeto iniciado por João se consolida. Assim, sua vida se inscreve como expressão da maturidade do processo de mobilidade racializada vivido pela família Baptista, não pela conquista de novos títulos, mas pela transformação do afeto em permanência, da simplicidade em dignidade e da vida cotidiana em herança simbólica.

### 3.3.5 Araken Baptista - o herdeiro simbólico e a promessa interrompida



Figura 24 – Araken Baptista em uniforme de gala, portando seu espadim.

Fonte: Acervo pessoal da Família Baptista (1953)

Araken Baptista, o caçula e único filho homem de João Athanásio e Maria Clara, permanece na memória familiar como uma figura marcada por profundo afeto e grandes expectativas. O desejo de João em ter um filho homem carregava um sentido simbólico que ultrapassava a simples continuidade do nome da família: representava a materialização de um ideal de masculinidade, legado e perpetuação moral, valores centrais no contexto histórico em que viveu. Segundo os relatos de Amanda, João "queria muito o menino" e aguardou com entusiasmo o nascimento de Araken, o quinto e último filho, cuja chegada foi vivida como a realização de um sonho longamente esperado.

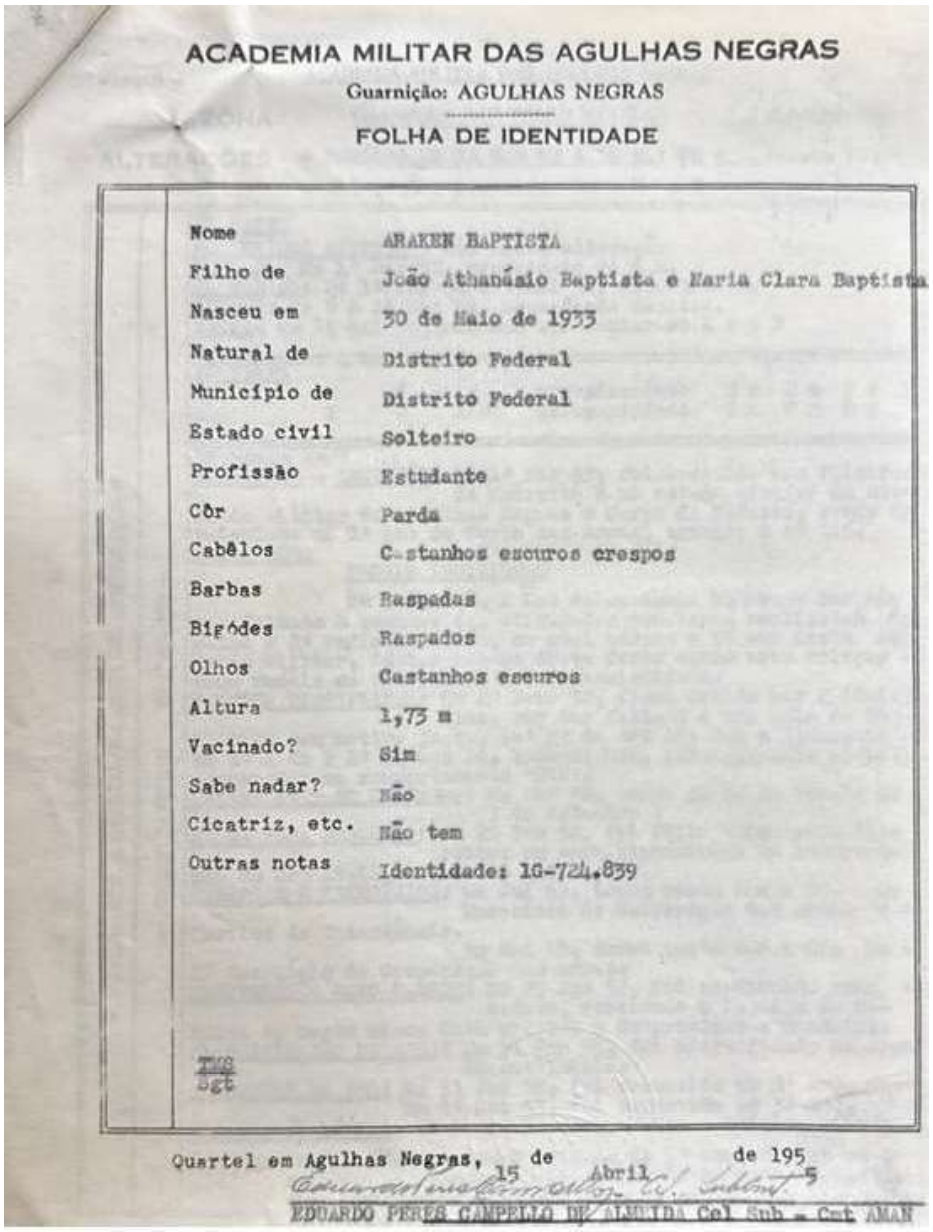
Por ser o mais novo e o único filho entre quatro irmãs, Araken representava não apenas a continuidade do nome da família, mas também a esperança paterna de perpetuar simbolicamente um legado fundado na disciplina, na inteligência e na possibilidade de seguir uma carreira militar. De acordo com Amanda, seu bisavô mantinha com o filho uma relação

marcada pela proximidade e pela confiança, enxergando em Araken uma espécie de espelho e sucessor, aquele em quem depositava tanto o orgulho quanto o projeto de continuidade moral e social da família.

O caminho trilhado por seu pai foi seguido por Araken, e o primeiro passo nessa direção foi seu ingresso no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Segundo Costa e Cunha (2011), estudar no Colégio Militar, especialmente nas décadas centrais do século XX, significava adentrar uma instituição de prestígio que combinava excelência acadêmica e formação moral, estruturada sob os valores das Forças Armadas. O colégio preparava jovens para a carreira militar e para a vida pública, promovendo disciplina, senso de dever e cidadania. Além de oferecer ensino gratuito e de elevada qualidade, constituía uma via concreta de ascensão social, sobretudo para filhos de militares e das camadas médias emergentes. O aluno do Colégio Militar recebia uma formação integral - intelectual, física e moral - e dispunha de acesso privilegiado às Escolas Militares e, em alguns casos, a profissões técnicas alternativas, como a de agrimensor. Assim, estudar no Colégio Militar do Rio de Janeiro não representava apenas uma escolha educacional, mas um verdadeiro projeto de distinção social, estabilidade profissional e reconhecimento simbólico dentro da sociedade brasileira.

E essa expectativa se concretizou na trajetória de Araken, quando, em 26 de fevereiro de 1950, o jornal Correio da Manhã publicou a chamada de candidatos ao primeiro ano do Curso Preparatório de Cadetes do Ar, em Barbacena, para a realização dos exames de saúde. Após aprovação nas provas teóricas que incluíam testes de idiomas em inglês e francês, entre os nomes divulgados estava o de Araken Baptista. No entanto, seu destino não se cumpriria na Aeronáutica, e sim no Exército Brasileiro, instituição na qual seguiria o caminho de seu pai e daria continuidade ao ideal de disciplina e serviço à nação que marcava a história da família Baptista.

Araken Baptista ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1º de março de 1952, sendo oficialmente incorporado às fileiras do Exército Brasileiro e matriculado no primeiro ano do Curso das Armas sob o número 116. Desde o início, sua trajetória na instituição foi moldada pela rigorosa disciplina e pelo espírito de hierarquia que caracteriza a formação militar, exigindo dedicação integral, resistência física e comprometimento moral, valores que definiriam o início de sua breve, porém promissora, carreira.



ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

Guarnição: AGULHAS NEGRAS

FOLHA DE IDENTIDADE

| | |
|---|---|
| Nome | ARAKEN BAPTISTA |
| Filho de | João Athanásio Baptista e Maria Clara Baptista |
| Nasceu em | 30 de Maio de 1933 |
| Natural de | Distrito Federal |
| Município de | Distrito Federal |
| Estado civil | Solteiro |
| Profissão | Estudante |
| Côr | Parda |
| Cabêlos | Castanhos escuros crespos |
| Barbas | Raspadas |
| Bigódes | Raspados |
| Olhos | Castanhos escuros |
| Altura | 1,73 m |
| Vacinado? | Sim |
| Sabe nadar? | Não |
| Cicatriz, etc. | Não tem |
| Outras notas | Identidade: IG-724.839 |

Sgt

Quartel em Agulhas Negras, 15 de Abril de 195 5

EDUARDO PERES CAMPELO DE ALMEIDA Cel Sub - Cmt AMAN

Figura 25 – Folha de identidade de Araken

Fonte: Arquivo histórico do Exército Brasileiro (1955)

De acordo com suas fichas de alterações, que registram toda a trajetória militar localizada nos arquivos do Exército Brasileiro durante as pesquisas, Araken destacou-se pela dedicação exemplar e pelo desempenho consistente tanto nas disciplinas teóricas quanto nas atividades práticas. Nos exames finais de 1952, obteve 10.950 pontos e, no ano seguinte, alcançou 11.125 pontos, sendo classificado na Arma de Artilharia em 31 de janeiro de 1953. Sua formação como cadete foi marcada por intenso treinamento, rigor disciplinar e participação em importantes exercícios militares, como o Exercício de Cooperação das Armas e Serviço de Intendência, além de solenidades cívicas, entre elas a Parada de 7 de Setembro. Esses eventos expressavam o papel formativo da AMAN na construção do ideal

de “oficial cidadão”, aquele que une competência técnica, civismo e responsabilidade social. Em 25 de agosto de 1953, Araken recebeu o Espadim de Cadete e prestou o Compromisso à Bandeira, um dos rituais mais emblemáticos da vida militar, simbolizando sua lealdade à pátria e a incorporação plena aos valores do Exército Brasileiro.

Araken Baptista concluiu o curso em 8 de maio de 1954, sendo declarado Aspirante a Oficial da Arma de Artilharia e classificado em 48º lugar entre 128 cadetes, resultado que evidenciava sua competência e comprometimento com a carreira militar. Pouco depois, foi transferido para a Guarnição da Vila Militar, em Deodoro, onde passou a integrar o 1º Grupo de Obuses 155 mm (1º GO 155), dando início à sua atuação prática no Exército. Nos meses seguintes, demonstrando versatilidade e espírito de serviço, atuou em diferentes unidades: primeiro na 1ª Bateria, depois na Bateria de Serviço, sendo, posteriormente, transferido por necessidade do serviço para o 2º Grupo de Obuses 155 mm (2º GO 155), sediado em Jundiaí (SP). Nessa unidade, consolidou sua experiência como jovem oficial, aprofundando seus conhecimentos técnicos e táticos em artilharia, além de reafirmar seu comprometimento com os valores da hierarquia, da disciplina e do dever militar.

Em 25 de dezembro de 1954, Araken foi promovido ao posto de 2º Tenente, recebendo elogios formais pelo desempenho exemplar e pela postura profissional que chamou a atenção de observadores estrangeiros. Segundo registro oficial, foi citado por “despertar referências destacadas de autoridades estrangeiras”, entre elas o Major General norte-americano William A. Beiderlinden, o que representava um feito notável para um jovem oficial brasileiro recém-formado. Esse reconhecimento internacional refletia não apenas a excelência da formação recebida na AMAN, mas também a influência do legado paterno — a disciplina, o senso de dever e o ideal de honra transmitidos por João Athanásio Baptista, que encontravam em Araken sua mais promissora expressão.

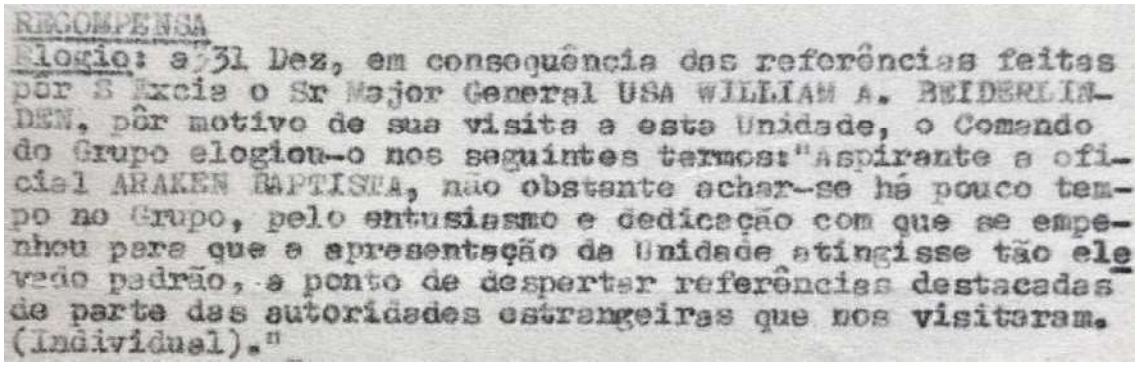
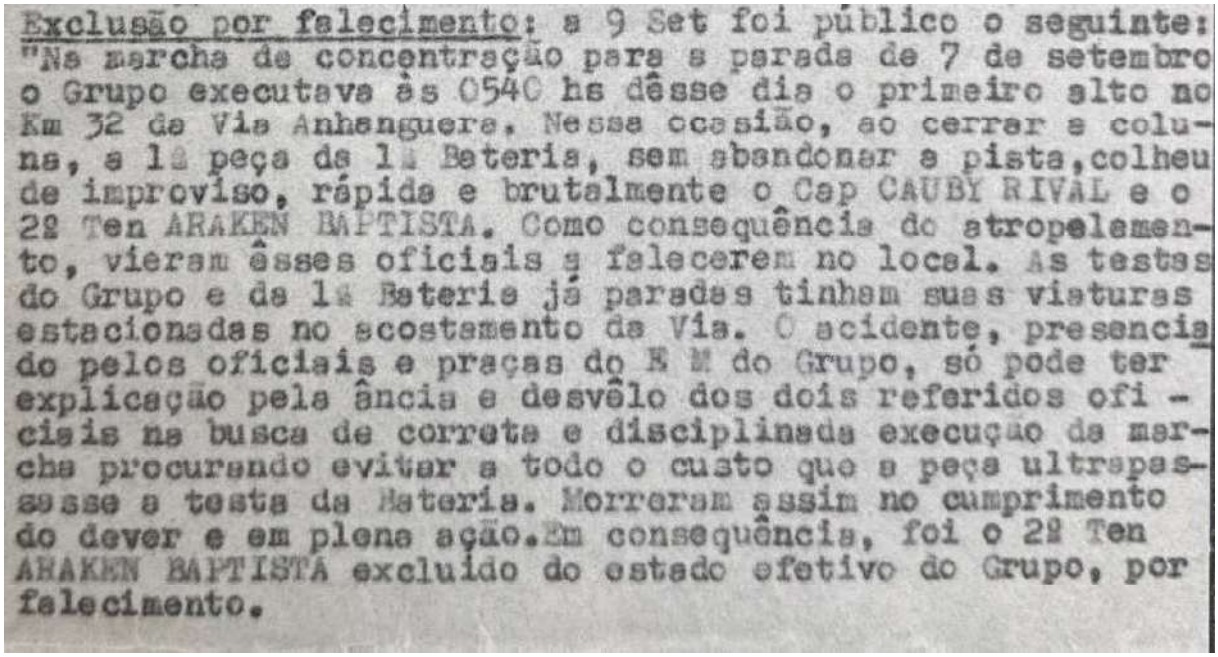

RECOMPENSA
Elogio: a 31 Dez, em consequência das referências feitas por S Excia o Sr Major General USA WILLIAM A. BEIDERLINDEN, pôr motivo de sua visita a esta Unidade, o Comando do Grupo elogiou-o nos seguintes termos: "Aspirante a oficial ARAKEN BAPTISTA, não obstante achar-se há pouco tempo no Grupo, pelo entusiasmo e dedicação com que se empenhou para que a apresentação da Unidade atingisse tão elevado padrão, a ponto de despertar referências destacadas de parte das autoridades estrangeiras que nos visitaram. (Individual)."

Figura 26 - Elogio encontrado na ficha de assentamento de Araken

Fonte: Arquivo histórico do Exército Brasileiro (1954)

Ao longo de 1955, Araken deu continuidade à sua carreira militar com dedicação e profissionalismo, atuando em diversas atividades administrativas e técnicas, como a verificação de máscaras contra gases e a inspeção de materiais bélicos, demonstrando senso de responsabilidade e comprometimento com o serviço. No entanto, sua promissora trajetória foi abruptamente interrompida em 7 de setembro de 1955, durante a marcha de concentração para o desfile da Independência. Um trágico acidente envolvendo uma viatura do Grupo de Obuses resultou em politraumatismo grave e múltiplas fraturas, causando sua morte às 5h40 da manhã. O episódio marcou profundamente o ambiente militar e a família Baptista, simbolizando o fim precoce de uma carreira que se anunciava brilhante e carregava em si o reflexo dos ideais de disciplina, coragem e honra herdados de seu pai.



Exclusão por falecimento: a 9 Set foi público o seguinte: "Na marcha de concentração para a parada de 7 de setembro o Grupo executava às 0540 hs dêsse dia o primeiro alto no Km 32 da Via Anhanguera. Nessa ocasião, ao cerrar a colunas, a 1ª peça da 1ª Bateria, sem abandonar a pista, colheu de improviso, rápida e brutalmente o Cap CAUBY RIVAL e o 2º Ten ARAKEN BAPTISTA. Como consequência do atropelamento, vieram êsses oficiais a falecerem no local. As testas do Grupo e da 1ª Bateria já paradas tinham suas viaturas estacionadas no acostamento da Via. O acidente, presenciado pelos oficiais e praças do E M do Grupo, só pode ter explicação pela ânsia e desvêlo dos dois referidos oficiais na busca de correta e disciplinada execução da marcha procurando evitar a todo o custo que a peça ultrapassasse a testa da Bateria. Morreram assim no cumprimento do dever e em plena ação. Em consequência, foi o 2º Ten ARAKEN BAPTISTA excluído do estado efetivo do Grupo, por falecimento.

Figura 27 - Relato do falecimento de Araken que consta em sua ficha de assentamento.

Fonte: Arquivo histórico do Exército Brasileiro (1955)

O episódio causou profundo impacto na unidade, pois ocorreu diante de oficiais e praças do grupo, deixando marcas de comoção e respeito entre seus companheiros de farda. Em reconhecimento à sua conduta exemplar e ao fato de ter falecido em serviço, Araken Baptista foi promovido postumamente ao posto de 1º Tenente, por decreto presidencial de 12 de setembro de 1955, como forma de homenagear sua dedicação, disciplina e compromisso com o dever militar. De acordo com registros oficiais do Exército, seu tempo total de serviço variava entre cinco anos, cinco meses e vinte e quatro dias e cinco anos, seis meses e sete dias, conforme os diferentes boletins da época, uma trajetória breve, porém marcada pela honra e pela integridade que o consagraram como exemplo de vocação e sacrifício no cumprimento da missão.

O casamento de Araken estava prestes a acontecer quando o destino interrompeu sua trajetória de forma trágica. Aos 22 anos, vivia um dos momentos mais promissores de sua vida: jovem oficial do Exército Brasileiro, respeitado por seus pares e profundamente apaixonado por sua noiva Cleusa, com quem planejava unir-se em matrimônio naquela mesma semana. A cerimônia estava marcada para ocorrer entre os dias 15 e 18 de setembro de 1955, e os convites já haviam sido distribuídos entre familiares, amigos e membros da igreja católica à qual eles pertenciam. O próprio Exército havia concedido oficialmente a licença para contrair matrimônio em 3 de junho daquele ano, sinalizando o reconhecimento da instituição ao jovem oficial. Contudo, a tragédia do dia 7 de setembro de 1955 transformaria essa expectativa em luto, interrompendo uma história que simbolizava não apenas o amadurecimento de um homem, mas também a esperança de continuidade do legado familiar.

O luto que se seguiu à morte de Araken foi profundo e devastador. Sua noiva, lembrada pela família como o grande amor de sua vida, enfrentou com intensa dor a perda súbita daquele que representava não apenas o companheiro, mas também o futuro e a realização de um projeto comum de vida. O casamento, que seria a celebração de um amor jovem e promissor, transformou-se em símbolo de uma ausência impossível de preencher. Dois anos mais tarde, em um gesto que mesclava emoção e resignação, ela se casou com outro rapaz da mesma igreja, tendo os pais de Araken como padrinhos, um ato de afeto e reconciliação com o curso da vida, que expressava a grandeza moral e a delicadeza com que João e Maria Clara aprenderam a lidar com a perda do filho. Preservado na memória familiar, esse episódio permanece como um dos relatos mais sensíveis da história dos Baptista, um emblema de amor interrompido, de dor convertida em generosidade e da força simbólica de uma família que soube transformar a ausência em memória e afeto.

Para João Athanásio Baptista, a perda do filho representou a ruptura de um sonho cuidadosamente construído ao longo de sua vida: o sonho da continuidade familiar e da consolidação de um ideal militar que simbolizava disciplina, honra e ascensão. A morte de Araken, tão jovem e promissor, significou não apenas a dor pessoal da ausência, mas também o fim de uma esperança que unia a trajetória paterna ao futuro da nova geração. Ainda assim, o percurso do jovem oficial, breve, porém exemplar, permaneceu como um símbolo da mobilidade social e da conquista de legitimidade dentro de uma instituição historicamente restritiva, onde, para muitos homens negros, o ingresso e a distinção no corpo de oficiais representavam muito mais do que uma carreira: eram formas de afirmação, reconhecimento e pertencimento social.

Durante as pesquisas, foram encontrados no Diário de Notícias, jornal de grande circulação à época, diversos registros de homenagens prestadas pela família Baptista ao tenente falecido, publicados na seção de obituários as esquelas para missas. Esses

anúncios expressam a profundidade do luto e a permanência da memória de Araken, revelando o esforço da família em manter viva sua lembrança por meio de rituais públicos de afeto e devoção. Foram celebradas missas no sétimo dia, após um mês, seis meses, um ano, dois anos e três anos de seu falecimento, gesto que ultrapassa o costume religioso, configurando-se como um ato de perpetuação simbólica.



TEN. ARAKEN BAPTISTA

(7º DIA)

João Athanasio Baptista, senhora, filhos, demais parentes e a srta. Cleusa, ainda profundamente consternados pelo brutal acontecimento que vitimou o nosso muito amado e inesquecivel ARAKEN, agradecem a tôdas as pessoas que, pessoalmente, por telegrama ou telefone lhes levaram o piedoso confôrto de sua solidariedade cristã e, sempre gratos, convidam os seus amigos para assistir à missa que será celebrada por sua alma, na Capela de N. S. das Graças (Colégio Militar), à rua São Francisco Xavier, 267, dia 15 do corrente às 9h30m.

Figura 28 – Esquela publicada por ocasião da missa de 7º dia

Fonte: Jornal Diário de Notícias (1955)

João ainda encontrou outra forma simbólica e pública de eternizar a memória do filho: empenhou-se para que a rua onde a família vivia, na Penha, passasse a levar o nome do jovem tenente. Segundo registros, a via cujo nome original era rua Itau, teve sua denominação alterada pela Lei nº. 795, de 04 de maio de 1965, em homenagem ao seu filho. A família residia na casa nº 78, endereço que passou a ocupar um valor afetivo e memorial dentro da história dos Baptista. Assim, a Rua Tenente Araken Baptista, que em alguns registros aparece grafada como “Araquém Batista”, tornou-se não apenas um logradouro, mas um marco de lembrança e reconhecimento; um gesto paterno que transformou a dor em memória e a perda em legado, perpetuando no espaço urbano o nome e a trajetória do filho que partiu cedo demais.

A morte de Araken Baptista representou o rompimento de uma linha de continuidade direta, transferindo para as filhas, especialmente Yaracy, Yarany e Yaraita, a responsabilidade de preservar e projetar a herança simbólica e intelectual construída por João Athanásio Baptista. Com sua partida precoce, o papel de guardiãs da memória e da trajetória paterna recaiu sobre as mulheres da família, que, por meio de suas próprias

conquistas e formas de resistência, deram novos sentidos ao legado herdado. Nesse contexto, Araken ocupa um lugar mitificado na memória familiar não apenas como o jovem cuja vida foi interrompida, mas como a promessa de futuro que consolidou ainda mais o valor da união, da afetividade e da resiliência entre as mulheres Baptista. Sua lembrança, envolta em afeto, silêncio e reverência, revela a dimensão mais humana da mobilidade e da ascensão familiar: a compreensão de que o sucesso e o reconhecimento não se separam da experiência da perda, e que a memória afetiva também é parte constitutiva da identidade que se transmite entre as gerações.

Segundo Amanda, o afeto de seu bisavô por Araken se deslocou parcialmente para o neto, o pai de Amanda, em quem João Athanásio via "um pedacinho do filho que havia perdido", revelando como a dor se transformou em um novo modo de vínculo e de preservação da memória. Diante dessa perda irreparável, João também encontrou em Yaraíta, filha arquiteta e homossexual, uma presença substitutiva e parceira, reconhecendo nela a força, a coragem e a cumplicidade que antes identificava no filho. Foi ela, e não a esposa, quem o acompanhou no reconhecimento do corpo de Araken em São Paulo, gesto que sintetiza a profundidade e a confiança desse laço afetivo. Assim, o desejo de João por um filho homem ultrapassou o campo biológico e se converteu em uma busca simbólica por continuidade, força e legado, valores que, mesmo diante da tragédia, reorganizaram suas relações e ajudaram a moldar a estrutura emocional e identitária da família Baptista.

### 3.3.6 A família Baptista e a ruptura do pacto da branquitude

A trajetória da família Baptista revela um processo singular de transferência e conversão de capitais entre gerações, no qual a ascensão social se constrói não apenas a partir de recursos materiais, mas sobretudo por meio de valores simbólicos, educacionais e morais. O capital econômico, ainda que modesto, garantiu estabilidade e estrutura representada pela moradia e pela disciplina herdada da carreira militar de João Athanásio, servindo como base para a formação educacional dos filhos. O capital cultural, núcleo do projeto familiar, manifestou-se na valorização do estudo e da instrução técnica como instrumentos de emancipação, permitindo que as filhas alcançassem profissões de prestígio (médica, arquitetas) e conquistassem espaço em ambientes historicamente brancos e masculinos. Esse capital educacional se desdobrou em capital social, sustentado por redes de pertencimento, reconhecimento institucional e solidariedade intergeracional. Por fim, todo esse legado converteu-se em capital simbólico, traduzido no prestígio, na honra e na herança moral transmitidos por João às filhas, que transformaram a dignidade e o mérito em símbolos de resistência e reconhecimento.

Assim, a trajetória da família Baptista exemplifica como uma família negra pôde romper com o que Bento (2022) denomina pacto da branquitude, um acordo tácito e não verbalizado de cumplicidade entre pessoas brancas destinado à manutenção de seus privilégios. Esse pacto opera como uma engrenagem invisível, porém extremamente eficiente, que sustenta as hierarquias raciais no Brasil e impõe limites concretos e simbólicos à população negra.

No campo profissional e econômico, manifesta-se por meio da exclusão institucional e do bloqueio da ascensão social, garantindo que os espaços de poder e prestígio permaneçam majoritariamente brancos. Em empresas, universidades e órgãos públicos, persiste o que Bento chama de uma "cota informal de 100% para brancos" nas posições de liderança, consolidando um padrão homogêneo - masculino e branco - como modelo de competência, mérito e credibilidade. Nessa lógica, o sucesso de pessoas brancas é naturalizado como fruto do mérito individual, enquanto a ausência de pessoas negras é atribuída à suposta falta de preparo, perpetuando a desigualdade e deslegitimando as trajetórias negras de ascensão e excelência.

Assim, a grandiosidade do feito da família Baptista transcende a mera conquista social e material, pois ela se manifesta como um projeto coletivo de superação histórica. Em um país estruturado pela lógica do racismo e da exclusão, essa família negra conseguiu romper barreiras simbólicas, educacionais e institucionais que, à época, pareciam intransponíveis. O que começou como o esforço individual de João Athanásio, um homem negro que acreditou na educação, na disciplina e na dignidade como instrumentos de emancipação, transformou-se em um legado compartilhado, capaz de gerar novas possibilidades para as gerações seguintes. A trajetória da família, portanto, não é apenas a narrativa de uma ascensão; é a prova viva de que o capital moral e cultural, quando aliado à resistência, pode subverter hierarquias e construir um legado de liberdade, autonomia e reconhecimento que ecoa muito além do século XX; um exemplo de que a mobilidade negra é possível, ainda que forjada na luta e no afeto.

## 3.4 Quarta e quinta gerações: mobilidade consolidada e diversificação

### 3.4.1 Araken Baptista Filho – o legado reeditado e a expectativa da continuidade

Araken Baptista Filho, neto de João Athanásio e Maria Clara Baptista, representa uma geração que herdou não apenas os frutos da ascensão social e intelectual conquistada pelos antepassados, mas também as contradições e fragilidades desse legado. Cresceu em um ambiente que simbolizava o êxito do projeto familiar dos Baptista, uma família negra que alcançou reconhecimento, estabilidade e prestígio por meio da educação e do trabalho. Criado sob os cuidados atentos dos avós e das tias-avós, mulheres independentes,

instruídas e bem-sucedidas em suas respectivas áreas, Araken Filho teve uma infância cercada de afeto, conforto e proteção. Sua mãe, Yaracy Baptista, mulher trabalhadora e divorciada, contava com o apoio da família e de uma empregada doméstica para garantir-lhe uma estrutura estável. Esse contexto de amparo, no entanto, contribuiu para moldar uma personalidade marcada por certa despreocupação e pela ausência de limites mais firmes. Assim, sua trajetória revela como a prosperidade familiar, embora fruto de resistência e conquista, também podia gerar tensões internas entre o legado de disciplina herdado do avô e o excesso de facilidades oferecido pela nova geração.



Figura 29 – Araken Filho e João em momento de descontração familiar.

Fonte: Acervo pessoal da Família Baptista [s.d.]

Para o avô João Athanásio, ele era o “menino dos olhos”. O favoritismo era evidente, reflexo direto da dor provocada pela perda do filho caçula, Araken, morto tragicamente aos 22 anos. A semelhança física entre o neto e o filho falecido fazia com que João visse naquele jovem “um pedacinho do filho que tinha perdido”, projetando nele o afeto e as expectativas interrompidas. No entanto, ao contrário do tio idealizado, Araken Filho cresceu em um contexto de maior estabilidade, sem as privações e exigências que moldaram as gerações anteriores.

Na juventude, consolidou a imagem de “mauricinho da Penha” por ser popular, vaidoso e dono de um temperamento confiante. Aos 18 anos, já possuía carro próprio e tirara carteira de motorista, privilégio incomum para a época. Estudou Direito na Universidade Gama Filho, uma instituição particular de prestígio, seguindo a tradição familiar de valorização da educação formal. Contudo, sua relação com os estudos sempre foi

marcada pela superficialidade. Segundo Amanda, via o diploma mais como símbolo de status do que compromisso com o conhecimento. Embora tenha atuado como advogado, nunca demonstrou grande envolvimento ou ambição profissional.

Casou-se jovem com a mãe de Amanda e contou mais uma vez com o suporte da família. Sua mãe, Yaracy, reformou a casa onde morava para construir um segundo andar destinado ao casal e, pouco depois, os presenteou com um apartamento na Penha. Contudo, a relação conjugal foi breve: separou-se quando Amanda tinha apenas dois ou três anos. Araken Filho nunca assumiu plenamente o papel de pai, delegando à própria mãe, avó de Amanda, as funções de educar, sustentar e orientar a neta. Quando a ex-esposa devolveu o apartamento à família, ele o vendeu rapidamente em busca de liquidez imediata.

Na vida adulta, manteve um estilo de vida cercado por facilidades e pela segurança proporcionada pela estabilidade conquistada pelas gerações anteriores. Embora tenha se beneficiado dessa base familiar sólida, não conseguiu preservar nem ampliar o patrimônio herdado. Entre 2009 e 2015, após o adoecimento e acamamento de Yaracy, tornou-se seu procurador, assumindo a administração das contas e dos bens da mãe. Esse período marcou o início de um processo de deterioração patrimonial: deixou de exercer atividade profissional e passou a viver da aposentadoria e da pensão de major que ela ainda recebe do Corpo de Bombeiros em decorrência do falecimento do pai.

Em 2015, um acidente vascular cerebral (AVC) interrompeu sua rotina e o colocou em posição de dependência total. Foi então que sua filha Amanda assumiu integralmente os cuidados dele e da avó, tornando-se sua curadora legal. A relação entre pai e filha, marcada por certo distanciamento, transformou-se em uma convivência de cuidado e inversão de papeis. Hoje, Amanda é descrita como “o grande amor da vida dele”.

Araken Baptista Filho simboliza a transição de um ciclo familiar: o de uma geração que herdou o prestígio e a ascensão conquistados com tanto esforço por João Athanásio e suas filhas, mas que viveu as contradições da abundância e da falta de limites. Sua trajetória combina privilégio e dispersão, herança e perda, proteção e desresponsabilização, espelhando as complexidades de um legado que, ao mesmo tempo em que elevou a família Baptista socialmente, também revelou as vulnerabilidades humanas que o sucesso não foi capaz de eliminar.

### 3.4.2 João Carlos Baptista – o herdeiro e a herança das facilidades

João Carlos Baptista, neto de João Athanásio e filho de Yarany Baptista, representa uma geração marcada pela continuidade dos valores familiares, mas também pelas transformações do tempo. Nascido e criado em um ambiente de estabilidade e afeto, cresceu sob a influência direta do avô, cuja presença forte e protetora moldou o imaginário

familiar. Desde jovem, João Carlos se distinguia pela personalidade expansiva, bem-humorada, e era descrito pela avó de Amanda como “safado”, “bagunceiro” e “sonso”, em contraste com o primo, mais sério e introspectivo. Apesar da irreverência, cultivava uma natureza afetuosa e conciliadora, herdando o temperamento ameno e a leveza que equilibravam as exigências e expectativas de uma família marcada pela disciplina e pela busca de ascensão.

Na juventude, ingressou em uma faculdade particular de Direito, seguindo os passos do pai de Amanda e reafirmando o prestígio educacional construído pelas gerações anteriores. Contudo, ainda na fase universitária, enfrentou um grave diagnóstico de leucemia, doença que o obrigou a interromper temporariamente seus planos. Conseguiu recuperar-se, mas a enfermidade o levou à aposentadoria precoce, o que fez com que nunca exercesse plenamente a profissão. A madrinha, Tia Yara, arquiteta bem-sucedida e independente, tornou-se uma figura central em sua vida. Foi ela quem o amparou financeiramente e lhe proporcionou conforto e segurança. Após o falecimento das tias, herdou bens significativos, entre eles casas na Vila da Penha e em Muriqui, além dos apartamentos de sua mãe, o que lhe garantiu uma vida tranquila e estável.

Simplicidade e sobriedade marcaram seu estilo de vida. Mantinha um carro popular, evitava gastos excessivos e vivia de modo sereno, fiel à calmaria que o caracterizava desde jovem. No entanto, nos últimos anos, envolveu-se em investimentos arriscados, como *bitcoins*, e acabou enfrentando dificuldades financeiras que abalaram sua estabilidade. Faleceu em novembro de 2022, aos 69 anos, vítima de um câncer com metástase, já sem plano de saúde. Sua história reflete, ao mesmo tempo, o conforto conquistado pela família Baptista através da mobilidade social e os desafios de manter esse legado nas gerações seguintes, uma vida que transitou entre o privilégio herdado, a vulnerabilidade humana e a serenidade de quem soube viver com leveza mesmo diante das perdas.

### 3.4.3 Entre o Amor e a Responsabilidade: Amanda, o Elo que Sustenta a Memória dos Baptista

Amanda Baptista, nascida em 1986, pertence à quinta geração de uma família cuja história é marcada por conquistas, afetos e recomeços. Bisneta de João Athanásio Baptista, o patriarca que construiu o prestígio e a ascensão social dos Baptista, Amanda cresceu cercada por memórias familiares intensas, histórias de disciplina, superação e amor transmitidas especialmente por sua avó, Yaracy Baptista, que ela descreve como “o amor da vida dela”.

A separação de seus pais quando ela tinha apenas dois ou três anos, redefiniu os laços afetivos de sua infância. A mãe, então divorciada, foi morar com Amanda em um

apartamento dado pela avó, mas a presença de Yarany continuou sendo constante e decisiva. Ainda menina, Amanda passava grande parte do tempo na casa da avó, espaço que se tornaria o centro emocional de sua vida. Lá, aprendeu não apenas o valor da educação, mas também da autonomia e do afeto. “Minha avó foi tudo pra mim: pai, mãe, referência e abrigo”, costuma dizer.

Durante a adolescência, Amanda morou com a mãe no Recreio dos Bandeirantes, mas a cada quinze dias voltava à casa da avó, como quem retorna ao próprio eixo. Foi também sob sua influência que tomou uma das decisões mais importantes de sua trajetória: a escolha da carreira. Enquanto a mãe desejava que ela cursasse Turismo, Yaracy foi categórica: “Quem vai fazer a faculdade é você ou a sua mãe?”. Com esse incentivo, Amanda seguiu o caminho que realmente a inspirava e ingressou no curso de Moda na Universidade Veiga de Almeida (UVA), uma escolha que unia sensibilidade estética, disciplina e criatividade.

Após a graduação, Amanda não parou. Emendou uma pós-graduação também na UVA e construiu uma carreira sólida, conquistando o posto de Gerente de Compras na empresa Lenny Niemeyer, onde lidera uma equipe composta por uma coordenadora e diversas compradoras. Sua trajetória profissional reflete a combinação entre determinação e senso de responsabilidade, traços herdados da avó e lapidados pelas circunstâncias da vida.

Entretanto, o ano de 2015 marcou uma virada drástica. O AVC de seu pai, Araken Baptista Filho, obrigou Amanda a reorganizar completamente sua vida. Ela retornou à casa da avó, assumindo simultaneamente a função de procuradora da avó e curadora do pai. Enfrentou um cenário de dívidas, confusões financeiras e responsabilidades acumuladas, mas manteve-se firme com maturidade e resiliência ao assumir o controle da situação e restabelecer a estabilidade financeira da família, garantindo dignidade aos dois.

Hoje, Amanda vive no segundo andar da mesma casa onde gerações dos Baptista deixaram suas marcas, o mesmo endereço da antiga Rua Tenente Araken Baptista, nome que perpetua a memória do tio-avô morto tragicamente no Exército. Casada, divide o lar com o marido, mas mantém como prioridade absoluta o cuidado com a avó, que já debilitada, depende de sua presença constante. “Enquanto ela estiver viva, eu fico aqui. Esse é o meu canto”, afirma.

De forma simbólica, Amanda representa o reencontro entre passado e presente: herdeira de uma história de ascensão e sacrifício, mas também protagonista de uma nova fase, marcada pela estabilidade e pelo afeto cotidiano. Identifica-se como parda, reconhecendo sua origem com orgulho e sem negar as raízes negras da família. Considera-se parte da classe média, fruto do trabalho e da resistência das gerações

anteriores, especialmente das mulheres que, como ela, sustentaram os alicerces da família Baptista.

A história de Amanda é, portanto, a síntese da memória viva de João Athanásio. Nela, o passado não é apenas lembrança, mas continuidade. Seu papel ultrapassa o de cuidadora pois ela é o elo entre as gerações, a guardiã da casa, dos nomes e das lembranças que mantêm a família unida. Em meio às perdas, Amanda representa a permanência e a certeza de que, enquanto houver alguém disposto a cuidar, a memória dos Baptista continuará pulsando no mesmo endereço entre as paredes onde tudo começou.

A trajetória dos netos e bisneta de João Athanásio Baptista revela um movimento de inflexão que dialoga diretamente com as conclusões da pesquisa da OCDE (2018) sobre mobilidade social, ao demonstrar o fenômeno da reversão intergeracional. Enquanto João e suas filhas romperam as barreiras impostas pelos chamados *sticky floors* - os "pisos pegajosos" que mantêm as famílias pobres presas nos níveis inferiores da estrutura social -, seus descendentes diretos não conseguiram sustentar o mesmo padrão de ascensão. O caso do neto que herdou uma base de estabilidade, mas não a ampliou nem a preservou, exemplifica o que a OCDE descreve como a fragilidade da mobilidade conquistada sem consolidação estrutural. A perda de patrimônio e o declínio econômico dessa geração demonstram que a ascensão social, quando não acompanhada de mecanismos institucionais e educacionais de sustentação, tende a ser instável e vulnerável a retrocessos. Assim, a experiência dos netos e bisneta de João reafirma, sob outra perspectiva, as constatações da pesquisa da OCDE: no Brasil, o "elevador social" não apenas sobe lentamente, ele também desce com facilidade evidenciando a persistência das desigualdades e a dificuldade de perpetuar o capital social e econômico conquistado por gerações anteriores.

## 3.5 Conclusão

A trajetória da família Baptista estabelece um diálogo direto com as conclusões apresentadas pelo relatório da OCDE (2018) em "*A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility*", ao mesmo tempo em que se afirma como uma exceção notável dentro do rígido cenário de mobilidade social brasileira. O relatório aponta o Brasil como um dos países onde o "elevador social" se move mais lentamente: famílias situadas na base da pirâmide de renda levariam até nove gerações para alcançar o nível médio de renda nacional. Essa lentidão é explicada pela alta persistência intergeracional de rendimentos, estimada em cerca de 70%, o que revela a força das desigualdades

estruturais e a dificuldade de romper o “piso pegajoso” *(sticky floor)* que aprisiona as classes populares em posições de desvantagem.

Nesse contexto, a trajetória da família Baptista rompe de forma contundente com o padrão identificado pela OCDE. A história tem início com Gabriela Arcanjo Baptista, mulher negra e empregada doméstica no final do século XIX, uma condição que expressa as heranças diretas da escravidão e da exclusão social. Em apenas três gerações, seus descendentes alcançaram posições de prestígio e estabilidade, com formações em Medicina, Arquitetura e funcionalismo público, consolidando-se como parte da embrionária classe média negra urbana. Trata-se de uma ascensão acelerada e rara, que revela como o investimento familiar em educação, disciplina e capital simbólico foi capaz de transformar o destino de uma linhagem marcada pela desigualdade estrutural.

O rompimento desse “piso social” ocorreu principalmente por meio da ação de João Athanásio Baptista, filho de Gabriela, que internalizou a disciplina, a instrução técnica e a dignidade como valores centrais de emancipação. Ao transmitir esses princípios a suas filhas - Yara, Yaracy e Yaraita -, ele transformou o capital moral e educacional em instrumentos concretos de mobilidade ocupacional e simbólica, subvertendo o padrão histórico que restringia mulheres negras ao trabalho doméstico ou subalterno.

A análise micro-histórica da família Baptista confirma, em escala individual e afetiva, o que a OCDE reconhece como o principal fator de promoção da mobilidade social: o investimento em capital humano. Entretanto, a experiência dos Baptista vai além da dimensão econômica pois evidencia a importância da agência familiar, da memória e do legado ético como forças que encurtam o tempo de ascensão e desafiam as barreiras raciais e institucionais.

Em síntese, a história da família Baptista não nega as estatísticas da OCDE - ela as revela por contraste. Ao encurtar de nove para três gerações o tempo de ascensão, a família exemplifica o poder transformador da educação, do capital cultural e da coesão familiar na luta contra a desigualdade racial e social. Seu percurso se torna, assim, um ponto de inflexão dentro da lógica da mobilidade brasileira, uma história que demonstra, na prática, como o afeto, a instrução e a resistência podem mover o elevador social em um país que, estruturalmente, insiste em mantê-lo parado.

A análise do caso singular (micro-história) é fundamental para entender a estrutura maior que dialoga profundamente com as reflexões metodológicas de Karsburg (2015), sobretudo no que diz respeito ao uso da micro-história e da microanálise como ferramentas capazes de conectar a experiência individual às estruturas sociais mais amplas. Após a constatação estatística de rigidez da mobilidade social no Brasil (OCDE, 2018), o estudo da família Baptista adota a micro-história como instrumento de investigação que permite compreender como sujeitos concretos, por meio de suas escolhas, estratégias e valores,

conseguem romper as barreiras impostas por um contexto estruturalmente desigual. A micro-história, nesse sentido, não se limita a narrar uma biografia excepcional, mas busca entender como o particular revela o universal, como o detalhe ilumina as dinâmicas que regem a sociedade.

Assim como propõe Karsburg (2015), o estudo parte da reconstrução detalhada de um caso singular, tomando a trajetória de João Athanásio Baptista e de suas filhas como chave interpretativa para compreender o funcionamento da mobilidade racializada no Brasil republicano. João, um homem negro que ingressou no Corpo de Bombeiros no início do século XX e atingiu o oficialato, rompeu com o padrão histórico de subalternidade imposto aos trabalhadores negros no pós-abolição. Suas filhas, Yara, Yaracy e Yaravita, deram continuidade a esse movimento ao conquistarem posições de prestígio em áreas como a Arquitetura e a Medicina, tradicionalmente reservadas à elite branca e masculina. Essa exceção individual e familiar não é tratada como curiosidade, mas como elemento revelador das regras sociais, demonstrando como as fronteiras de classe e raça foram negociadas e tensionadas na prática cotidiana.

Para Karsburg (2015), a micro-história opera na tensão entre o singular e o coletivo onde o caso particular só ganha sentido quando confrontado com a estrutura que o cerca. A trajetória dos Baptista cumpre exatamente essa função ao revelar, em escala reduzida, os mecanismos de ruptura dos “pisos rígidos” da mobilidade social descritos pela OCDE (2018). O capital cultural, moral e simbólico transmitido por João Athanásio, traduzido em disciplina, valorização da educação, ética e dignidade, funcionou como uma tecnologia de resistência e emancipação, permitindo à família transformar o legado da exclusão em um projeto de ascensão.

A leitura da família Baptista à luz da metodologia Karsburguiana confirma que a microanálise é essencial para compreender o todo. O estudo demonstra que grandes estruturas como racismo, desigualdade e herança escravocrata, se manifestam e podem ser desafiadas nos interstícios da vida cotidiana. Ao observar as estratégias familiares, os valores éticos e as conquistas de uma linhagem negra que ascendeu em apenas três gerações, a micro-história se afirma não apenas como método mas como lente ética e política, capaz de revelar os sentidos ocultos da resistência e da dignidade. Assim, compreender o detalhe, como ensina Karsburg, é compreender o todo, e a trajetória da família Baptista constitui uma prova empírica de que o microscópio da história pode revelar as estruturas mais profundas da sociedade brasileira.

As reflexões de Carlos Hasenbalg (2005) sobre o racismo estrutural e as desigualdades raciais no Brasil pós-abolição, apresentadas em *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, também são deveras importante para estabelecer um diálogo direto e, ao mesmo tempo, crítico com a história dos Baptistas. Enquanto

Hasenbalg demonstra que o sistema social brasileiro mantém os não-brancos presos a um "ciclo de desvantagens cumulativas", em que o pertencimento racial define de forma persistente as oportunidades de ascensão e reconhecimento, o caso da família Baptista surge como uma exceção reveladora. Essa ascensão, longe de negar as teses de Hasenbalg, as confirma por contraste, revelando o esforço extraordinário necessário para que uma trajetória negra pudesse romper as barreiras estruturais impostas pela hierarquia racial brasileira.

Para Hasenbalg, o racismo no Brasil não é um resquício do passado, mas um mecanismo ativo de exclusão competitiva, disfarçado pelo mito da democracia racial, uma ideologia que dissimula as desigualdades sob o discurso da harmonia e da miscigenação. A história da família Baptista, nesse sentido, ilustra tanto a força quanto a falácia desse mito. Seu sucesso poderia ser utilizado como argumento de que o sistema brasileiro é "aberto" e "meritocrático", quando, na realidade, evidencia o caráter extraordinário, isolado e não replicável da mobilidade negra. O ingresso de João e de suas filhas em instituições historicamente brancas e masculinas demonstra que a ascensão foi possível apenas mediante um esforço descomunal, resultado de disciplina, capital simbólico e valores éticos acumulados em gerações, o que confirma a persistência dos "pisos pegajosos" que mantêm a maioria das famílias negras presas à base da pirâmide social.

As reflexões de Hasenbalg sobre as "armas ideológicas da dominação branca", como o branqueamento simbólico e a promoção de expectativas individuais de sucesso, ajudam a compreender as ambiguidades dessa mobilidade. Embora a educação e o prestígio profissional tenham funcionado como instrumentos de emancipação, a trajetória dos Baptista exigiu uma negociação constante com códigos eurocêntricos de comportamento, estética e distinção. A ascensão se deu dentro dos limites simbólicos da branquitude, revelando que, mesmo quando há inclusão formal, o reconhecimento pleno continua mediado por parâmetros raciais e culturais impostos pelas elites. Assim, a mobilidade dos Baptista não rompe o pacto racial, mas o tensiona, expondo suas contradições.

Por fim, a experiência da família Baptista reafirma empiricamente a tese central de Hasenbalg de que a raça segue operando como critério de alocação de posições dentro da estrutura de classes. O êxito dessa linhagem negra demonstra que a mobilidade é possível, mas à custa de resistência, excepcionalidade e herança simbólica, elementos que a maioria da população negra não tem a possibilidade de acumular nas mesmas condições. A ascensão dos Baptista, portanto, não refuta o racismo estrutural. Ao contrário, ela o confirma, ao expor o tamanho do obstáculo que precisou ser superado. Em suma, a história dessa família não é a prova de um sistema justo, mas o retrato mais nítido de sua desigualdade, um caso singular que ilumina, por contraste, a profundidade e a persistência do racismo na sociedade brasileira.

Para concluir é necessário também analisar essa trajetória à luz dos conceitos de memória, silêncio e esquecimento desenvolvidos por Michael Pollak (1989) onde encontra seu ponto mais profundo de interpretação quando observada. Esses conceitos permitem compreender como, por trás da ascensão social e do enfrentamento das barreiras estruturais, existiu uma força interior de resistência ancorada na memória coletiva e afetiva da família. A memória, nesse caso, não é apenas lembrança, mas instrumento de reconstrução identitária e política, um modo de transformar experiências de exclusão em narrativas de dignidade. É por meio da tradição oral e da transmissão intergeracional, conduzidas especialmente por Yaracy Baptista, médica e guardiã da memória familiar, e por Amanda Baptista, sua bisneta e narradora contemporânea, que o passado da família é preservado, reinterpretado e mantido vivo como herança simbólica.

Essa memória subterrânea, nos termos de Pollak (1989), emerge das margens da história oficial, aquela que frequentemente silencia as vozes negras e resiste ao esquecimento coletivo ao reelaborar a dor em pertencimento e o trauma em legado. Nos Baptista, o silêncio também ocupa papel central: longe de representar ausência, ele se apresenta como ato de gestão e resistência. As trajetórias femininas ilustram isso com intensidade. Yaraita, que viveu abertamente sua homossexualidade em um contexto de repressão, transformou o corpo em enunciação política, e Yarany, ao dedicar-se silenciosamente ao lar, garantiu a coesão afetiva e a estabilidade moral do grupo. Assim, o silêncio torna-se um modo de fala codificada, uma forma de resistência que protege, preserva e sustenta.

O esquecimento, por sua vez, aparece na história familiar tanto como limite humano quanto como campo de disputa simbólica. O esquecimento biológico de Yaracy, causado pela demência em sua velhice, não eliminou a memória coletiva, ao contrário, mobilizou a família a reafirmar continuamente seu passado. O esforço de perpetuar o nome de Araken Baptista, filho de João, morto precocemente, por meio da nomeação da rua em sua homenagem, exemplifica essa luta ativa contra o apagamento onde a dor é transformada em monumento, e o luto em permanência.

Desse modo, a história da família Baptista encarna a tensão permanente entre lembrar, silenciar e esquecer, mostrando que a memória é, como afirma Pollak (1989), um ato político de resistência. Ela sustenta a continuidade simbólica da família e reafirma sua dignidade diante das estruturas racistas que insistem em apagar as trajetórias negras da narrativa nacional. Em última instância, é a memória - afetiva, oral e subterrânea - que funciona como o coração pulsante da mobilidade e da resistência Baptista, mantendo viva a história de um grupo que ousou transformar o silêncio imposto pela exclusão em palavra, herança e identidade.

# Considerações Finais

Reconstruir a trajetória de João Athanásio Baptista e de sua família foi mais do que um exercício metodológico: foi um gesto de justiça histórica. Ao longo desta dissertação, tornou-se evidente que a história do pós-abolição não se resume às narrativas de marginalização e exclusão, embora estas sejam incontornáveis, mas também inclui percursos silenciosos de resistência, disciplina, cuidado e reinvenção. A família Baptista representa justamente essa outra face da história: a de homens e mulheres negros que, apesar do peso esmagador de um país que insistia em negar-lhes dignidade, conseguiram abrir caminhos improváveis e erguer uma vida de estabilidade, honra e pertencimento.

A principal contribuição deste trabalho é trazer à luz um caso concreto, palpável e documentalmente sustentado, de uma família negra que ascendeu no início do século XX, tornando-se parte de uma classe média negra cujas histórias raramente foram registradas, e quase nunca celebradas. Em um tempo em que a cidade se modernizava para expulsar os negros, em que o trabalho urbano lhes era negado e em que o Estado ainda ecoava práticas herdadas da escravidão, a presença de João no Corpo de Bombeiros funcionou como uma fresta estreita, quase improvável, mas suficientemente forte para transformar destinos.

Ao seguir seus passos, suas lutas no quartel, seu senso de justiça, sua coragem para denunciar abusos e sua dedicação à família, tornou-se possível enxergar a complexidade de um homem negro que não se resignou. Um homem que buscou dignidade dentro de uma instituição que, ao mesmo tempo em que o oprimia, lhe oferecia as condições necessárias para erguer sua linhagem. Foi dessa contradição que nasceu uma história de ascensão intergeracional: filhos escolarizados, netos diplomados, uma família inteira reorganizada em torno da possibilidade de futuro.

A pesquisa demonstrou que, mesmo em ambientes marcados por disciplina rígida e racismo institucional, sujeitos negros criaram modalidades próprias de pertencimento, honra e mobilidade. Essa constatação não é apenas historiográfica: ela toca também o presente. Ao colocar em diálogo a trajetória de João e a trajetória do próprio autor, igualmente um homem negro que encontrou no Corpo de Bombeiros um espaço de estabilidade, ascensão e reconstrução, percebe-se que essas continuidades não são casuais. Elas falam de como instituições podem tanto ferir quanto proteger; tanto excluir quanto oferecer solo fértil para projetos de vida.

Por isso, esta dissertação é também um tributo. Um tributo às histórias que ficaram guardadas em arquivos poeirentos, às memórias que atravessaram gerações sem encontrar papel, aos trabalhadores negros que abriram caminhos que, muitas vezes, eles mesmos não puderam percorrer plenamente. Que este trabalho sirva para lembrar que a classe média

negra não é invenção recente: ela foi construída, tijolo por tijolo, por famílias como a de João, que transformaram um país hostil em um lugar possível de existir.

Que outras pesquisas possam seguir essas pistas, recuperar outras vidas, iluminar outras frestas. Porque cada história resgatada amplia o campo do possível, e cada memória reencontrada restitui humanidade àquilo que o silêncio tentou apagar.

# Referências Bibliográficas


ARAÚJO, T. C. N. **A classificação de "cor" nas pesquisas do IBGE**: notas para uma discussão. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 63, p. 14–16, nov. 1987. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1262. Acesso em: 31 jan. 2025.

ARQUIVO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Dados retirados do Livro de Assentamentos de Praças do ano de 1887**, do Corpo de Bombeiros da Corte.

ARQUIVO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Declaração descrita em ofício ao Comandante do Corpo de Bombeiros da Corte**. Constante do Livro de Ofícios Recebidos do Corpo de Bombeiros da Corte, 1887.

ARQUIVO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Elogio publicado nos assentamentos do Aprendiz n. 60 –** Antonio Manoel de Oliveira. Data ilegível, 1887.

BASTOS, Afonso Henrique Sant'Ana. **Rio em chamas**: Cotidiano dos Bombeiros no Contexto da Urbanização do Rio de Janeiro (1900 - 1906). 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2015.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical – a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIKILA, Abebe (BK'). **Continuação de um sonho**. In: BIKILA, Abebe (BK'). *ICARUS*. Rio de Janeiro: Gigantes, 2022. 1 vídeo (3 min 25 s). Publicado pelo canal oficial do artista. Disponível em: BK', JXNV$ - Continuação de um sonho (Visualizer) - YouTube Acesso em: 31 ago. 2026.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 1.775, de 2 de julho de 1856.** Dá regulamento para o serviço de extinção de incêndios. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1856.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890.** Regularisa o serviço da introdução e localização de immigrantes na República dos Estados Unidos do Brazil. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, fasc. VI, p. 1424, 1890. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em: 22 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 1.685-A, de 7 de março de 1894.** Aprova provisoriamente o novo regulamento do Corpo de Bombeiros. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1894.

BRASIL. **Decreto nº 2.587, de 30 de abril de 1860.** Estabelece o regulamento para o Corpo de Bombeiros. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1860.

BRASIL. **Decreto n. 2.614, de 21 de julho de 1860.** Dá regulamento para a organização e serviço dos telégrafos elétricos e sinais de incêndio. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1860.

BRASIL. **Decreto nº 6.432, de 27 de março de 1907.** Dá novo regulamento ao Corpo de Bombeiros. Diário Oficial da União, Brasília, 1907.

BRASIL. **Decreto nº 7.766, de 19 de julho de 1880**. Concede graduações militares aos oficiais do Corpo de Bombeiros. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1880.

BRASIL. **Decreto nº 8.337, de 17 de dezembro de 1881**. Aprova o regulamento reorganizando o Corpo de Bombeiros. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1881.

BRASIL. **Decreto nº 9.048, de 18 de outubro de 1911**. Aprova o regulamento para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Coleção de Leis da República, 1911.

BRASIL. **Decreto nº 9.829, de 31 de dezembro de 1887**. Reforma do Corpo de Bombeiros. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1887.

BRASIL. **Relatório do Diretor da Diretoria da Agricultura, Comércio e Indústria, José Agostinho Moreira Guimarães, de 31 de dezembro de 1861**. Relatório do ano de 1862 do Ministério da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 11ª legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863, p. 162

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. **Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872–1940)**: uma abordagem convergente. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 3, p. 361–385, set./dez. 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARUZO, Matheus Svóboda. DEVASSOS NO PARAÍSO: A HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL, DA COLÔNIA ÀATUALIDADE. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, *[S. l.]*, v. 31, n. 2, 2020. DOI: 10.35919/rbsh.v31i2.450. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/450 . Acesso em: 9 set. 2026.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 2. ed. Trad. Anísio Garcez Homem. Curitiba: Livraria Livros & Livros, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA E CUNHA, Beatriz Rietmann da. O Colégio Militar do Rio de Janeiro: o modelo para a expansão do ensino secundário militar (1889-1919). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: Anais ANPUH

GINZBURG, Carlo. **Micro-história**: duas ou três coisas que sei a respeito. Revista de História, São Paulo, n. 30, 1994.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. O.; BARBOSA, M. I.; HANCHARD, M. (orgs.). **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

_____. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92–93, p. 69–82, jan./jun. 1988.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Democracia racial**. Texto não publicado, Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, [s.d.], p. 1–22

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Trad. Patrick Burglin. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines et al. (Org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 32-52

MACIEL, Maria Eunice de S. **A eugenia no Brasil**. Anos 90, Porto Alegre: Editora da UFRGS, n. 11, jul. 1999.

MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres**: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra apresentada no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB/RJ, Rio de Janeiro, 5 nov. 2003.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A Revolta da Chibata e seu centenário**. Perseu: História, Memória e Política, São Paulo, n. 5, ano 4, p. 11-41, 2010.

NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra no mercado de trabalho.** Portal Geledés, 25 jul. 2010. Disponível em: A mulher negra no mercado de trabalho – por Beatriz Nascimento . Acesso em: 2 nov. 2025.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**. In: Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas. São Paulo, 1955.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. As “favelas”, uma invenção cultural e política: uma análise comparada da representação da pobreza urbana no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte (1897–1920). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 123–152, 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility. Paris: **OCDE**, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1787/9789264301085-en. Acesso em: 2 nov. 2025.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas. Brasília**: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021.

PALMA, Rogério da; TRUZZI, Oswaldo. Renomear para Recomeçar: Lógicas Onomásticas no Pós-abolição. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 311-340, abr./jun. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/001152582018154. Acesso em: 9 set. 2026.

PETRUCCELLI, José Luís. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, José Luís; SABÓIA, Ana Lúcia (Org.). **Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. v. 2, p. 11-28

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

_____. **Memória, esquecimento e silêncio**. Trad. Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

REVISTA AVANTE BOMBEIRO. **Informativo dos Bombeiros**. Rio de Janeiro, criado em 1 jul. 1929.

ROCHA, Oswaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino. **A era das demolições**: cidade do Rio de Janeiro (1870–1920). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1995.

SANTOS, Leonardo Soares dos. Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX. Mneme – **Revista de Humanidades**, Caicó: UFRN, v. 12, n. 30, p. 257–277, jul./dez. 2011. Disponível em: http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010

SILVA, René Marc da Costa. **História dos trabalhadores negros no Brasil e desigualdade racial**. Universitas Jus, Brasília, v. 24, n. 3, p. 93–107, 2013. DOI: 10.5102/unijus.v24i3.2542.

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro Edições Graal, 1983.

SOUZA, Vitor Leandro de. **"Soldados do fogo"**: uma história social do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro (1880–1910). Rio de Janeiro, 2021.

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO/DIVULGAÇÃO DE DOCUMENTO ELETRÔNICO NO CATÁLOGO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO CEFET/RJ E NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL**

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação abaixo citada, de acordo com a Lei nº 9610/98, autorizo, a partir da presente data, o CEFET/RJ, a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissões assinadas abaixo, no Catálogo Online do Sistema de Bibliotecas e no Repositório Institucional do Cefet/RJ, ou qualquer outro formato de disseminação da informação que a instituição implemente, no formato PDF, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada por esta Instituição.
Declaro, ainda, que a versão definitiva do trabalho a ser disponibilizada é de inteira responsabilidade do(a) autor(a) e do(a) orientador(a), que atestam sua conformidade com a versão aprovada e autorizam sua divulgação nos meios institucionais do CEFET/RJ, eximindo a Instituição de qualquer responsabilidade quanto ao conteúdo, à integridade ou a eventuais alterações posteriores ao depósito.

**1- Tipo de trabalho:** [ ] Projeto Final (Graduação) [ ] Especialização
[ X ] Dissertação [ ] Tese

**2- Identificação do trabalho/autor(es):**
Curso: Mestrado em relações étnico-raciais
Título: O Corpo de Bombeiros como fresta de ascensão negra: mobilidade social no pós-abolição carioca
Autor: Vitor Fernandes de Meneses
Orientador: Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

**3- Informações de acesso ao trabalho:**

Este trabalho é confidencial? [ ] Sim [ X ] Não
Pode ser liberado para publicação? [ X ] Total [ ] Parcial [ ] Não
Justifique:_____
_____
Em caso de publicação parcial, assinale as permissões:
[ ] Sumário
[ ] Capítulos. Especifique: _____
[ ] Bibliografia
[ ] Outras partes do trabalho: _____

Rio de Janeiro, 24/09/2026

gov.br Documento assinado digitalmente
VITOR FERNANDES DE MENESES
Data: 24/09/2026 12:26:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Vitor Fernandes de Meneses

gov.br Documento assinado digitalmente
SAMUEL SILVA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Data: 24/09/2026 13:39:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Samuel Silva Rodrigues de Oliveira